

LUIZ FERNANDO FERRARI

# AS TERRAS ENGUIÇADAS

a intrusão e a reconfiguração agrária  
nas cercanias de Campo Erê/SC

O estudo tem por objetivo analisar a problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina, ou mais precisamente a apropriação privada da terra, desencadeada pela intrusão de pequenos agricultores nas cercanias de Campo Erê nas décadas de 1970 e 1980. O que se quer é compreender e problematizar a estruturação da terra no Extremo-oeste de Santa Catarina no início do século XX. O processo de atuação do Estado na implementação de políticas públicas que promoveram a ocupação do Extremo-oeste catarinense como forma de inserção da região na produção capitalista.

O estudo analisa como a colonização transformou a terra em mercadoria em uma grande área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil nas cercanias do município de Campo Erê. A companhia buscou implementar a mercantilização das terras, principalmente para os pequenos agricultores. A partir do momento em que as relações de mercado passaram a conquistar sua hegemonia na região Extremo-oeste catarinense aconteceram mudanças significativas em relação à concepção da terra, passando a ser colocada num patamar de mercadoria que se pudesse trocar e vender.

LUIZ FERNANDO FERRARI

# AS TERRAS ENGUIÇADAS

a intrusão e a reconfiguração agrária  
nas cercanias de Campo Erê/SC



Passo Fundo  
2021

© 2021, Luiz Fernando Ferrari  
Todos os direitos reservados aos autor

*Editoração e Capa*  
Alex Antônio Vanin

*Projeto Gráfico*  
Acervus

*Imagem da capa*

Relevo no município de Campo Erê (SC) - 1965.  
Fotografia de Alfredo José Porto Domingues e  
Tibor Jablonsky. Fonte: Biblioteca do IBGE.

*Originais enviados pelos autores em:*  
Março de 2021

*Aprovação pelo Conselho Editorial em:*  
Abril de 2021

*Finalização da obra:*  
Junho de 2021

As ideias, imagens, figuras e demais  
informações apresentadas nesta obra são de  
inteira responsabilidade o autor.

A revisão dos textos foi de  
responsabilidade do autor.

## ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo –  
99074-360

Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

E-mail: acervuseditora@gmail.com

Site: acervuseditora.com.br

## CONSELHO EDITORIAL

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFMG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Carlos Tedesco (UPF)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

Contato com o autor:  
luizfferrari25@gmail.com

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

F375t Ferrari, Luiz Fernando  
As terras enquiçadas [recurso eletrônico]: a intrusão  
e a reconfiguração agrária nas cercanias de Campo  
Erê/SC / Luiz Fernando Ferrari. – Passo Fundo: Acervus,  
2021.

20 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-68-9.

1. Santa Catarina - História. 2. Colonização agrária -  
Campo Erê (SC), Região. 3. Reforma agrária - Santa  
Catarina. I. Título.

CDU: 981.64

---

Catalogação: Biblioteca Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

À todas as pessoas e Instituições que colaboraram com  
o desenvolvimento do estudo.

Ao professor Dr. João Carlos Tedesco pelo empenho,  
dedicação, pelo olhar crítico e paciência prestada na  
orientação desse estudo.

Ao Programa de Pós Graduação em História – UPF  
pelo apoio e incentivo.

À família e amigos pela paciência, compreensão e apoio.

# Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>Considerações introdutórias</b>   | <b>7</b>   |
| <b>I. As políticas de colonização no extremo-oeste catarinense no início do século XX</b>  | <b>27</b>  |
| <b>II. Nas cercanias de Campo Erê (1970-1980)</b>  | <b>59</b>  |
| <b>III. A mercantilização das propriedades no Extremo-oeste catarinense e as ações da Companhia Territorial Sul Brasil (1920-1980)</b> | <b>103</b> |
| <b>IV. Ao sul e ao norte de Campo Erê (1970-1980)</b>  | <b>143</b> |
| <b>V. As multi-identidades e a multidimensionalidade do intruso nas cercanias de Campo Erê</b>   | <b>183</b> |
| <b>Considerações finais</b>  | <b>225</b> |
| <b>Referências bibliográficas</b>  | <b>235</b> |

## Considerações introdutórias

---

A presente publicação é fruto da tese de doutorado defendida no ano de 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). O estudo foi desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

O percurso que nos direciona para o entendimento de algo, muitas vezes cheio de confluências, por vezes sem indícios, evidências, porém trilhado com persistência transforma-se em uma prática fascinante. A maturação de uma opção permite uma direção muitas vezes nutrida de controvérsias, de inquietações, de incertezas no espaço rural que impulsiona e induz. Isso não significa que não possamos ter equívocos ou, mesmo, clareza de nossas concepções.

Aprofundar no campo da pesquisa sociocultural, econômica e fundiária do espaço rural é estar repleto de inquietudes que anseiam e se alicerçam em meio às diferenças, diversidades, venerabilidades de impasses/respostas que a pesquisa apresenta. É nessa conjuntura

que o interesse em pesquisar a problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina se processa, e é fruto de um envolvimento e de um enraizamento com o passado histórico.

O presente estudo busca analisar os conflitos pela terra nas cercanias de Campo Erê no Extremo-oeste catarinense<sup>1</sup>, colocando em evidência aspectos e peculiaridades da luta pela terra dos pequenos agricultores<sup>2</sup> por estarem entre os grupos de maior expressão nos conflitos sociais nessa região.

Vamos evidenciar elementos históricos acerca de políticas públicas<sup>3</sup> de colonização, aspectos culturais dos grupos sociais envolvidos e princípios de base documental, espacial, cultural, assim como concepções da realidade vivenciada pelos grupos envolvidos na trama. O estudo levanta polêmicas e discussões relacionadas à posse da terra. Múltiplas instituições estão implicadas, além do campo político-administrativo, jurídico, econômico, cultural, representações de grupos sociais, evidencia ser um tema complexo, divergente, problemático, envolvendo inúmeros conflitos, discussões e controvérsias.

É fundamental atentar para os conflitos pela posse da terra e encontrar diferentes momentos históricos que apresentem elementos comuns, mas não podemos desconsiderar esses momentos, pois há singularidades na perspectiva do interesse e das ações, correlações

---

<sup>1</sup> Os conflitos nas cercanias de Campo Erê, foram significativos, pelo fato de trazer à tona, elementos pela posse da terra como: mobilidade, estratégia de permanência, despejos, processos judiciais, ações da Companhia Territorial Sul Brasil, venda fria, venda dupla, venda de contrato, venda recibo, as ações judiciais, a estrutura da terra, comercialização dos lotes abaixo da fração permitida, dificuldade de escoamento do produto, o relevo nas cercanias de Campo Erê, a posse da terra, a angústia de ser encontrado, as políticas públicas, a intrusão, a desintrusão e a mercantilização da terra. Enfim, são informações que ajudam a compreender os conflitos nas cercanias de Campo Erê.

<sup>2</sup> Pequenos agricultores. Consideramos os pequenos agricultores, os grupos de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira, teuto-russa e cabocla.

<sup>3</sup> Políticas públicas são as ações realizadas pelo governo. São as ações, programas ou decisões tomadas por um governo, na esfera municipal, estadual ou federal.



de forças do Estado, seus projetos e suas necessidades, ou de grupos que os cercam. No entanto, não podemos considerar de forma estática e de pertencimento. É crucial compreendermos os embates a partir das suas especificidades históricas.

Nos debruçamos sobre algumas considerações do espaço rural, processos migratórios na sociedade, contextualização histórica e política de ações do Estado que possibilitam a ocupação de determinados territórios na ótica mercantil. É necessário analisar os meios que produzem a normatização e a transformação da terra em reserva de valor e, por conseguinte, em apropriação privada. O recorte temporal de 1970 a 1980 corresponde uma escolha em compreender a intrusão nos arredores de Campo Erê, local de vários conflitos agrários pela posse da terra.

A ocupação pode ser entendida como uma possível pressão, e não necessariamente de estar nesse espaço. Os pequenos agricultores estão no espaço, isso não significa que querem esse espaço. Quando a Companhia Territorial Sul Brasil realiza levantamentos de quem são esses “pequenos agricultores intrusados”<sup>4</sup>, muitos não têm interesse em permanecer ali. A intrusão pode ser momentânea ou se estender por anos em imóveis diferentes, dentro de um mesmo espaço, no caso, as cercanias sul/norte de Campo Erê. O espaço está sendo mexido, está ganhando uma configuração de território, onde tem a propriedade, onde se produz. Há dificuldade de dar conta das multi-identidades, multidimensionalidade da reocupação e da intrusão, o real é múltiplo, é diverso, são múltiplas as noções. Trabalhar essa diversidade é o que se constitui complexo.

A figura a seguir mostra a região Extremo-oeste catarinense, com destaque o espaço de estudo. As cercanias sul/norte de Campo

---

<sup>4</sup> Consideramos os pequenos agricultores intrusados, os grupos que não possuíam a titulação da terra.

Erê é um espaço que promove a reconfiguração do fenômeno da intrusão. Pela complexidade da regulamentação da terra, esse espaço se reveste de uma roupagem e de uma proximidade em seu entorno. Essa complexidade é processual e que desencadeou os conflitos agrários entre 1970 e 1980.

Essa região é um espaço de conflitos, a qual engloba, atualmente, os municípios de São Bernardino, Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, Sul Brasil, Anchieta, Romelândia, Tigrinhos e São Miguel da Boa Vista, todos próximos ao município de Campo Erê, e que fazem parte das cercanias de Campo Erê. Esse conjunto de municípios corresponde a um vasto bloco espacial, onde ocorreram os conflitos agrários caracterizados pela intrusão.

A distribuição desigual da terra desencadeou uma série de conflitos pela posse da terra. A ocupação predatória, a falta de regularização fundiária e a não implementação de uma reforma agrária são apontadas como as principais causas da violência no campo.

[...] a ocupação de terra está no centro do processo de territorialização da luta dos sem-terra porque é por meio dela que eles conquistam a terra de assentamento. A partir da terra conquistada, desdobram-se novas lutas em um processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização camponesa. O assentamento é um espaço em que se constroem e reconstroem o território e o modo de vida camponês (Fabrini, 2005, p. 344).

A construção da territorialidade nos arredores de Campo Erê é um processo sempre em construção, compreendendo a definição de “região” como a noção do espaço da Companhia Territorial Sul Brasil nessa, pois essa é que territorializou o espaço.



**FIGURA 1.** Localização da região Extremo-oeste catarinense, com destaque para o espaço de estudo. As cercanias sul/norte de Campo Erê (2000) (recorte ampliado). Fonte: [Mapasblog.blogspot.com](http://Mapasblog.blogspot.com).<sup>5</sup>

É difícil definir as cercanias de Campo Erê como uma dimensão geográfica, pois essa não é só geográfica, uma vez que envolve outras questões singulares em um espaço múltiplo da pluralidade de conflitos que se estabeleceram nas décadas de 1970 e 1980, pois há a presença de grupos de pequenos agricultores intrusados, a atuação da Companhia Colonizadora Sul Brasil e a terra como problemática central.

As cercanias nos dão uma ideia de um conjunto relacional com determinadas ligações, mas territorializadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Nesse território é impresso uma característica de organização relacional dos próprios pequenos agricultores, que pode ter sido pelos sujeitos envolvidos por fala, produtos, arquite-

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://mapasblog.blogspot.com/2011/10/mapas-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

tura, costumes, com a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Análise o porquê de a companhia atuar nessa região. É um conjunto relacional que vai além, é um conjunto relacional de ações que se reproduzem, que se assemelham e que tem a centralidade da companhia, pois é nesse território que se reproduz a intrusão.

Os estudos de Bavaresco, (2005), *Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*; Folador, (1991), *História de Campo Erê*; Melo, (2012), *Terra e trabalho: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985)*; Pertile, (2008), *A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense*; Renk, (2006), *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*; Poli, (1995), *Caboclo: pioneirismo e marginalização*; Poli, (2002), *Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70* e Grynspan, (2005), *Posseiros. As leituras possibilitam mergulhar no universo das cercanias de Campo Erê, são elencados elementos que ilustram a reocupação desse espaço e a formação dos núcleos de pequenos agricultores de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira, teuto-russa e cabocla.*

As cercanias de Campo Erê é uma região que passa por um processo de maturação de colonização,<sup>6</sup> que inicia em 1970, ou seja, essa região não está consolidada, por isso passa por uma reconfiguração agrária, e Santa Catarina já estava inserida há muito tempo na prática colonizatória. As questões que norteiam o estudo são: Por que essa região passa a se maturar somente a partir de 1970? Por que desembocaram esses conflitos? Qual é a importância de estudar a es-

---

<sup>6</sup> Processo de maturação de colonização refere-se ao período a partir de 1970, onde as cercanias sul/norte de Campo Erê passam pelo amadurecimento, ou seja, esse espaço não estava consolidado no processo de colonização, fase final do desenvolvimento colonizatório da Companhia Territorial Sul Brasil.

estrutura fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980, mais especificamente, as cercanias de Campo Erê? Nossa ambição, como questão acadêmica, é compreender como se processou a intrusão dos pequenos agricultores nessa região.

[...] onde as lutas camponesas foram capazes de se impor aos anseios monopolistas do latifúndio, a estrutura fundiária é mais democrática; mas onde o poder do latifúndio prevaleceu sobre as lutas camponesas, a concentração fundiária é intensa. Em síntese, o conceito de estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição das terras numa dada sociedade. Assim, quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a estrutura fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição, mais desconcentrada ela será [...] (Alentejano, 2012, p. 355).

A determinação em manter uma concentração fundiária propiciou a expulsão de trabalhadores do campo. As dificuldades na ampliação e manutenção de famílias camponesas decorrentes das concentrações fundiárias, acarretadas pela modernização da agricultura, reduziram a permanência da mão de obra no campo.

As políticas de colonização do estado de Santa Catarina se estruturaram a partir das primeiras décadas do século XX. É através das políticas de colonização que consideramos ter sido desencadeado o processo histórico da intrusão nessa região. A ação do Estado não é meramente linear, mas também perpassa por um efeito metódico pelo fato de reproduzir o poder político e econômico do Estado catarinense e das colonizadoras, repercutindo em diferentes grupos sociais. As ações políticas desencadearam uma série de conflitos, pois havia pequenos agricultores intrusados” ocasionando conflitos sociais nessa região, fazendo com que o Instituto Nacional de Co-

lonização e Reforma Agrária (Incrá) fizesse uma intervenção para a regulamentação das posses de terras.

Ao discutir a territorialização, as observações de Waibel, (1979), *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*; Piazza, (1994), *A Colonização de Santa Catarina*; Werlang, (2006), *Disputas e ocupação do espaço catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*; Pertile, (2008) *A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense*; Radin, (2009), *Representações da colonização* e Costa, (2005), *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*; permitiu ter uma compreensão sobre a sistematização da territorialização em Santa Catarina no período republicano levam em consideração os territórios rurais marcados pela ausência de diversas políticas de desenvolvimento. O Estado autoriza a atuação das companhias colonizadoras legalmente constituídas para promoverem a inserção e a colocação de grupos que possam efetivar o processo de colonização proposto pelo Estado.

O Estado brasileiro, através da atuação do Incra a partir de 1970, intervém no sistema de colonização do estado catarinense na região Extremo-oeste, especialmente nas cercanias de Campo Erê, com atuação de empresas colonizadoras que promovem a reocupação sistemática. A propriedade nesse espaço não se limita e não era circundada pela sua institucionalização, mas há igualmente que se considerar, que as relações sociais, políticas e jurídicas legitimam e provocam distinção entre suas posses. Esse enredo é muito importante para o estudo, pois permitirá obter uma dimensão da ação do Estado com políticas públicas acerca da colonização promovida no Extremo-oeste.

A colonização se processa com a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, onde encontramos subsídios nos estudo de Radin,

(2009), *Representações da colonização*; Thomé, (2009), O Contestado no processo de colonização do oeste catarinense: causa ou consequência?; Vicenzi, (2008), *Mitos e história na colonização do oeste catarinense*; Nodari, (2002), Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras; Heinsfeld, (2014), *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC*; Woloszyn, (2007), Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense; Werlang, (2002), *A colonização do oeste catarinense*; Werlang, (2006), *Disputas e ocupação do espaço catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*; Poli, (1995), Caboclo: pioneirismo e marginalização e Poli, (2001), Camponeses no Oeste Catarinense. Essas leituras permitiram compreendermos as diretrizes tomadas para efetuar e concretizar a colonização nessa região, assim também a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.

Os conflitos que envolvem a terra se manifestam em vários campos, além do agrário, do campo jurídico,<sup>7</sup> do sujeito, do fundiário, entre outros. Os conflitos se processam contra uma colonizadora: a Companhia Territorial Sul Brasil, que atuou ao sul das cercanias de Campo Erê, contra, talvez, a esfera pública, que não produziu, não atuou para resolver os impasses e os conflitos relacionados à terra.

Os conflitos de terra expressam também percepções diferenciadas em relação ao outro, sempre considerado invasor, e são pautadas em visões distintas sobre a história da ocupação do lugar. Nesses embates, são frequentes múltiplos agentes sociais que se chocam na busca de solução para o litígio. Em algumas re-

<sup>7</sup> Sobre o campo jurídico, ver Machado (2012). Machado é uma referência no universo judiciário. No livro *Entre justiça e lucro. Rio Grande do Sul 1890-1930* (2012), debate a colonização a partir do papel do Poder Judiciário, articulado com o poder econômico e grupos político dominantes.

giões, o confronto se estabelece entre índios e o homem branco; em outras, entre lavradores e fazendeiros; e outras ainda entre fazendeiros e posseiros (Motta, 2005, p. 124).

É a partir das contrariedades dos conflitos de terra que está pautado o nosso estudo. Qual é o problema do estudo? O estudo gira em torno da problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980. Qual é o elemento central na problemática fundiária do Extremo-oeste de Santa Catarina? A problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina é justamente a terra, o acesso à terra, ou seja, uma regularização da terra, desencadeada pela intrusão dos pequenos agricultores na região de Campo Erê. Por que houve essa problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980? E, por que essa região manifestou o conflito em sua definição? Os conflitos de terra exteriorizam-se no confronto dos agentes sociais, correlacionados ao direito à terra. Essas múltiplas definições sobre os conflitos da terra trazem à tona várias interpretações sobre o entendimento e as possíveis soluções de determinados conflitos.

São múltiplas as definições para o conflito de terra, pois ele expressa o confronto de agentes sociais opostos em relação a entendimento diferenciados e, portanto, conflituosos em relação ao direito à terra. Trata-se de um embate de interpretações sobre esse direito e que podem variar desde um confronto direto a ações judiciais para a solução de embates (Motta, 2005, p. 123).

As análises dos estudos desenvolvidos por Werlang, 91992), *A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense:*



atuação da Cia Territorial Sul Brasil: 1925 a 1954; Poli, (1995), Caboclo: pioneirismo e marginalização; Melo, (2012), *Terra e trabalho*: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985) e Pereira, (2015), *Reforma Agrária e Ditadura Militar*: a ocupação da fazenda Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais. Essas leituras permitem compreender as várias facetas do conflito que se originou nas cercanias sul/norte de Campo Erê, e a atuação do Incra em promover a regularização dos imóveis em situação de irregularidades.

As considerações dos estudos desenvolvidos por Renk, (1995), *A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros*; Renk, (2006), *A luta da erva*: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense; Carrara, (2005), *Sítio*; Zarth, (2002), *Do arcaico ao moderno*; Woloszyn, (2007), *Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense*; Silva, (2014), *Caboclos*; Silva, (2016), *Caboclos e Colonos*: encontros e desencontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889); Seyferth, (1996), *Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. Estudos Sociedade e Agricultura*; Werlang, (2002), *A colonização do oeste catarinense*; Poli, (2002), *Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70* e Ortiz, (2014), *Costumes e conflitos*: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927); proporcionam elementos para discutir as multi-identidades e a multidimensionalidade do “intruso” nas cercanias de Campo Erê. Essa situação promove conflitos agrários pela posse da terra numa área muito significativa a partir das décadas de 1970 e 1980, um quadro de conflitos se instaura na região em detrimento do acesso e permanência na terra.

O estudo gira em torno de um problema, a intrusão. Qual é a problematização do estudo? É justamente compreender essa multi-

plicidade, a multi-identidade do “intruso”. Quem lida com a questão do “intruso”? Quem é o “intruso” e qual é a sua complexidade? Façam-se alguns questionamentos sobre esse grupo: quem eram esses sujeitos, por que eram “intrusos”, por que a companhia considerava esses sujeitos “intrusos”, de que forma poderiam deixar de ser “intrusos”? Os “pequenos agricultores intrusados” passaram pelas mesmas privações, pelas mesmas dificuldades que os sujeitos que já possuíam a escritura.

Nas cercanias de Campo Erê havia vários sujeitos. Eram tratados ou vistos de forma diferenciada, ou seja, eram constituídos de multidimensionalidades. É o “intruso” que é multi-identitário, multifacetado e multidimensionalizado. É o principal sujeito dos conflitos, ele pode ser índio, caboclo ou de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira, teuto-russa. Mesmo tendo características e etnicidade diferenciadas, possuía simetria de identificação. Os sujeitos eram considerados “intrusos” porque não tinham escritura. A intrusão é um processo a ser construído. Esses sujeitos tornavam-se “intrusos” em razão de vários processos e estão inseridos numa conjuntura problemática, a terra. Portanto,

[...] muitas dessas pessoas, inclusive imigrantes recém chegados, realizavam esse movimento sem a intermediação do Estado e suas agências, assim se estabeleceram em terras devolutas, de propriedade particular ou indefinida. Em consequência, muitos deles, juntamente com os caboclos e alguns ex-escravos, passaram a fazer parte de um universo estatístico que, nos documentos produzidos pelo governo, recebeu o nome de “intrusos” (Silva, 2016, p. 197).

Esses elementos apresentados por Silva se referem ao Rio Grande do Sul, mas podemos atribuir esse ambiente à região Extremo-

-oeste catarinense, e também às áreas sul/norte de Campo Erê, pois o Estado catarinense, juntamente com as companhias colonizadoras, produz documentos com referência aos “intrusos”, que ocupavam extensas áreas. Os pequenos agricultores de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa e especialmente a cabocla entram no processo estático. O “[...] intruso era o indivíduo que, independente de sua origem social ou étnica, não se enquadrava nos termos da lei de terras [...]” (Silva, 2014, p. 2).

Já o termo intruso, ao referir-se àquele que se apodera ou ocupa terras alheias de forma clandestina, está carregado de conotação negativa. É muitas vezes usado como sinônimo de invasor. O intruso é visto de forma depreciativa como intrometido, usurpador e turbador do domínio do fazendeiro, do legítimo senhor. Sendo assim, entende-se que ele não tem direito a prosseguir na terra, obrigando-se a desocupá-la [...] (Ortiz, 2014, p. 199).

Isto nos leva a observar e questionar, quais são os grupos que podem ser considerados “intrusos”? Quais são os que entram na ótica da intrusão? Justamente grupos de pequenos agricultores que não possuíam a titulação da terra.

Os *intrusos* eram, em grande parte, colonos nacionais que, por não possuírem recursos e não serem contemplados pelas políticas de colonização, buscavam as áreas de terras não aproveitadas e não valorizadas para ali estabelecerem-se à margem da sociedade, da economia e da lei, sobrevivendo em condições precárias. Também poderiam ser colonos estrangeiros ou de origem (Tedesco; Caron, 2012, p. 165).

Os colonos nacionais<sup>8</sup> poderiam estar privados de muitos recursos, de políticas de colonização, buscando áreas remotas e muitas vezes vivendo em condições precárias. Os pequenos agricultores são introduzidos num horizonte de mercado, possivelmente limitado. Porém, eles não eram tão integrados numa economia de mercado, porque seus limites são múltiplos: poucas estradas, produção pequena, dificuldade ao crédito, família numerosa, dificuldade de comercializar os produtos, isolados etc. Também havia a comercialização por troca de produtos, que necessariamente não precisam ser mediadas por dinheiro, apenas contabilizadas pelo dinheiro, ou seja, ao valor real, mas não físico. É difícil incorporar uma noção, essa é muito parecida com o início da colonização, final do século XIX e início do século XX, mas que mantém características do jeito de ser anterior, mas incorpora realidades.

Na região sul/norte de Campo Erê, muitos agricultores intrusos eram caboclos. O caboclo é analisado por uma perspectiva relacional, um grupo que se identifica por seu “modo de vida”, por entender a terra, a posse, a propriedade simplesmente pela ocupação, e não a relativiza ao modelo de produção capitalista.

[...] a palavra “caboclo”, como categoria analítica, passou a ser empregada para fazer referência a um tipo de camponês pobre, geralmente mestiço e que pratica um tipo de agricultura voltada para a subsistência da unidade familiar, além de ser dono de um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária [...] (Silva, 2014, p. 345).

---

<sup>8</sup> Colonos nacionais. Os colonos nacionais são os grupos de pequenos agricultores que muitas vezes não são amparados por políticas de colonização e buscavam áreas não valorizadas comercialmente, sobrevivendo em condições precárias.

Caboclo representa um grupo social que possui uma forma de viver que o diferencia do colono imigrante, que a terra como elemento primordial para a sua subsistência. O caboclo está vinculado “[...] aos processos históricos e sociais vividos pelo Brasil em diferentes fases de sua história [...]” (Silva, 2014, p. 350). Ele, com suas estratégias, com seus argumentos, está conquistando seus espaços de ação e luta. Ele não é um sujeito vitimizado, mas um sujeito múltiplo. Se as relações são desiguais, essas são sobre determinações de um sobre o outro. Não significa que o outro seja um sujeito amorfo, são questões genéricas.

Daremos ênfase aos elementos que aglutinam sujeitos sociais e políticos acerca das formas da apropriação privada da terra, dentre os quais o pequeno agricultor, as colonizadoras, o Estado com sua organização de normatização de territórios agrários. Pequenos agricultores e colonizadoras produzem uma cooperação, um esforço coletivo e simultâneo na construção da territorialização do espaço agrário. Esse processo não ocorreu num vago espaço de relações de conflitos sociais, mas foram marcas históricas que revelam a face de resignação e exclusão de “pequenos agricultores intrusados”, submetidos a várias manifestações do capital fundiário.

Abordaremos a discussão e análise de um dos maiores conflitos que configuram o espaço agrário no sul do Brasil, a posse da terra. Os elementos centrais que norteiam a posse se relacionam à intrusão no espaço denominado cercanias de Campo Erê, no Extremo-oeste de Santa Catarina.

Pretendemos analisar como ocorreu a colonização e a reocupação territorial no espaço de atuação de uma das maiores colonizadoras do Extremo-oeste catarinense, a Companhia Territorial Sul Brasil. Procura-se narrar o enredo específico do fenômeno da intrusão na região durante as décadas de 1970 e 1980.

O estudo tem também como enfoque os conflitos que a Companhia Territorial Sul Brasil teve durante a sua atuação, onde procurava enfatizar a glorificação como empreendedora, no entanto, em 1978, entra num processo de mudanças e passa a ser chamada de Terrapama. Traz-se, entretanto, o lado oposto da companhia, um leque de informações, referências, esclarecimentos, enfim, elementos que permitem a narrativa do processo.

O presente estudo evidencia as polêmicas e os elementos históricos, políticos e culturais envolvidos, mas que, ao mesmo tempo, demonstra as inquietudes, os embates, os confrontos, as injustiças em algum momento da história pretérita, ou também do presente, principalmente por parte do Estado e de grupos que o cercam. Vivenciando, assim, situações de limites, de expectativas e descrenças de um passado histórico, que é contemporâneo, e delinear pontos de vistas de horizontes para os grupos sociais em disputa pela terra.

O estudo foi pautado na história social e na história cultural, explorando, através de perspectivas, mecanismos que pudessem auxiliar a compreensão das fontes. Com um alicerce de percepção analítica, trabalhou-se a inter-relação dialética das fontes. Nossa abordagem metodológica tem como base a história regional por discutir os sujeitos, as práticas sociais, a formação de espaços sociais de um território que se fragmenta, se conecta e faz parte de um mesmo conjunto relacional.

A interação e o intercruzamento das fontes permitem promover as proposições do problema: a intrusão de pequenos agricultores. Por isso, a investigação, localização, identificação, catalogação e seleção das fontes. Percorremos um longo caminho de análise e interpretação dos dados coletados, mapeando as fontes e retomando as teorias, dialogando com os autores. A pesquisa se universaliza com uma variedade de fontes. Qualquer fonte ou vestígio contribui para

compreender o fenômeno da intrusão. É possível que muitas janelas ainda estejam abertas e precisam ser visualizadas e preenchidas. As fontes são importantes para o desenvolvimento do estudo, pois permitem discutir o processo dos conflitos agrários nessa região.

A pesquisa seguiu a premissa de obter informações que pudessem compreender esses conflitos nessa região. As fontes permitem obter informações sobre a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil e a atuação do Incra. Minhas fontes, especificamente, estão pautadas em três locais específicos: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom); Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha (SC); Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10) (Incra), Chapecó. Quais são as minhas fontes? Cartas, relatórios, mapas, levantamentos, correspondências, avisos, leis, mensagens, telegramas, atas, processos dos imóveis fundiários do Incra, fotografias, documentos, declarações, anotações, livros de registro, enfim, um gama de documentos. Munido dessas informações, o estudo começou a criar forma, ou seja, elementos que permitiam compreender a problemática fundiária do Extremo-oeste catarinense.

Essas fontes são cruciais para a construção do estudo, pois permitem mergulhar no campo da investigação. As fontes, no entanto, não são tão simples assim, são complexas, visto que muitas caminham por direções diferentes, muitas se contradizem, mas ao mesmo tempo se cruzam num emaranhado de informações, desinformações, por isso, complexas, também porque contêm muitos elementos ou parte, é um conjunto de circunstâncias, ou atos ligados, ou relacionados entre si. É aquilo que pode ser considerado sob os mais diferentes aspectos e que muitas vezes não trazem as respostas que a pesquisa objetiva.

Estruturamos o estudo em cinco capítulos. No primeiro buscamos traçar alguns aspectos da territorialidade do Extremo-oeste ca-

tarinense, onde se localiza a ação de várias companhias, em especial a Companhia Territorial Sul Brasil. Visualizamos que é na territorialidade nas cercanias de Campo Erê que ocorrem os conflitos agrários com os pequenos agricultores pela posse da terra. São as relações do “intruso” no espaço que vai territorializar. Queremos compreender as políticas dos governos federal e catarinense quanto à estruturação dos territórios agrários sistematizados pelas concessões governamentais e pelas companhias colonizadoras na região Extremo-oeste.

O segundo capítulo analisa as ações dos governos diante da colonização da região catarinense. O objetivo é demonstrar como as ações de colonização transformam a terra em mercadoria onde os pequenos agricultores estão intrusados, ou seja, na área da Companhia Territorial Sul Brasil. Pretendemos discutir alguns aspectos do pequeno agricultor na região catarinense, principalmente na região sul/norte de Campo Erê. Abordamos as ações da Companhia Territorial Sul Brasil num processo exclusório e de mercantilização da terra.

O terceiro capítulo traça um panorama da reocupação da região sul/norte de Campo Erê nas primeiras décadas do século XX. A companhia, por meio de suas ações, proporcionou vários conflitos na posse da terra. O objetivo é compreender como surgiram os pequenos núcleos agrícolas, passando por dificuldades semelhantes que desenvolvem conflitos pela posse da terra, caracterizados pela intrusão.

O quarto capítulo dará ênfase às várias fases conflituosas que ocorrem nas cercanias sul/norte de Campo Erê. O objetivo é compreender os conflitos e as tensões que produzem suas lógicas e multiplicidades, a intrusão. Percebemos, neste capítulo, que os conflitos se inserem nesse espaço e condensam uma realidade complexa que envolve pequenos agricultores, políticas públicas, a ação de uma colonizadora, a Sul Brasil.



O quinto capítulo evidencia elementos e uma conjuntura de fatores das ações da Companhia Territorial Sul Brasil quanto à problemática da intrusão e desintrusão no período de 1970 a 1980 nas cercanias de Campo Erê. Este capítulo proporcionará compreender também as multi-identidades e a multidimensionalidade do pequeno agricultor “intruso” nessa região.

Procuramos, de uma forma expositiva e sintética, proporcionar um instrumento de interpretação e análise de uma problemática de estudo sobre a intrusão na área das sul/norte de Campo Erê. Por final, trabalhamos com a estruturação dos territórios agrários no Extremo-oeste catarinense, as concessões governamentais para as companhias colonizadoras, a reconfiguração da terra, o processo de exclusão dos pequenos agricultores, a ação da Companhia Territorial Sul Brasil, a multidimensionalidade do pequeno agricultor, a multidimensionalidade do “intruso”, conflitos pela posse da terra, a formação de pequenos núcleos agrícolas, a intrusão, os conflitos fundiários, as estratégias e a mobilidade dos pequenos agricultores. A tentativa é mostrar para além da região de Campo Erê as múltiplas relações processuais.

## CAPÍTULO I

# As políticas de colonização no extremo-oeste catarinense no início do século XX

**O** desafio que se coloca neste capítulo é problematizar a sistematização da terra no Extremo-oeste de Santa Catarina no início do século XX. Discutimos a atuação do Estado na implementação de políticas públicas que promoveram a ocupação do Extremo-oeste catarinense, como forma de inserção da região na produção capitalista.

Queremos compreender as políticas dos governos federal e catarinense quanto à estruturação dos territórios agrários sistematizados pelas ações governamentais e pelas companhias colonizadoras na região Extremo-oeste. A intenção é fazer uma retomada de alguns aspectos dessas políticas colonizatórias e das ações das companhias colonizadoras.

Buscamos traçar alguns aspectos da territorialidade do Extremo-oeste catarinense, onde se localiza a ação de várias companhias, em especial a Companhia Territorial Sul Brasil. Visualizamos que é na territorialidade nas cercanias de Campo Erê que ocorrem os

conflitos agrários com os pequenos agricultores pela posse da terra. São as relações do “intruso” no espaço que vai territorializar. Essa discussão é relevante para que se possa perceber a singularidade e como se configurou os conflitos agrários a partir dessas políticas e ações colonizatórias.

## **1.1. As ações do Estado nas terras de Santa Catarina**

O estado de Santa Catarina cria condições para promover a colonização, formar núcleos coloniais e implantar projetos. A direção política que o estado toma em relação à colonização no período republicano não cessa nas práticas administrativas do Império, mas promove a continuidade de vários quadros políticos. A máquina administrativa do Estado utiliza-se de várias regulamentações para a reocupação dos espaços agrários, o que revela uma intensificação diante da concomitância da colonização. O governo emite uma série de legislações que buscam regulamentar a colonização.

O governo catarinense promove a colonização oficial a partir do início do século XX na perspectiva de criar condições necessárias para a reocupação de fato. Dessa forma, há uma integração com esse espaço a uma modernização entre o Estado e a Nação. Esse pensamento se potencializa quando credita a modernização do Brasil, que conduz a necessidade de pensar o espaço territorial como uma reocupação, ainda que não seja por indígenas e caboclos. O governo catarinense cerca-se de orientações que visem promover com maior intensidade a colonização no Estado. Todavia, o governo possibilita a atuação e iniciativa particular na ocupação dos espaços considerados vazios.

O governo catarinense potencializa a colonização no intuito de povoar as regiões consideradas “desabitadas”, incentivando mi-

grações de grupos que tenham como objetivo colonizar e trazer o desenvolvimento pretendido pelo governo (Waibel, 1979).

Entre as áreas consideradas “desabitadas” está a região oeste catarinense<sup>9</sup>, habitada principalmente por indígenas e caboclos. Essa região foi fatiada em extensas faixas de terras e distribuídas às empresas colonizadoras para dar início à colonização. Através das empresas era promovida a (i)migração de grupos que viessem implementar o progresso e o desenvolvimento nessas regiões consideradas “desabitadas”. Nesses espaços, especificamente nas cercanias sul/norte de Campo Erê, é que se desenvolvem inúmeros conflitos, causando instabilidade social e trazendo à tona a problemática da intrusão, que será debatida no decorrer do trabalho.

A ordenação das terras devolutas e o direito de reocupação e exploração em Santa Catarina durante o período republicano leva em consideração os interesses políticos e econômicos das companhias colonizadoras. As políticas criadas pelos governos evidenciam uma atenção aos problemas da colonização, buscando mecanismos nas leis e decretos para beneficiar o assentamento de grupos que fossem adquirir lotes (Piazza, 1994, p. 238). A política de incentivo ao repovoamento do território catarinense por concessões de terras devolutas foi utilizada por vários governos catarinenses. De conformidade à lei nº 4.793, de 7 de janeiro de 1924, estabelece que o governo tem como propósito facilitar a colonização no período da

---

<sup>9</sup> Região oeste catarinense. Região oeste catarinense, passa a existir oficialmente a partir de 1916. Assim, “[...] Em 10 de abril de 1916, ele volta a propor um acordo pelo qual os limites de Santa Catarina, ao norte, ficariam sendo o rio Negro e o Iguazu abaixo até o primeiro ribeirão nas proximidades de União da Victória, como ficara estabelecido nas sentenças judiciais e as terras ao Oeste até a fronteira Argentina seriam divididas da seguinte forma: dos 48 mil quilômetros quadrados em litígio, o Paraná ficaria com 20 mil e Santa Catarina com 28 mil. O litígio de mais de meio século chegava ao fim. Era 20 de outubro de 1916. Para chegar a esse acordo, contribuíram o desgaste provocado pela guerra do Contestado e o esforço pessoal do Presidente Wenceslau Brás” (CORAZZA; RADIN, p. 314, 2008).

República, facultando às companhias colonizadoras a introdução e localização de imigrantes nacionais ou estrangeiros (Piazza, 1994).

O governo Vargas, na conjuntura do Estado Novo, fundamenta ideologias nacionalistas, estabelecendo medidas limitadas para a (i)migração e estimulando a locomoção de trabalhadores nacionais para a ocupação do território brasileiro. As regiões do interior do Brasil eram estreitamente ligadas aos considerados “espaços vazios”, passando a ser preocupação junto às ideologias do Estado, em que possíveis ameaças migratórias podiam trazer a introdução de ideologias negativas para o país. Para isso a necessidade de defender o interesse nacional com a ocupação desses “espaços vazios” (Marin; Neves, 2013, p. 9). O discurso ideológico do governo Vargas busca legitimar as políticas de ocupação das fronteiras do Brasil no âmbito de construir uma unidade na defesa do território nacional. As políticas gerais de colonização do Estado Novo tinham como propósito:

[...] criação de colônias agrícolas nacionais em áreas de pouca densidade populacional, recurso instrumental à ocupação da fronteira e à solução de questões vigentes. Assim, tão idealizada, não pressupunha a geração de conflitos, na medida em que a lógica do corporativismo orgânico era divulgada como sustentáculo do Estado Nacional (Silva, 2013, p. 64).

A ocupação das fronteiras instrumentalizada pelo governo Vargas com a criação de colônias agrícolas em áreas consideradas “espaços vazios” não mensura possíveis conflitos. Na década de 1930, evidencia o processo do pensamento capitalista perante as forças históricas, interesses governamentais, segmentos de classes, políticas de terras e suas implicações: “[...] que permite verificar como a tentativa de equacionar a legitimação estatal da apropriação e o controle da propriedade privada da terra dá-se por relações sociais de força”

(Machado, 2019, p. 67). A Constituição de 1937 tem como características o centralismo e o autoritarismo. A ocupação das faixas de fronteiras estava pautada no perigo da segurança nacional:

[...] criação da Lei das Fronteiras pela Constituição de 1937, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.968, em 17 de janeiro de 1940, que estabelecia que as concessões de terras, dentro de uma faixa de 150 km ao longo das fronteiras nacionais, somente pudessem ser feitas pelos seus respectivos estados a partir da concordância do Conselho de segurança Nacional. Com essa medida, o governo Vargas tomou para si o controle de vastas extensões de terras ao longo das fronteiras (Werlang, 2013, p. 154).

A polarização nacional implantada nas faixas de fronteiras levou o governo a predominar capitais e trabalhadores de origem nacional nessas áreas. Outra característica da política do governo Vargas foi a criação do Território do Iguaçu, pelo decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e extinto pela Constituinte de 1946, o qual possuía uma estrutura com suas limitações e focada para a região do Paraná, e a criação do território do Iguaçu não rompeu o sistema colonizador da região oeste. Vargas tinha interesse na expansão do capital riograndense rumo ao Paraná, mas pouco mudou a política de colonização da região oeste, pois a preocupação do governo era ter o controle das fronteiras e a formação nacional (Werlang, 2013, p. 153). O governo federal ficou autorizado a favorecer a colonização em caráter de parceria com as companhias colonizadoras que estavam legalmente constituídas, desenvolvendo a introdução e a localização de grupos que efetivassem a colonização proposta pelo Estado.

[...] em 1930, o presidente Getúlio Vargas assume a presidência da república, o atual oeste catarinense já estava em um processo avançado de colonização. As colonizadoras já haviam se apropriado das terras devolutas e assentando milhares de famílias. O governo do estado de Santa Catarina, a partir de 1917, repassou à iniciativa privada grandes glebas de terras devolutas, cobertas de madeiras de alto valor comercial, em troca da abertura de estradas [...] (Werlang, 2013, p. 152).

Quando Vargas assumiu a Presidência, a partir de 1930, o oeste catarinense já estava inserido no processo de colonização. As colonizadoras, então, já mercantilizavam as terras e assentavam as famílias. Para tanto, “a política de colonização e migração passa a ter novo tratamento, dadas as características do crescimento interno da população, além da nova mentalidade internacional na gerencia dos aspectos as migrações” (Piazza, 1994, p. 350-351). O governo federal buscou fomentar a política de colonização criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização através da lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954. O governo federal instituiu a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários pelo decreto nº 45.851, de 18 de março de 1959, com o objetivo de promover uma nova política de colonização dirigida para a reocupação por migrantes nacionais oriundos de áreas com excedentes populacionais (Piazza, 1994).

Entre as propostas do governo federal estava a criação, localização e administração de núcleos coloniais, inclusive de imigrantes, em colaboração com o Instituto Nacional da Imigração e Colonização (Inic) e entidades congêneres nacionais, estrangeiras ou intergovernamentais. Incentivou um estudo que promovesse um planejamento e execução de programas ligados à redistribuição da terra e a fixação do homem rural. Outro fator determinante desse instituto foi o es-

tudo e programação visando evitar emigrações de agricultores para outros estados.<sup>10</sup>

Por meio das políticas de ação e normatização das terras do Estado, criou através da lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961, no governo de Celso Ramos, o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (Iрас). Esse instituto tinha por finalidade promover a colonização das terras no estado e a colonização. O governo articulou a assistência técnica para as empresas particulares de colonização e promover a correção dos minifúndios considerados antieconômicos.

Dos objetivos do Iрас não se excluem os estudos sobre a rentabilidade da propriedade, a produtividade, os programas de reflorestamento em zonas industriais madeireiras, visando a formação de uma nova consciência agrária. Além disso, promoveu estudos sobre a habilitação rural, apresentando planos e projetos, suscetíveis a exame para a ampliação de residências rurais de forma a facilitar a aquisição, a construção de casa própria, especialmente para os novos casais. Machado assim entende a função social da propriedade:

[...] entrecruzamento de duas questões, como: o que se coloca como meio de produção é a terra, sendo a propriedade um atributo conferido a ela; o desenvolvimento humano e o respeito ao meio ambiente devem ser privilegiados em relação a propriedade. O que, também, pode ser entendido na proposição de que a “função social da propriedade” é um instrumento capitalista, que entre outras coisas preserva o direito de propriedade e não deveria ser um artifício para a realização da Reforma Agrária, pois este instituto é fruto do processo civilizatório da humani-

<sup>10</sup> Lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961. Disponível em: <[http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939\\_1961\\_Lei.doc](http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939_1961_Lei.doc)>. Acesso em: 20 jun. 2014.



dade, com a finalidade de considerar a terra como um bem básico e coletivo, embora particularmente, apropriado segundo o sistema econômico de cada cultura (Machado, 2019, p. 52-53).

O que estava em jogo era a terra ou o meio de produção da terra e suas singularidades. Numa lógica capitalista, a “função social da propriedade, da terra,” não entra no rol da coletividade de uma reorganização da estrutura fundiária. Dentro das circunstâncias sociais, demográficas e da má distribuição da terra, o Estado catarinense poderia adquirir latifúndios improdutivos e entregues à colonização. Entende-se por latifúndio improdutivo a área de terra que oferecia condições para ser explorada economicamente, mas se encontrava nas mãos de proprietários que não a utilizavam racionalmente. As terras adquiridas eram loteadas e vendidas aos pequenos agricultores ou criadores para imediato aproveitamento, com objetivos definidos, intransferíveis pelo prazo de cinco anos, salvo por sucessão universal. Também poderia adquirir os minifúndios antieconômicos, redistribuindo-os por revenda para o aproveitamento nos termos da lei de 1961.

O Irasc entende por minifúndio antieconômico a propriedade que em razão do fracionamento excessivo impedia a exploração econômica pelo proprietário que residia e vivia nessa propriedade. Ficou estabelecido que o Irasc promovia a colonização e também as firmas especializadas via contrato, atendendo, entre outras, as seguintes normas: levantamento prévio da área, individualizando os perímetros das seções iniciais de colonização; exame prévio do tipo de utilização apropriada das glebas; resguardo dos interesses dos posseiros até o limite de 25 hectares por família e mais 25 hectares por filho maior de 18 anos; registro especial da área a colonizar com a especificação e o cadastro de lotes e inscrição no Registro de

Imóveis competente; previsão e construção de estrada de acesso aos lotes, reservas de áreas para serviços públicos essenciais, inclusive, religiosos, escolares, médico-hospitalares, recreação, educação física e esportes.

As áreas devolutas que não comportavam a adequada colonização seriam vendidas segundo as normas a serem fixadas na regulamentação da lei de 1961. Dessa forma, dava atenção especial a áreas devolutas possesadas por agricultores que as utilizavam, regularizando a situação por requerimento dos interessados ou mesmo independentemente desses, desde que não excedam a 100 hectares. Desse modo podia fixar nos lotes a reserva não superior a dois terços das florestas comercializáveis. Assim promoveria, no prazo de 180 dias, o levantamento das ações judiciais de reintegração de posse e reivindicação de imóveis rurais que transitavam na Justiça estadual, adotando medidas sociais nos casos definitivamente julgados.<sup>11</sup>

A estruturação da terra em Santa Catarina no período republicano ocorreu de forma gradativa, criando uma série de medidas que possibilitavam à criação de núcleos populacionais, incentivos a imigrantes, realocação de nacionais. As medidas tomadas pelo governo não levaram em consideração os grupos que já estavam ocupando os espaços antes do projeto de colonização. As deliberações do governo e as colonizadoras que promoviam a colonização no sul/norte das cercanias de Campo Erê criaram uma série de impasses, sobretudo pela posse da terra.

Esse conjunto de situações levou a propagação de conflitos sociais nos espaços destinados à colonização, pois o que estava em jogo era a posse da terra. É através dos desentendimentos sobre a posse da terra que desencadeou vários conflitos, independentemente

---

<sup>11</sup> Lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961. Disponível em: <[http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939\\_1961\\_Lei.doc](http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939_1961_Lei.doc)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

da parte de qual etnia. Essa é a problematização do estudo, a intrusão. Um dos espaços que mais se desenvolveu e que se tornou um epicentro desses conflitos foram as cercanias sul/norte de Campo Erê. Os processos de colonização na região oeste catarinense foram alvos de disputas territoriais entre Brasil e Argentina, e entre Santa Catarina e Paraná, paralelamente a disputa da terra entre os indígenas, caboclos, latifundiários, companhias colonizadoras e o governo. Pretendemos identificar e discutir o processo de conflito territorial e de colonização no Extremo-oeste catarinense.

## **1.2. Extremo-Oeste catarinense: a colonização entre conflitos**

Com o objetivo de perceber como ocorreu a colonização e a reocupação do Extremo-oeste catarinense, é fundamental uma análise histórica da formação regional. A política expansionista proposta pelo governo federal era relacionada ao controle territorial das regiões limítrofes entre Brasil e Argentina (1890-1895), na chamada Questão de Palmas, ou Questão das Missões, seguida da Questão do Contestado, entre os estados de Santa Catarina e Paraná (1912-1916), que a partir dessas definições delimitou a região do oeste de Santa Catarina, desencadeando uma série de conflitos na região sobre a posse da terra.

Para Santos, “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isto seria adotar uma metodologia puramente formal, espacialista, ignorando os processos que ocasionaram nas formas [...]” (2012, p. 58). Isso conduz a uma percepção de que a concepção do tempo estava intrínseca à compreensão do movimento, pois o homem se move em um envolvimento de mudança e em cons-

tante transformação de seu espaço. Nessa ótica, o espaço não possui apenas uma sistemática natural, pode-se acrescentar a sistemática social exercida por grupos sociais que ali vivem e atuam.

Para interpretar corretamente o espaço é preciso descobrir e afastar todos os símbolos destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade. Isto quer dizer que não é suficiente tentar interpretar diretamente a paisagem nos seus movimentos, nem trabalhar exclusivamente levando em conta os elementos que a compõem (Santos, 2012, p. 59).

Quando se apropriam desse espaço, os grupos o transformam utilizando técnicas que dispõem em determinado contexto histórico, bem como através de suas representações, sejam pelas suas crenças, valores, regras estabelecidas, sejam mesmo por interesses políticos e econômicos. O espaço passa a ser um conjunto inseparável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não oportunizam conhecimentos se estão separados dos sistemas de ações. Nesse contexto, o espaço torna-se um conjunto gradativamente artificial, ou seja, cada vez mais seus habitantes se tornam estranhos ao lugar, constituindo uma desnaturalização do meio (Santos, 2008, p. 44). Pádua (2010) estabelece a história ambiental como algo aberto e não simplista das relações através de sistemas sociais e sistemas naturais no decorrer do tempo.

[...] na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas –, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento

sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social (Pádua, p. 83, 2010).

O território pode ser compreendido como disposição das funções e conjunto de esforços que transcende as fronteiras geográficas e físicas, formando um contexto farto de significações compostas pelos habitantes locais. O território expressa um específico de mobilidade que reforça a disputa e o conflito, havendo novas discussões e diversificações sobre o significado da terra, projetando, assim, mobilizações políticas e ações de sujeitos e formas de organização. O território, no seu entendimento, tem a ver com poder, não apenas ao tradicional, ligado ao poder político, e não só no que diz respeito ao poder de dominação, mas o poder no sentido mais simbólico de apropriação (Haesbaert, 2003).

O território aparece como controle, muitas vezes legitimado e exercido por instituições ou por grupos. Essas relações podem definir o território. O território corresponde a um espaço geográfico definido pelas relações de mercado e uma parecnça coletiva que se constrói e reconstrói pelas relações sociais que se estabelecem. O território traz a ideia de agenciamento, ou seja, a mobilidade faz a população tomar as decisões (Carini, 2010). Nosso estudo gira em torno de um território, as cercanias de Campo Erê, onde nas décadas de 1970-1980 se processam conflitos pela terra, marcados pelas políticas governamentais e pela atuação de companhias colonizadoras.

Considera-se, portanto, que o território pode passar por um processo de modificação, por isso a destruição ou construção de um espaço ocorre em diferentes tipos de representações, sendo fruto de ações político-sociais, econômicas e culturais. Para Souza, o “território implica uma divisão de força política, é relação de poder. O espaço transforma-se através da política em território. É a terra per-

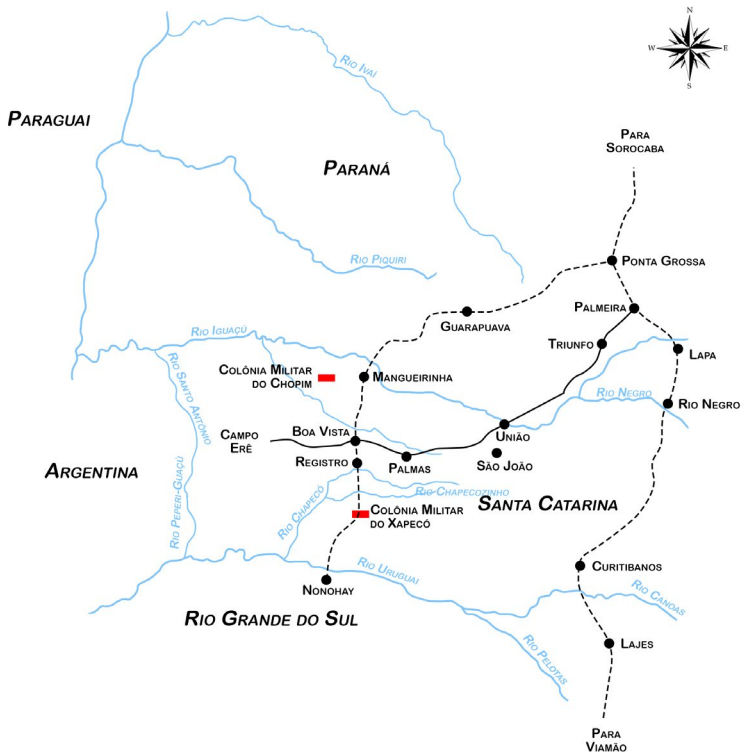
tendente a um governo ou a um Estado (soberano). O território é gerado a partir do espaço que o ser humano o territorializa” (2005, p. 471).

Nessa perspectiva territorial, a organização política da região oeste catarinense a partir de 1880 teve como propósito o caráter militar de fronteira, ou seja, o objetivo da criação da colônia militar do Xaçepé era para defesa da fronteira e proteção dos habitantes nos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava. A Figura 2, na página a seguir, indica o caminho das tropas e a localização das colônias militares do Chopim e Chapecó em 1880.

A criação das colônias militares foi fundamental para a formação da região, pois muitas povoações vieram a se instalar para defender o território. A criação das colônias militares de Xaçepé e Chopim está em conformidade com o Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, evidencia-se que as colônias do Chopim e do Chapecó eram destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava, contra a incursão de índios, com auxílio da catequese a civilização.<sup>12</sup> Nessa lógica se constituem as cercanias de Campo Erê, que tiveram a presença indígena, principalmente os Kaingang. É um espaço onde ocorrem a reocupação, o apossamento e a apropriação das terras, e também é nesse cenário de expulsão dos índios que a recolonização se insere.

---

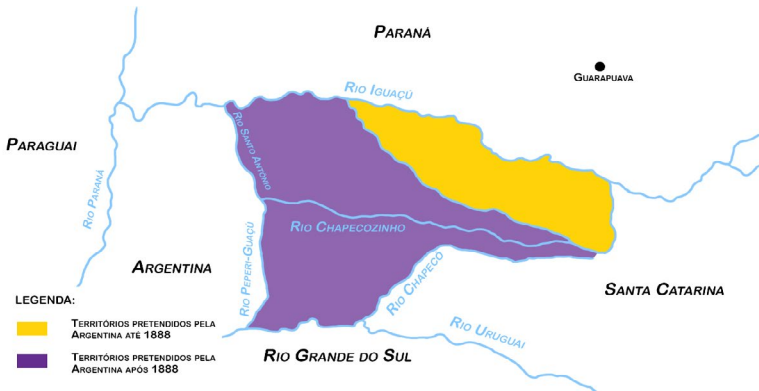
<sup>12</sup> Fonte: BRASIL. Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859. Crea mais duas colônias militares da Província do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, Vol. 1, pt. II (Publicação Original).



**FIGURA 2.** Indicação do caminho das tropas e a localização das colônias militares do Chópi e Chapecó (1880). Fonte: Acervo documental do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), Chapecó/SC.

A questão dos limites permeia disputas entre portugueses e espanhóis, posteriormente entre Brasil e Argentina e, conseqüentemente, os limites interestaduais também tiveram suas definições (Valentini, 2000). A área fronteiriça no sul do Brasil foi motivo de temor para os governantes, tanto portugueses quanto brasileiros. As adjacências com os espaços ocupados pelos espanhóis e seus descendentes produziam um clima de preocupação frequente na região (Heinsfeld, 2014). A região do Extremo-oeste catarinense entra no

centro das preocupações do governo, pois está inserida numa área de fronteira, de segurança territorial. Essa área engloba uma longa disputa entre Brasil e Argentina. Entende-se que a possibilidade de exploração efetiva da atual Extremo-oeste catarinense foi a delimitação final da fronteira entre Brasil e Argentina, em 1895, referindo a Questão de Palmas.<sup>13</sup> A Figura 3 apresenta o território de Misiones ou Palmas. A área de disputa entre Brasil e Argentina pela posse do que hoje chamamos de região oeste catarinense ficou conhecida como a Questão de Misiones ou Palmas. As fronteiras foram de fato os elementos norteadores nas relações de poder político nacional num determinado espaço geográfico, pois permite perceber a conduta do Estado na delimitação das fronteiras da região.



**FIGURA 3.** Indicação do território de Misiones ou Palmas (1895). Fonte: Acervo documental do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), Chapecó/SC.

Antes das delimitações das fronteiras ou do aparecimento das noções modernas de estado e nação, os espaços estavam constituídos

<sup>13</sup> Sobre a Questão de Palmas, ver Heinsfeld (2014), *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC*.



socialmente. As questões de fronteiras não podiam ser reduzidas à guerra de fronteiras;<sup>14</sup> todavia, os limites territoriais eram colocados à frente dos espaços constituídos socialmente, havendo exclusão ou inclusão por parte do poder estatal. As fronteiras não podiam se restringir à guerra de fronteiras, ou ao uso da terra.

A demarcação de uma área fronteiriça produz uma questão legal, ou seja, o controle exercido sobre essa estrutura. Surge uma estrutura de poder que se preserva conforme seus interesses, formando um *fac-símile* social, constituindo uma territorialidade. A política territorial do estado-nação pode estabelecer a identidade e as contradições regionais. A partir dessas delimitações da regionalização,<sup>15</sup> o estado do sul se constituiu como nação, federação (Costa, 1988).

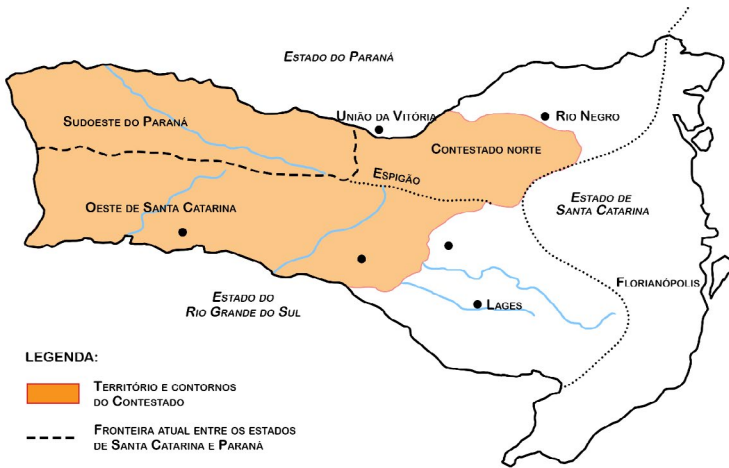
Resolvida a situação limítrofe entre Brasil e Argentina no final do século XIX, a região do oeste catarinense continua contestada em um conflito impulsionado pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ganhando importância no que tange às questões de divisas interestaduais entre Santa Catarina e Paraná. A Guerra do Contestado<sup>16</sup> foi uma disputa entre os dois estados nos anos de 1912 a 1916 por áreas de terra. A Figura 4 evidencia o território do Contestado entre Paraná e Santa Catarina em 1912. Foram vários os fatores que suscitaram o evento, de um lado, a disputa territo-

<sup>14</sup> Guerra de fronteira. Refere-se ao enfrentamento militar por disputa territorial.

<sup>15</sup> Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos, quantitativos, diferenças de grau, como faixas de renda, produto interno bruto, fluxos comerciais etc. Envolve, igualmente, as diferenças de natureza, como as de ordem mais estritamente cultural. HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/4/3...>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

<sup>16</sup> “Grande parte da historiografia sobre o movimento do Contestado privilegia a questão de limites dos estados do Paraná e Santa Catarina como causa fundamental da guerra. No entanto, um dos problemas fundamentais foi o conflito entre os caboclos e as empresas interessadas em se apropriarem de terras ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. Após quatro anos de disputas e confronto, nos quais muitos caboclos pereceram [...]” (Marcon, 2003, p. 53).

rial da titulação das glebas; de outro, a revolta dos caboclos contra a expropriação das terras. Até esse período, a região era conhecida por Palmas, compreendendo toda a região oeste catarinense e parte do sudoeste do Paraná, administrada sob a jurisdição de Paraná, que serviu de palco do combate. Portanto, até a definição de limites entre Santa Catarina e Paraná, em 1916, territorialmente e fundiariamente a área contestada era Paraná.



**FIGURA 4.** Indicação do território do Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1912). Fonte: Acervo documental do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), Chapecó/SC.

A Guerra do Contestado representa, ao mesmo tempo, atraso no processo de colonização, expropriação da terra e dispersão do caboclo.

Os caboclos da área contestada entre Santa Catarina e Paraná, analfabetos, isolados do resto do país, no interior de uma estrutura de poder coronelista, vivendo apenas da obtenção do “mínimos vitais”, erguem “cidades santas” e nelas fundaram a irman-

dade, como seu modo de concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista (Auras, 1984, p. 17).

Um dos elementos importantes que atuou diretamente na execução desse desenvolvimento foi a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, que teve um papel decisivo para a ocorrência desses eventos, pois representava uma unidade territorial, sendo uma integração dos espaços regionais. A estrada de ferro contribuiu para motivar a divisão e venda de terras. A empresa Brazil Railway Company adquiriu a uma vasta área no intuito de colonizá-la. A ferrovia, tida como símbolo de modernidade e progresso, firmou no imaginário a unidade territorial do país, tornando possível a incorporação dos espaços regionais, transformando a terra em um bem comerciável (Radin, 2009).

Os conflitos entre Santa Catarina e Paraná são decorrentes de uma crise estrutural. Ao longo de décadas, problemas sociais nunca resolvidos se agravaram, promovendo os conflitos latentes entre as camadas sociais dessas regiões, passando por várias tensões. Essas tensões resultam de um processo de desenvolvimento que a região atravessava, trazendo como consequência um conflito potencializado e não declarado, inserido nas entranhas de uma conjuntura social (Queiroz, 1977). As tensões emergiram em diversas fases de intensidade, provocando tensões/reações, tendo como pano de fundo uma aparente consciência, e estabelecendo grupos alheios a essa situação como os propulsores desse enredo.

No período republicano, “[...] a propriedade das terras públicas passou do governo central para os Estados, e estes, cujos governos eram controlados pelos *coronéis*, distribuíram barato pelos chefes políticos

e seus amigos as últimas extensões praticamente disponíveis. Tornavam-se cada vez mais frequentes as expulsões dos *intrusos*, que ficavam sem ter para onde ir ou tinham de sujeitar-se a condições de trabalho que outra forma não aceitariam” (Queiroz, 1977, p. 65).

A região oeste catarinense, que tem como enredo a colonização, criou mecanismos para que essas terras fossem distribuídas entre as pessoas ou grupos que as cercavam. A colonização que se configurou nas imediações de Campo Erê, espaço que teve um multifatiamento no seu entorno ocupado, principalmente por grupos que não possuíam a titulação da posse. Isso levou a uma série de embates sobre a posse útil da terra e a propriedade respaldada pelo Estado. Os “intrusos” ficaram à mercê da situação vigente, sujeitos a aceitarem as circunstâncias de trabalho/expulsões/resistência, dessa maneira resultou em longos conflitos pela posse da terra.

A estruturação mercantil ou capitalista da terra no Extremo-oeste catarinense no período republicano ocorreu, principalmente, depois dos embates territoriais que a região enfrentou. Essa discussão será debatida com a estruturação da terra no Extremo-oeste catarinense (1910-1920). O governo concedeu o direito a várias colonizadoras particulares e empresariais o direito de comercializarem as terras na região, criando uma série de medidas para promoverem a colonização da região e a formação de núcleos coloniais a fim de assegurarem não só a colonização, mas legitimarem a afirmação territorial.

### **1.3 A estruturação da propriedade da terra no Extremo-oeste catarinense (1910-1920)**

Pretendemos demonstrar como se processou a estruturação da propriedade da terra, quais foram as medidas empreendidas pelo governo catarinense para promover a colonização no Extremo-oeste catarinense. Na verdade, não só a região Extremo-oeste, mas as cercanias de Campo Erê tiveram suas peculiaridades na otimização do espaço. O governo buscou traçar metas para realizar a colonização da região usando como mecanismos ações para a normatização dos territórios agrários, e introduziu uma política para promover a integração regional<sup>17</sup>.

O governo de Santa Catarina escolheu como sistema de colonização do território do Contestado a concessão de imensas glebas, preferencialmente os que compartilhavam do poder político e se propunham fazer a abertura de estradas. O governo catarinense a partir de 1919 empreendeu sucessivos contratos e várias políticas de concessões de terras.

Atuou no Extremo-oeste a companhia José Rupp e Bertaso, Maia e Cia, recebendo em terras pela construção de estradas, como havia feito em outras regiões (Piazza, 1994, p. 269). A concessão das terras pelo governo catarinense ocorreu a partir de 1919, não considerando os posseiros que ocupavam esses espaços. Mesmo pressupondo possíveis conflitos com a expulsão dos posseiros, o governo se propunha estabelecer a ordem nos núcleos coloniais. As concessões das terras pelo governo a partir da década de 1910-1920, foram em decorrência do término do Contestado, permitindo ao Estado manter a ordem na região e, assim, dar início à colonização (Werlang, 2006).

---

<sup>17</sup> Essa integração pode ser entendida com ações governamentais que visam a integração do Extremo-oeste, às conjunturas colonizatórias, econômicas, culturais, políticas.

A distribuição de concessões de terras devolutas às companhias colonizadoras a partir de 1910-1920 foi uma importante estratégia para a manutenção e ampliação do poder desses grupos. Os grupos oligárquicos da região oeste e do estado catarinense lutavam para perpetuar seu poder, valendo-se da esfera pública para se manterem no poder e no controle do governo estatal. A atuação das companhias colonizadoras, tanto na colonização de terras devolutas quanto na construção de estradas, deixou perceptível a influência que esses grupos tinham junto ao governo. O controle de toda essa política de colonização passava pelo próprio governo, proporcionando oportunidades de lucros e ampliação de seus negócios. As terras às companhias colonizadoras definiam que a maioria dos caboclos tinha a sua sorte definida, ou seja, se o caboclo não adquirisse as terras das companhias colonizadoras, era despejado. O governo catarinense, pela força de suas atribuições, lançou decreto que estabelecia a regulamentação das posses cuja reocupação era considerada ilegal.

[...] decreto n. 21, de 5 de março de 1925, cujo artigo primeiro dizia: “Fica estabelecido o prazo de 31 de dezembro de 1925, a regulamentação das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias.” O prazo de 10 meses para a regularização e os termos usados na lei deixam claro que o objetivo era dar suporte legal à ação de despejo das colonizadoras (Werlang, 2006, p. 33).

O governo catarinense inseriu uma política de repovoamento nos espaços considerados vazios ou quase inabitados. “Para fins governamentais e de colonização, a área era considerada um ‘grande vazio demográfico’ o que instigava, ainda mais, a ambição de alguns privilegiados em obter títulos de propriedade de terras [...]” (Per-

tile, 2008, p. 48). Com um projeto de integração regional, o Estado concedeu as terras dessa região às companhias colonizadoras. A aposta do governo era enfatizar a migração do pequeno agricultor de ascendência europeia para o desenvolvimento socioeconômico. Esses agricultores tomavam posse de pequenos lotes rurais, legalizados como propriedade privada, através de uma escritura pública, em que a mercantilização das terras ficava ao cargo das companhias colonizadoras a partir de 1910-1920.

Os interessados na obtenção de terras utilizavam-se de diversos meios, buscando agregar lideranças políticas e governamentais. Servindo-se da postura do governo num curto espaço de tempo, essas companhias sujeitavam a apropriação e a venda da terra, pois as limitações do governo de Santa Catarina não permitiam uma base organizacional na região com escolas, segurança pública, estradas.

Ficou ao encargo das companhias colonizadoras colocarem em prática a infraestrutura necessária. Outro detalhe importante relativo à política de colonização adotada pelo governo foi ressaltado por Radin (2009, p. 123): “[...] os interesses privados encontraram guarida nas ações dos governantes, e os governantes confiavam ou vinculavam as ações dos empresários ao seu propósito em relação às terras do oeste.” As ações das companhias colonizadoras tinham amparo governamental na execução do processo de colonização desenvolvido no Extremo-oeste catarinense.

O governo catarinense, em 1929, promoveu a bandeira Konder.<sup>18</sup> Adolfo Konder<sup>19</sup> percorreu a região com o objetivo de con-

---

<sup>18</sup> A bandeira Konder foi a primeira viagem da comitiva do governador de Santa Catarina Adolpho Konder ao oeste catarinense em 1929. A excursão do governador Adolpho Konder ao extremo oeste catarinense percorreu 2.893 km, dos quais 1.085 km eram em estradas de ferro; 1.272 km, de automóvel; 200 km, de lancha, e 336 km a cavalo, percorridos em trinta dias.

<sup>19</sup> Adolfo Konder (1884-1965) bacharelou-se em Direito, participou da campanha civilista, trabalhou no Ministério das Relações Exteriores e foi deputado estadual e federal. Governou

quistar “[...] populações brasílicas que estavam se ‘desnacionalizando’, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunhão nacional” (Costa, 2005, p. 7). A viagem tinha como finalidade a integração regional não pela terra incorporada em 1917, mas pelo abandono da região oeste catarinense, pois não havia uma ligação com as demais regiões do estado.

A viagem de Konder em 1929 tinha como propósito a integração e a colonização da região oeste catarinense. O imigrante de ascendência europeia seria o modelo de colonização a ser empregado. A bandeira veio legitimar e consagrar o processo de colonização. São três as razões da viagem do governador Adolfo Konder: a questão da fronteira com a Argentina; a construção de sua brasilidade, assim a região oeste catarinense podia ser incorporada ao processo civilizador; a repressão e causas do Contestado, que resultaram na eliminação de poderes locais que viessem atrapalhar as pretensões governamentais para a região (Flores; Serpa, 2005).

O governo do estado catarinense, sentindo a necessidade de estar inserido no processo colonizador, imprescindível era a sua presença na região para ratificar seu poder de persuasão de legitimar a reocupação do Extremo-oeste catarinense, selando os conflitos ocorridos anteriormente, mas sem mensurar os possíveis conflitos em decorrência de um projeto de colonização. Porém, esses conflitos foram inevitáveis, pois trouxeram à tona a discussão da posse da terra. Grupos de pequenos agricultores que não tinham a titulação da terra foram expurgados de suas posses. É o que proponho discutir sobre os conflitos e a intrusão nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

---

o estado de 1926 a 1930, chegou a eleger-se senador pelo Partido Republicano Catarinense em 1930. Colaborou na fundação da União Democrática Nacional em 1945 e do jornal *Diário da Tarde* de Florianópolis (Piazza, 1944, p. 385, *apud* Ceom, 2005, p. 10).



O Extremo-oeste catarinense na década de 1910-1920 constituía-se de núcleos em constantes conflitos entre as colonizadoras e os pequenos agricultores posseiros. As companhias ao adquirirem as concessões não admitiam mais em suas áreas os chamados “intrusos”, pois podiam deflacionar o preço do imóvel e comprometer a comercialização. Um caso típico dessa situação ocorreu nas cercanias de Campo Erê, área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.

Por civilização do sertão entende-se o branqueamento das populações que ocupavam a região oeste catarinense. O processo civilizatório dessa região foi mediado pelo poder público do estado de Santa Catarina e pelas companhias colonizadoras, fundamentado, basicamente, na ideia do branqueamento da região (Radin, 2009).<sup>20</sup>

A atuação das companhias colonizadoras a partir de 1910-1920, sobretudo a comercialização dos lotes rurais, ajudou na afirmação do projeto de apropriação privada. A administração da colonização era incentivada principalmente em regiões onde havia abundância de terras devolutas. No tecido entre o poder público e o interesse privado, principalmente os empresários das colonizadoras, configura a influência política, fazendo com que se impusesse a apropriação da propriedade privada. O governo catarinense favoreceu a atuação das companhias colonizadoras, ficando encarregadas de reocupar o espaço. A divisão em pequenos lotes possibilitava ter condições favoráveis para alavancar o progresso econômico baseado na agricultura familiar.

---

<sup>20</sup> Radin (2009) faz uma análise sobre o “processo civilizatório” da região oeste catarinense, pois a atuação das companhias colonizadoras teve como modelo adotar uma divisão na comercialização das terras. A região estava associada à colonização aliada ao progresso civilizatório. Por civilizatório entende-se aquele homem que demonstrasse a capacidade de transformar a natureza, ou seja, o índio e o caboclo não estavam inseridos na visão progressista projetado pelas colonizadoras, portanto, havia a necessidade de promover o branqueamento da região.

## 1.4. As companhias colonizadoras no Extremo-oeste catarinense

Objetivamos demonstrar que no início da década de 1920 começaram a surgir, com o favorecimento do poder público, as companhias colonizadoras para atuarem na região e colocarem em prática o projeto de colonização estabelecido pelo Estado, levando as colonizadoras a promoverem publicações de suas áreas e estenderem vantagens econômicas com a mercantilização. A comercialização de terras trouxe à tona a figura do “intruso” e suas multidimensionalidades dentro desse espaço, que aos poucos começou a trazer outras lógicas, um espaço de intermediação mercantil e financeira nas novas colônias que se estabeleciam. Propomos analisar as peculiaridades da colonização e as políticas das colonizadoras na região Extremo-oeste catarinense.<sup>21</sup>

No início do século XX, o Extremo-oeste catarinense passou a ser colonizado, o que possibilitou o deslocamento de pessoas e de produtos. As colonizadoras eram responsáveis em promover a colonização, o que ampliavam seus lucros com o comércio de terras e

<sup>21</sup> Sobre a atuação das companhias colonizadoras na região oeste catarinense temos muitos estudos de referência: Bavaresco, (2205), *Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*; Pertile, (2008), *A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense*; Piazza, (1994), *A Colonização de Santa Catarina*; Radin, (2009), *Representações da colonização*; Thomé, (2009), *O Contestado no processo de colonização do oeste catarinense: causa ou consequência?*; Vicenzi, (2008), *Mitos e história na colonização do oeste catarinense*; Nodari, (2002), *Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras*; Heinsfeld, (2014), *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC*; Woloszyn, (2007), *Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense*; Werlang, (2002), *A colonização do oeste catarinense*; Werlang, (2006), *Disputas e ocupação do espaço catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*; Poli, (1995), *Caboclo: pioneirismo e marginalização*; Poli, (2001), *Camponeses no Oeste Catarinense*; Poli, (2002), *Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70*; Renk, (1995), *A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros* e Renk, (2006), *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Essas referências permitem mergulhar no universo das ações das companhias colonizadoras no oeste catarinense.

com a extração da madeira. O sistema colonizatório fez com que essa região fosse fracionada em grandes áreas destinadas às companhias colonizadoras.

O estado de Santa Catarina expediu títulos de terras após a solução da Guerra do Contestado em 1916. As companhias colonizadoras, no início do século XX, tinham um papel decisivo na colonização do Extremo-oeste catarinense. A Figura 5 apresenta o processo de colonização entre 1910 e 1920. A região sofreu um fatiamento para fazendas e colônias, bem como áreas de atuação das companhias colonizadoras.

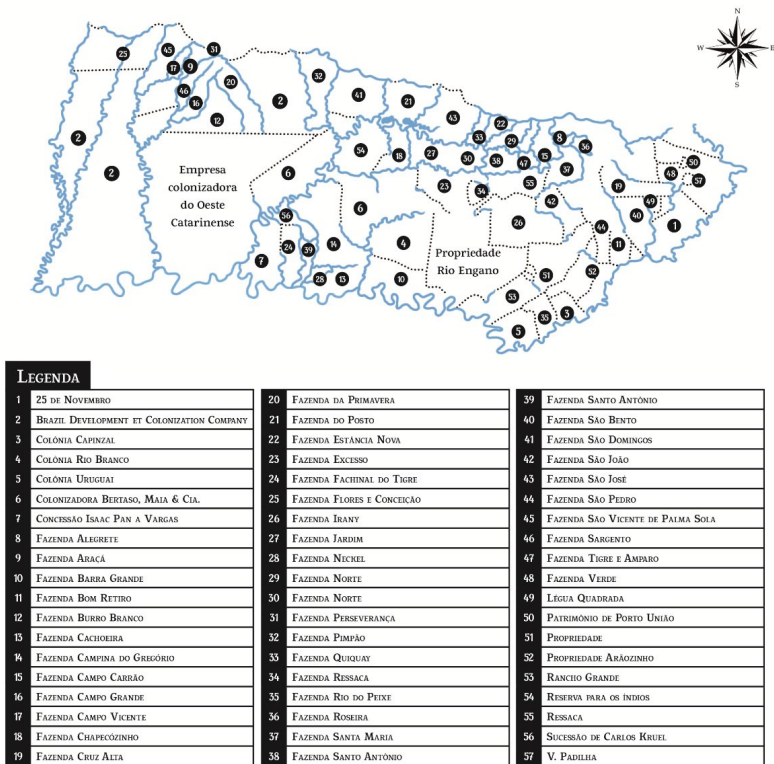


Figura 5. Processo de colonização no oeste catarinense de 1910-1920. Fonte: Piazza (1994, p. 257).

Quem eram as companhias colonizadoras? As companhias colonizadoras eram formadas por sócios com participação diversa de capitais, geralmente pertenciam a empresários sul-rio-grandenses. Atuavam na comercialização das terras no oeste catarinense, sendo as principais responsáveis pela colonização da região (Radin, 2009). A eles competia a escolha de uma migração dirigida e com grupos específicos que estivessem de acordo com os padrões propostos pelo Estado e pelas companhias colonizadoras.

As companhias colonizadoras obrigavam-se medir, demarcar, comercializar e lotear as áreas que podiam servir para lavoura e criação. Ofereciam condições aceitáveis de preços e prazos. Podiam comercializar as terras aos “intrusos” desde que tivessem condições financeiras para efetuarem o pagamento (Gritti, 2013). As empresas possuíam sua sede nos principais municípios do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul. Possuíam também escritórios e representantes nos municípios do oeste catarinense, como, por exemplo, a Companhia Territorial Sul Brasil, com sede no município de Palmitos.

As empresas uniam-se para dispor de terras de particulares ou do governo para comercializar, aproveitando as estruturas já existentes, inclusive com um aparato administrativo. As atividades podiam limitar-se à comercialização dos lotes, mas havia a possibilidade de contratarem imigrantes europeus e dedicarem-se também às atividades comerciais, especialmente no transporte fluvial. Estas últimas atividade era a mais lucrativas nas regiões coloniais. As empresas que atuavam no oeste catarinense também investiam no ramo madeireiro, e comercializavam terras para os imigrantes das colônias antigas, principalmente do Rio Grande do Sul (Christillino, 2005, p. 111-112).

Os elementos políticos estavam constantemente oscilando e causavam interferência na forma de conduzir a colonização. O in-

teresse das companhias colonizadoras particulares ou empresariais era realizar um bom negócio, ganhar dinheiro, mas, para isso, era necessário adquirir uma terra de boa qualidade e gente de boa qualidade. A administração dessas colônias estava ensejada nos moldes capitalistas (Waibel, 1979).

A partir da década de 1920, várias companhias colonizadoras foram favorecidas pelo poder público de Santa Catarina, concedendo áreas de terras para companhias particulares e empresariais. O Estado favorecia principalmente as que compartilhavam com o poder político estabelecido, ou seja, aquelas companhias que se propunham fazer a abertura de estradas, sendo essa ligação um fator determinante para que ocorresse uma integração no estado (Thomé, 2009).

O Estado catarinense não toma para si o projeto de colonização, mas transfere o cargo para as companhias colonizadoras assumirem a responsabilidade de colonizar esse espaço. As companhias colonizadoras faziam parte do projeto que o governo catarinense definiu como padrão. A divisão das terras, a introdução dos pequenos agricultores e a execução desse projeto de colonização na região Extremo-oeste ficavam ao cargo das companhias. Ao estado de Santa Catarina interessava assegurar a posse e o domínio da região. A política do governo era povoar com núcleos populacionais agrícolas, legitimando seu poder caso fosse alvo de reivindicações territoriais, como foi no Paraná e no Contestado (Vicenzi, 2008).

Desde a proclamação da República, a política de colonização era estimulada principalmente em áreas onde havia abundância de terras devolutas de domínio público. A política de colonização na região do Extremo-oeste era a mercantilização da terra e a seleção do pequeno agricultor que viesse adquiri-las, objetivando substituir as populações indígenas e caboclas, pois não eram condizentes com a proposta da política estabelecida pelo Estado e pelas colonizadoras.

As companhias dividiam as terras em pequenos lotes, desenvolvendo a pequena propriedade (Radin, 2009). O interesse das companhias era a lucratividade e encontravam proteção nas ações do governo.

A atuação das companhias colonizadoras seguia um padrão da política de exploração, propagando as vantagens que podiam encontrar em Santa Catarina. A possibilidade de lucratividade das empresas aguçava a condição de sua materialização. A Figura 6 mostra a configuração das áreas das companhias colonizadoras no Médio e Extremo-oeste catarinense<sup>22</sup> (década de 1930). Na região Extremo-oeste, atuaram várias companhias colonizadoras, como a Brazil Development and Colonization Company; Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.; Pepery-Xapécó Ltda.; Barth, Benetti & Cia Ltda. Também podemos visualizar a área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, entre outras.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> As companhias colonizadoras que atuaram no Meio e Extremo-oeste, obtiveram do governo catarinense, políticas de concessões de terras ou sucessivos contratos que permitiam a sua atuação nessa região.

<sup>23</sup> Sobre a atuação das companhias colonizadoras na região oeste catarinense, temos muitos estudos de referência: Pertile, (2008), *A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina*: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense; Piazza (1994), *A Colonização de Santa Catarina*; Nodari, (2002), Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras; Radin, (2009), *Representações da colonização*; Thomé, (2009), O Contestado no processo de colonização do oeste catarinense: causa ou consequência?; Werlang, (2002), *A colonização do oeste catarinense*; Werlang, (2006), *Disputas e ocupação do espaço catarinense*: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil; Poli, (1995), Caboclo: pioneirismo e marginalização; Renk, (1995), A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros; Renk, (2006), *A luta da erva*: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense e Valentini, (2000), *Da Cidade Santa à Corte Celeste*: memórias de sertanejos e a guerra do contestado. Essas referências permitem mergulhar no universo das companhias colonizadoras na região oeste catarinense.



**Figura 6.** Configuração das áreas das companhias colonizadoras no médio e extremo oeste catarinense, década de 1930. Fonte: Piazza (1994, p. 252).

A quantidade de companhias colonizadoras atuando no Extremo-oeste catarinense demonstrou ter sido um negócio extremamente atrativo. A atuação das companhias colonizadoras era semelhante, pois passavam pelas mesmas necessidades, dificuldades e deslocamento. Em geral, solicitavam ao governo segurança e proteção. Outro fator comum era o fato de o governo passar a construção de estradas a terceiros. A ausência do estado catarinense na aquisição de instrumentos agrícolas e ofertas de escolas foram fatores de reclamações entre os pequenos agricultores e as colonizadoras.

Ao receber a área para a colonização, as empresas exploravam ou asseguravam primeiro a madeira para depois comercializar as terras. O desenvolvimento da região ocorreu na medida em que a família do colono se instalava nas áreas abertas pelas colonizadoras. A partir da derrubada da mata, abria-se a possibilidade para a

prática da agricultura. Desde a década de 1940, o número de vilas e povoados cresceu muito, ocupados sobretudo por ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, teuto-russos, caboclos, entre outros. Eles foram os principais responsáveis em colonizar e repovoar o Extremo-oeste catarinense. A migração<sup>24</sup> foi dirigida a grupos específicos, pois tinham que se adequar aos padrões estabelecidos pelo governo e pelas companhias, segundo os quais a migração devia ser ordeira. A migração era “[...] um conjunto de práticas socioculturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família e faz com que a migrem para outro lugar para modificar um problema estrutural particular” (Nodari, 2002, p. 34). A migração se define como o deslocamento de pessoas ou de grupos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. Assim, os fluxos migratórios podiam ser fomentados por fatores econômicos, políticos e culturais.

A eficácia da divulgação da colonização do oeste catarinense fez com que atraísse compradores. O colonizador surgiu como uma alternativa para a concretização do empreendimento. Várias companhias colonizadoras exerceram influência política de seus sócios para se apropriarem das terras, passando a controlar áreas na região.

Evidenciam-se as relações de mercado incorporadas ao aparato estatal, responsável por uma série de medidas que visavam normatizar o acesso às terras no oeste catarinense, com o objetivo de incorporar essa região às relações de mercado nos moldes da produção capitalista. Esses elementos produziram uma série de embates nas cercanias sul/norte de Campo Erê, revelando que nesse espaço se configuravam grupos sociais na condição de “intrusos”. Paralelamente

---

<sup>24</sup> “A migração é um fenômeno interessante em si mesmo, e ela se constitui num interessante aspecto diagnóstico das estruturas sociais e econômicas das sociedades de origem e de recepção das pessoas” (Nodari, 2002, p. 29).



te à ação do Estado na tarefa das políticas de colonização da região, fez-se presente a ação das companhias colonizadoras particulares.

A ligação do primeiro e do segundo capítulos se deve justamente a essas políticas e às ações de colonização promovidas pelo governo catarinense e pela atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, que atraía os pequenos agricultores para reocuparem um determinado espaço que o estado catarinense considerava vazio. As práticas das colonizadoras de inserção desses grupos produziram a noção de “intruso”. Essas políticas e práticas do governo catarinense e da Companhia Territorial Sul Brasil não conseguiam assentar todos os pequenos agricultores de uma forma harmônica. A companhia não conseguia realizar esse processo, o que resultava em vários conflitos pela posse da terra nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

## CAPÍTULO II

---

### Nas cercanias de Campo Erê (1970-1980)

**O** segundo capítulo analisa como as ações da colonização transformaram a terra em mercadoria, numa área da Companhia Territorial Sul Brasil. A companhia buscou implementar a mercantilização das terras, principalmente para os pequenos agricultores, através de intensa propaganda, (Kalenders, jornais) e tendo a presença da Igreja Católica no empreendimento, demonstrando ser um lugar adequado, propício para adquirir terras.

A partir do momento em que as relações de mercado passaram a conquistar sua hegemonia na região do Extremo-oeste catarinense aconteceram mudanças significativas em relação à concepção da terra, passando a ser colocada num patamar de mercadoria que se pudesse trocar e vender. Essas discussões são importantes, pois permitem a compreensão do funcionamento, do método de colonização que a Companhia Territorial Sul Brasil desenvolveu na sua área de atuação a partir de 1925.

A discussão sobre a mercantilização das terras e as ações da Companhia Territorial Sul Brasil nessa região é imprescindível para que trace o panorama no qual se desenrola as políticas e as ações que culminam com o epicentro de intrusão que foi essa região de Campo Erê.

## **2.1. A terra transformada em mercadoria**

O processo colonizatório alcançou um aspecto de mercantilização de vasta área de terra na região Extremo-oeste catarinense. Compreender como a terra entra na lógica mercadológica é crucial para a pesquisa, pois revela que grupos não entendiam e outros não possuíam capital para adquiri-la.

A fronteira agrícola na região Extremo-oeste catarinense e a atuação das companhias colonizadoras demonstraram que as autoridades catarinenses, através da colonização, seriam possíveis de assegurar a posse efetiva da região denominada Contestado. O governo catarinense procurou facilitar a atuação das empresas colonizadoras particulares no início do século XX.

Assim, associou o interesse do governo, das empresas de colonização e dos grupos de pequenos agricultores que possuíam aspiração em adquirir lotes agrícolas. Essa “[...] aliança entre a empresa privada e o Estado, sob a égide do grande capital, era uma operação econômica e política que garantia a implantação dos projetos, a formação da empresa agropecuária [...]” (Ianni, 1979, p. 227). Diante disso, “a colonização foi articulada por empresas que perceberam que a terra enquanto mercadoria era excelente para a reprodução do capital através do seu comércio” (Heinsfeld, 2014, p. 221). A terra foi transformada em mercadoria, comércio, instrumento de troca, e inserida no âmbito de reprodução do capital como propriedade privada, potencializada pelas empresas colonizadoras.

Tanto as terras devolutas como as terras ocupadas, todas as terras estão sendo necessariamente apropriadas de forma privada, segundo os estatutos jurídicos estabelecidos pelo poder estatal, em âmbito federal ou estadual. Tanto as terras devolutas federais e estaduais, como as terras ocupadas em tempos recentes ou antigos, todas as terras estão em processo de apropriação privada, legitimada pelo poder estatal. Como objeto e meio de produção, a terra passa a fazer parte das condições de produção de mercadorias, de valores de troca; ela mesma é transformada em mercadoria [...] (Ianni, 1979, p. 162).

O valor mercantil que a terra passou a ter fez com que as terras devolutas ou ocupadas passassem para a forma privada, legitimadas pelo aparato estatal tanto no âmbito federal quanto estadual. A terra estava inserida num processo de comercialização empregado pelas companhias colonizadoras. O desenvolvimento da região Extremo-oeste ficou a cargo de empresas colonizadoras particulares.

O fato de o Estado confiar às companhias colonizadoras a direção desse processo e se omitir ou ser conivente com seus procedimentos demonstra que atendia a uma complexa teia de interesses particulares traçada no período. Nesta teia, o Estado também buscou se eximir de diversas responsabilidades relacionadas à infraestrutura das áreas coloniais. Para a construção de estradas, negociou a tarefa com as companhias colonizadoras, que também iniciaram o oferecimento escolar e foram paulatinamente repassando-o às comunidades e à igreja, as quais difundiram diversas outras atividades pedagógicas e assistenciais (Radin, 2009, p. 24).

O Estado catarinense não tomou para si o projeto de colonização, mas ficou a cargo das companhias colonizadoras, que tinham a

tarefa de proporcionar a infraestrutura na região Extremo-oeste. O governo fez concessões de terras para que se promovessem a colonização e a infraestrutura necessária, ou seja, proporcionou a reocupação definitiva da região, construindo estradas para o transporte e o deslocamento dos pequenos agricultores. Com essas medidas, o governo esperava o desenvolvimento e agregava a região ao restante do estado.

A colonização significa a efetivação das companhias colonizadoras na divisão e comercialização dos lotes de terra, facilitava a venda desses lotes, pois havia necessidade pelas características físicas da região. A partir do fluxo migratório, ocorreu a reconstrução do espaço, pois as regiões não se explicavam por tipologias, mas por processos que se criaram historicamente e que se vinculavam à expansão de produção capitalista que ordena os espaços (Carbonari, 2009). Os espaços considerados vazios pelo Estado e pelas companhias colonizadoras foram viabilizados. A pequena propriedade familiar apareceu como uma alternativa significativa para a colonização, no qual, “[...] estrategicamente, o governo brasileiro estimulou a colonização com a finalidade de ocupar esses espaços vazios [...] pela pequena propriedade de agricultura familiar, que se constituiu na principal alternativa [...]” (Radin, 2009, p. 25).

A terra passa a ter um valor de renda em capital e a propriedade privada percorre por constantes recriações, surgindo várias formas de mudanças de renda da terra, tendo, com isso, uma correlação de forças e de produção de relações sociais. As terras próximas aos núcleos coloniais propiciavam preços mais altos em relação a outras áreas mais distantes. A comercialização, com o apoio do Estado, utilizando-se dos pequenos agricultores, tornou-se um negócio para os empresários e para os proprietários. As colonizadoras definiam a prática da comercialização e, conforme corria a procura, os preços

aumentavam. A terra passou a ser dividida em lotes registrados pelos órgãos públicos, dando a existência legal. A partir disso, a escritura pública legitima, atesta o seu pertencimento. Em contrapartida, a terra não era mais considerada pelo termo de posse, causando a intrusão do que já estava estabelecido antes do processo colonizatório. O governo catarinense tinha regularizado os trabalhos de medição e a situação das terras devolutas ocupadas por “intrusos”, tornando possível atrair ao estado a corrente migratória e promover a fixação do colono (Radin, 2009).

A proposta em dividir os lotes em outros menores facilitava a comercialização com valores mais acessíveis. Podia exercer uma variação nos valores quando os lotes de terras estavam próximos a ferrovias, estradas, núcleos já estabelecidos. Os lotes mais distantes ou de difícil acesso, ou dependendo do seu relevo, podiam sofrer uma variação no preço. A colonização no Brasil meridional não devia concentrar-se em áreas favoráveis ao desenvolvimento do latifúndio. A colonização passou a ser planejada pelos governos seja central, seja estadual (Heinsfeld, 2014). A colonização não ocorreu de forma espontânea, mas com pequenos proprietários, surgindo a formação de núcleos coloniais pioneiros, as chamadas colônias velhas. A gradativa expansão demográfica, proporcionada por imigrantes na procura de terras novas para a formação de novos núcleos fez surgir as chamadas colônias novas.

[...] sobretudo imigrantes casados adquiriam uma colônia, para explorá-la, nas terras postas à disposição pelo governo ou particulares. A chegada dos filhos aumentava a força de trabalho e, portanto, a produção. Ao crescerem e casarem-se, os filhos buscavam um novo lote, prosseguindo o ciclo iniciado pelos pais. Famílias já constituídas mudavam-se

igualmente para abandonar terras já cansadas (Vicenzi, 2008, p. 303).

Ao governo catarinense interessava garantir a posse e o domínio da região, promovendo a criação de novos núcleos coloniais agrícolas. Legitimava seu poder sobre esse território através da ação das companhias colonizadoras, começou a divulgação e a mercantilização das terras do Extremo-oeste catarinense.

A partir do momento em que a terra se torna mercadoria, atribuiu-se o valor de troca, passa a ser uma fonte de renda. A colonização adquiriu aspecto de comercialização de vastas áreas, conhecidas como “espaços vazios”, mas agora com valor de mercado. Explorando os recursos naturais da região, a terra adquiriu caráter de valorização por meio de sua comercialização. Para o pequeno agricultor, o Extremo-oeste catarinense surgiu como um novo espaço para a formação de uma classe de pequenos produtores agrícolas e comerciantes ascendentes, em sua maioria ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, teuto-russos e caboclos. Percebe-se que os diferentes grupos possuem realidades opostas ao modelo de sociedade e colonização a ser adotado na região, pois se evidenciam grupos, independentemente de sua etnia, os chamados “intrusos” em áreas conhecidas como “terras enguiçadas”. A partir da recolonização do Extremo-oeste catarinense, as terras passam a ter seus entraves mais conflitantes.

## **2.2. A terra e seus entraves**

A colonização da região Extremo-oeste catarinense evidencia uma conjuntura de ocupação dos vazios demográficos numa área fronteira com a Argentina, assegurando a defesa nacional. Esse enredo torna-se propício para a mercantilização da terra e evidencia

um vantajoso negócio para as colonizadoras. É na área de fronteira com a Argentina que se estabelecem os conflitos nas cercanias de Campo Erê. É no espaço de “terras enguiçadas” que se constitui a intrusão num emaranhado de controvérsias e de multidimensionalidades em relação aos “intrusos”. Perceber como essas “terras enguiçadas” foram se construindo é importante, pois permite entender quais eram esses espaços em que os “intrusos” se deslocavam, e isso dá um norte para relacionar a intrusão.

Nas cercanias de Campo Erê está localizada a gleba Mundo Novo, área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. É uma área considerada “terra enguiçada”, pois havia um significativo número de “intrusos”, entre grupos de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros e teuto-russos, e principalmente caboclos, que ocupavam o espaço vazio. Espaço em que se deram vários conflitos pela posse, trazendo à tona uma trama que se multiplicou por décadas, mas que tomou forma mais acentuada entre os anos de 1970 e 1980.

As companhias colonizadoras introduzem a mercantilização nessa região do Extremo-oeste catarinense. Esse período de colonização trouxe transformações ligadas às relações sociais que se devolveram na colônia. Relações essas como o modo de vida, lazer, trabalho, uso da terra. O caboclo tinha noção do uso da terra, mas não de sua aquisição, por isso tornou-se força de trabalho do colono, ou era isolado para outras regiões distantes, ou em áreas enguiçadas (Woloszyn, 2007). A presença e a movimentação do caboclo eram constantes, passando por todas as fases econômicas do Extremo-oeste catarinense, demonstrando que sua mão de obra era de suma importância para a implantação do processo econômico e o acúmulo de possíveis riquezas.

Ao discorrer sobre a assimilação desses elementos, a presença dos pequenos agricultores, amparados por lei, tornaram-se os legíti-



mos donos da terra. Sendo assim, o indígena e o caboclo entendiam a terra como valor de uso e não como produto mercantilista. Compreender as múltiplas dimensões desses elementos possibilita entender que os grupos que se deslocaram para esse espaço se impuseram aos já estabelecidos (indígenas e caboclos), que tradicionalmente habitavam esses espaços (Werlang, 2006). Foi nesse espaço que, com a presença das colonizadoras, foram chamadas terras enguiçadas, porque estava povoado por “intrusos”.

Grupos de pequenos agricultores culturalmente diferenciados, com organização social própria, ocuparam e utilizaram seus territórios e recursos numa conjuntura de reprodução cultural, social e econômica. A ausência de políticas públicas em Santa Catarina colaborou para a desagregação, desarticulação da tradicionalidade, da territorialidade e do modo de vida desses grupos (Föetsch, 2014).

A visão mercantilista introduzida na região Extremo-oeste catarinense e patrocinada por companhias colonizadoras era desconhecida do caboclo. Estando à margem dessa sociedade, não tendo os meios e não compreendendo o interesse em adquirir uma propriedade, tornou-se, então, força de trabalho complementar nas lavouras do novo proprietário, ou afastado da fronteira agrícola pelas companhias colonizadoras em regiões isoladas e distantes, ocupando outros “espaços vazios” ou as “terras enguiçadas”. A conjuntura do universo do caboclo fez com que as cercanias de Campo Erê e a área da gleba Mundo Novo fossem consideradas as principais áreas de intrusão, gerando conflitos na área da Companhia Territorial Sul Brasil. Este tema será abordado nos próximos capítulos.

Mesmo nos espaços considerados vazios ou “terras enguiçadas”, a presença do caboclo beneficiou a instalação dos primeiros pequenos agricultores, pois ele já havia derrubado a mata, além disso foi utilizado como mão de obra na extração de erva-mate, madeira,

formação de balsas, abertura de estradas e demarcação de lotes. As companhias colonizadoras difundiam que os antigos moradores (indígena e caboclo) não possuíam domínio sobre a terra, pois não havia documentação que a regulamentasse. Assim, organizaram a “limpeza da área”<sup>25</sup>, facilitando a mercantilização dessas áreas (Radin, 2009). Mas se essas áreas deviam ser “limpas”, então, quem estava ali? O “intruso”. A presença do “intruso” podia trazer dificuldades para a companhia empreender a retirada da sua posse.

A presença do caboclo de não consentir com a visão capitalista a ser empregada, atrapalhava a mercantilização das terras aos pequenos agricultores, havia, então, a necessidade de proceder seu afastamento em determinadas áreas a serem colonizadas (Poli, 2001). Com relação à Companhia Territorial Sul Brasil, o afastamento e o deslocamento desses grupos considerados “intrusos” ocorreram com mais intensidade na área da gleba Mundo Novo nas cercanias sul de Campo Erê, principalmente pelas práticas de mercantilização que desenvolveu, criando uma espécie de “corredor”,<sup>26</sup> promovendo uma seleção dos possíveis compradores. Conforme ocorriam os levantamentos realizados pela companhia e localizados os “intrusos”, esses se deslocavam para outras áreas e assim sucessivamente, tornando essas novas ocupações também “enguiçadas”, pois estavam novamente presentes os “intrusos”. Um ponto culminante de encontro desses “intrusos” foi na região sul/norte de Campo Erê. Isso porque ao sul, a área caracterizava-se como acidentada, como se costuma dizer, “dobrada”,<sup>27</sup> e poucos compradores adquiriam essas áreas.

<sup>25</sup> Limpeza da área é a expulsão de grupos de posseiros intrusos da terra.

<sup>26</sup> Esse “corredor” é uma referência a um possível caminho entre os municípios de Palmitos e São Carlos em direção a Campo Erê, divisa com Paraná.

<sup>27</sup> Terra dobrada é terreno com superfície irregular, com aclives e declives acentuados.

No norte a área era de campo, constituídas de fazendas, para muitos considerada improdutivo. Esses elementos são cruciais para entender o motivo dessa região serem consideradas áreas de “terras enguiçadas”. O multifacetamento do “intruso” é um tema que será abordado nos próximos capítulos.

Por fim, a colonização das áreas consideradas devolutas era uma das políticas empregadas pelo estado de Santa Catarina. Foi por meio das companhias colonizadoras que o Estado começou colocar em prática o plano de integração da região. As empresas tinham o papel de comercializar as áreas, criando núcleos coloniais. Para isso se responsabilizavam pelo repovoamento de determinadas áreas através da instalação de imigrantes europeus e ascendentes. O processo de colonização desencadeou ocupação dos vazios demográficos através da mercantilização da terra promovida pelas colonizadoras. Os vazios demográficos ou as “terras enguiçadas” propiciavam o surgimento de grupos caracterizados de “intrusos”. Os temas relacionados à atuação e conduta da Companhia Territorial Sul Brasil na sua área de atuação são abordados na sequência. A companhia foi uma das principais colonizadoras que atuou na mercantilização de terras no Extremo-oeste catarinense. As práticas desenvolvidas por essa companhia fizeram com que surgissem conflitos sociais em torno da questão da terra.

### **2.3. A Companhia Territorial Sul Brasil no Extremo-oeste catarinense**

Este tópico objetiva trazer elementos da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na região do Extremo-oeste catarinense, que fazem parte de um amplo processo político, cultural e econômico que viabilizaram a configuração da mercantilização da terra

nas cercanias de Campo Erê. Vários conflitos nessa região possuem análises em torno da questão da terra. A configuração da territorialização agrária inclui os sujeitos desses conflitos que pretendemos analisar, os “intrusos”. O “intruso” é o sujeito dessa região e teve a ação direta da Companhia Territorial Sul Brasil.

A ação da Companhia Territorial Sul Brasil demonstra que a empresa exercia influência ou troca de favores políticos se apropriou de uma vasta área de terras, promovendo a colonização. Conforme a colonização avançava na fronteira entre o Extremo-oeste catarinense e o noroeste do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná, ocorria o deslocamento, a alocação dos pequenos agricultores, a comercialização dos lotes de terras e o recuo dos considerados “intrusos” pela companhia para outras áreas.

As narrativas dessa descrição baseiam-se em duas fontes principais: a ata da assembleia de 23 de maio de 1925 da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil e o memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Tratam-se de documentos avulsos do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, em Maravilha<sup>28</sup>. Em 9 de agosto de 1920 foi organizada, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda. A empresa tinha como proposta a compra e venda de terras, construção de estradas de ro-

---

<sup>28</sup> Memorial e Ata. O Memorial foi apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu. Mas, o Memorial é texto laudatório porque ele se presta para isto, a companhia faz uma descrição de suas ações, de sua política de atuação. É o ponto de vista de que está realizando o memorial. A ata se configura num registro dos eventos importantes que ocorreram em uma reunião deliberativa. É utilizada para manter o registro de decisões e argumentos que foram previamente apresentados durante a reunião.

dagem, colonização, exploração comercial e industrial. Essa empresa foi sucedida em 23 de maio de 1925 no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pela Companhia Territorial Sul Brasil, com capitais exclusivamente brasileiros e regidos por estatutos arquivados na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 2 de junho de 1925, sob o nº 15.871.<sup>29</sup>

A Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda., antecessora à Companhia Territorial Sul Brasil, obteve concessões de títulos de três glebas de terras. A primeira ocorreu em 13 de novembro de 1920, registrada em 16 de março de 1921 sob o nº 200, livro n. 3, de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 467.074.800 m<sup>2</sup> (46.707 hectares); a segunda ocorre em 10 de novembro de 1922, registrada em 15 de maio de 1923 sob o nº 354, livro n. 3, de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 1.702.238.896 m<sup>2</sup> (170.224 hectares); o terceiro correu em 6 de dezembro de 1923, registrada em 1º de maio de 1923 sob o nº 353, livro n. 3, de Transcrições de Imóveis da Comarca de Xapecó, com uma área de 297.761.104 m<sup>2</sup> (29.776 hectares). A Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda. possuía uma concessão de terras de 2.467.074.800 m<sup>2</sup> (246.707 hectares), transferida da Companhia Territorial Sul Brasil por escritura pública de compra e venda, lavrada em 26 de agosto de 1925 no cartório do tabelião Cid Campos, em Florianópolis, livro n. 137, folha 64v a 68, devidamente registrada em 5 março de 1927 sob o nº 793, a, folhas 52 do livro n. 37, de Transcrições de Imóveis da Comarca de Xapecó.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>30</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernan-

A Companhia Territorial Sul Brasil recebeu do estado de Santa Catarina, por título de concessão, em 21 de dezembro de 1934, transcritos em 22 de fevereiro de 1938 sob o nº 3.586, no livro C do Registro de Imóveis da Comarca de Xapecó, nova gleba com uma área de 305.760.318 m<sup>2</sup> (30.576 hectares). Com essa nova gleba, a Companhia Territorial Sul Brasil adquiriu uma área total de 2.772.835.188 m<sup>2</sup> (277.284 hectares), localizada no município de Xapecó. Para efeito de imposto territorial, a primeira área de 2.467.070.800 m<sup>2</sup> (246.707 hectares) ficou inscrita na Coletoria de Renda de Passarinhos. A área de 305.760.318 m<sup>2</sup> (30.576 hectares), denominada Mundo Novo, ficou inscrita na Coletoria de Renda de Dionísio Cerqueira. A área da Companhia Territorial Sul Brasil, um total de 2.772.835.188 m<sup>2</sup> (277.284 hectares), aproximadamente 11.485 lotes de terra, com área de 242.000 m<sup>2</sup> (24,20 hectares) cada um. De acordo com a política da empresa, ou seja, com o plano estabelecido, subdividiu e demarcou, inicialmente, uma área de 1.087.969.137 m<sup>2</sup> (108.797 hectares), compreendendo as seguintes divisões: 3.814 lotes rurais com área variando entre 20 e 30 hectares; 596 chácaras com área variando entre 10 e 20 hectares e dois 2.000 terrenos urbanos com área variando entre 1.000 e 10.000 m<sup>2</sup>.<sup>31</sup>

A Companhia Territorial Sul Brasil promoveu a colonização de uma vasta área de terras na região Extremo-oeste catarinense. A companhia constituiu uma sociedade anônima em 23 de maio de 1925 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com o objetivo de explorar terras e madeiras. A divisão das ações da empresa ficou assim constituída: general Adalberto A. dos R. Petrazzi, com 478 ações;

---

do, Maravilha.

<sup>31</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

Otto Niemeyer, 955; Dr. Frederico Dahne, 143; Arthur Schwerin, 95; Emílio Gertum, 468; Olímpio Guimarães, 9; Elvira Castro de Oliveira, 428; Archimedes V. Cavalcanti, 25; Gastão de Oliveira, 25; J. Oswaldo Rentzsch, 9; Jorge Júlio Schilling, 160; Abílio Chaves de Souza, 468; Salathiel Soares de Barros, 9; Frederico Carlos Gomes, 468; Arthur E. Kus, 1.250 ações. Os acionistas possuíam 998 contos de réis (998:000. 000) de capital social, num total de 1.300 contos de réis (1.300:000.000), correspondente a 6.500 ações, com um valor nominal de duzentos mil réis cada uma.<sup>32</sup>

A duração de atuação da companhia era estimada em 25 anos, contados a partir de 23 de maio de 1925, podendo ser prorrogada em conformidade com os acionistas. O objetivo era comprar e vender madeiras e terras para lavoura, além de promover, contratar e executar todo e qualquer serviço de interesse com a colonização. A sede da companhia e o foro serão no município de Porto Alegre. Seu capital era estimado em 1.300 contos de réis (1.300:000.000), divididos em 6.500 ações, com um valor cada ação de duzentos mil réis. As ações são nominativas e indivisíveis em relação à companhia, assim, as ações de capital foram emitidas 5.250, o valor de prêmio de duzentos mil réis, as quais dão direito aos seus portadores a participação dos lucros sociais.<sup>33</sup>

O objetivo dessas ações visava recompensar os serviços prestados pelos acionistas. As ações de prêmio, bem como as de capitais, podem ser transferidas livremente. Para tanto, os lucros e dividendos e de fundo de reserva referentes aos produtos das vendas realizadas

---

<sup>32</sup> Ata da assembleia de 23 de maio de 1925, da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>33</sup> Ata da assembleia de 23 de maio de 1925, da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

serão retirados 5% a serem distribuídos da seguinte forma: 2% ao diretor-presidente; 1% ao diretor-gerente, além de um ordenado mensal de 1:000.\$000 (um conto de réis), e os 2% restantes distribuídos entre os membros do Conselho Fiscal. Os lucros líquidos, onde 10% serão destinados ao fundo de reserva e os 20% serão divididos entre os acionistas, sendo 30% aos acionistas que possuírem ações de prêmio e os 40% aos de ações de capital.<sup>34</sup>

A composição das terras da companhia compreendia as colônias de Palmitos, São Carlos, Passarinhos, São Domingos, Iraceminha e Ilha Redonda. Nessas colônias havia mais de nove mil lotes a serem comercializados. Os lotes rurais foram divididos numa área de 24,2 hectares, alguns maiores, outros menores, conforme a topografia. O plano de loteamento adotado pela direção da companhia foi dividir a área em lotes, a fim de desenvolver toda a área de suas terras em três direções: norte, oeste e leste. A área foi medida e demarcada em seções e linhas, assim denominadas: Barra Grande, Chapecó, Primeira Ilha Redonda, Iracema, Primeira Palmitos, Segunda Passarinho, Terceira Passarinho, São Domingos, Saudades, Anta Gorda, Araçá, Barra Pequena, Beverini, Borevi, Caititu, Cunhataí, Diamantina, Linha do Meio, Glória, Maipu, Pindó, Riqueza, Coati e Central. As cercanias sul/norte de Campo Erê situam-se ao norte das terras da Companhia Territorial Sul Brasil. A Figura 7 a seguir situa a área geral das terras da Companhia Territorial Sul Brasil no Extremo-oeste catarinense (1957). Esse fatiamento promovido pela companhia tinha o propósito de facilitar a demarcação da área e o controle das vendas dos lotes, para posteriormente serem mercantilizadas. A expansão territorial da companhia deu-se de forma rápida,

---

<sup>34</sup> Ata da assembleia de 23 de maio de 1925, da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.





chegando, na década de 1950, a 48 seções, servidas de estradas gerais e vicinais.<sup>35</sup>

A Companhia Territorial Sul Brasil considera as condições hidrográficas das terras produtivas, pois contam com vários cursos de água, arroios e rios, como Uruguai, Antas, Iracema, São Domingos, Passarinhos, Palmitos, Barra Grande, Saudades, Burro Branco, Pesqueiro, Sargento, entre outros. Os núcleos ou povoações estão distantes aproximadamente 20 km um do outro, interligados por estradas, facilitando o deslocamento de grupos de pequenos agricultores. Nas povoações e suas circunvizinhanças, foram medidos e demarcados lotes urbanos e chácaras.<sup>36</sup>

Na década de 1940, a companhia contava com uma linha de ônibus interna que ligava São Carlos - SC a Iraí - RS, com duas viagens semanais. Havia também, no mesmo período, uma linha externa entre São Carlos a um significativo número de municípios e vilas do Rio Grande do Sul. Mas, por que a companhia possuía linhas de ônibus que interligava com o Rio Grande do Sul? Essas linhas de ônibus possibilitavam que as pessoas tivessem a oportunidade de se locomoverem para conhecerem as terras da companhia, tendo como ponto de parada os municípios de São Carlos e Palmitos.<sup>37</sup>

A companhia promovia uma ampla propaganda quanto à fa-

---

<sup>35</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha - SC.

<sup>36</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>37</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

cilidade de locomoção até suas terras. Procurava divulgar também que a viação férrea do Rio Grande do Sul mantinha no município de Iraí, distante apenas quatro quilômetros da sede da colonizadora, uma estação que atendia o serviço de transporte de cargas e passageiros entre Iraí e Santa Bárbara por meio de caminhões e ônibus, que trafegavam em combinação com os trens. A companhia demonstrou dificuldade inerente à colonização de uma gleba considerada antes desabitada, inculca e sem estradas. Tratava-se da gleba Mundo Novo, região de Campo Erê, que contava com a presença principalmente de caboclos. Essa área que nas décadas de 1970 e 1980 passaria por uma série de conflitos com “intrusos” pela posse da terra.<sup>38</sup>

A companhia promoveu um levantamento da população que havia em suas terras em 1944, que era de aproximadamente dez mil “almas” (o termo “almas” é utilizado pela companhia quando refere ao número de pessoas em suas terras), constituídas de diversas nacionalidades, com predomínio da nacional,<sup>39</sup> com aproximadamente 84% do total. Seguindo em escala decrescente, os russos com 8%, alemães com 7% e italianos, suíços, austríacos, poloneses, argentinos e paraguaios com 1% sobre o total desse conjunto. Os dados do levantamento de 1944 revelam que 84% da população eram de nacionais, significando que a maioria dessa cifra era caboclo.<sup>40</sup> Demonstra

---

<sup>38</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>39</sup> O “nacional” é um termo muito utilizado para denominar uma camada da população brasileira, que na literatura geralmente é identificada como caboclo, caipira, brasileiro. O nacional independe do grupo étnico que se estabelece na concessão de terras da Companhia Territorial Sul Brasil.

<sup>40</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

também que os grupos de indígenas e caboclos estavam nessa região no regime de posse antes dos ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros e teuto-russos. Também havia uma cifra pequena de argentinos e paraguaios, isso se deve à proximidade fronteira com a região Extremo-oeste catarinense.

A produção agrícola, industrial e criação, desenvolvida nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil na década de 1940, era bastante diversificada, alcançando, em média, Cr\$ 8.000.000.00 anuais. Entre a produção das culturas podemos considerar o fumo em folha e em corda, milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, arroz, batatinha, lentilha e trigo. Quanto à criação/produção industrial, temos suínos, vacum, aves, couro, banha, mel, cera de abelha, madeiras bruta e beneficiada, veículos de tração animal, ferramentas agrárias, farinha de mandioca, de milho, arroz beneficiado e aguardente. Percebemos que havia uma significativa diversidade de produtos industrializáveis.<sup>41</sup>

Dependendo da seção onde os pequenos agricultores tivessem suas posses, eram isolados, com dificuldade no deslocamento entre as seções. De acordo com a posse, a produção não seria elevada, mas era destinada para a estabilidade, manutenção do pequeno agricultor, que comercializava seu excedente no comércio das proximidades. A Companhia Territorial Sul Brasil salienta que em seu território há uma rica porção pouco “[...] inacessível à presença do homem, pela ausência de vias de comunicação e pela falta de garantias e dificuldades que pareciam intransponíveis, floresce de modo notável pela organização metódica e pela fixação do colono ao seu solo [...]”<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>42</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação,

Nota-se que a companhia enfatiza a inexistência da figura do homem, e não menciona a presença do indígena e do caboclo nesse espaço. A presença desses grupos estaria atrapalhando a mercantilização de suas terras. Esse espaço mencionado pela companhia provavelmente seja a gleba Mundo Novo, área geograficamente mais distante de Palmitos, sede da companhia.

A companhia exalta suas dificuldades para colonizar suas glebas antes desabitadas. Dessa forma, percebe-se um discurso na ótica capitalista, pois desconsidera a presença dos indígenas e dos caboclos em suas glebas. A companhia enfatiza que, antes de sua chegada, a área era desabitada e inculta, por isso não mediria esforços para que na região tivesse o progresso. Mesmo relatando que passou por dificuldades, a companhia ressalta inúmeros benefícios proporcionados na formação econômica da região. Ainda inserido num discurso capitalista, a colonizadora se propôs arrancar a esterilidade e incorporar a civilização na imensidão dos rincões. Para tanto, estava determinada a ser colaboradora leal dos poderes públicos. Usando várias estratégias na política de colonização, entre as quais o discurso proferido pelo governador de Santa Catarina Adolfo Konder, em abril de 1929, por ocasião da sua passagem pelas terras da companhia. Esse discurso foi pronunciado em Cascalho e reproduzido no jornal *República* de Florianópolis em 30 de maio de 1929.<sup>43</sup>

Simpatia e respeito merecem, sim, as empresas que á semelhança do Sul do Brasil, objetivam a alta e

---

Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>43</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de ermos e descampados, semeando cidades e povoando o sertão. O surpreendente sucesso de São Carlos, Palmitos e Cascalho (hoje Passarinho), povoados, que, como por encanto, estão a brotar às margens do Uruguai, prova o acerto dessa parte, sabida política da gléba, que desejaria vêr, por toda a parte fortuna do estado, por cujo engrandecimento todos temos o dever de trabalhar, resolutamente, porfiadamente, patrioticamente [...].<sup>44</sup>

Na política de integração proposta pelo governo catarinense está a “Bandeira Konder” de 1929. Na visita que fez à região Extremo-oeste catarinense, um dos pontos de parada foi em Cascalho, Palmitos, sede da Companhia Territorial Sul Brasil. No discurso, o governador do estado Adolfo Konder enfatiza a maneira honesta com que a Companhia Territorial Sul Brasil desempenha seu compromisso com o desenvolvimento/progresso colonizador da região. Esse discurso foi muito utilizado pela companhia para obter benefícios com os órgãos públicos, e na sua divulgação nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul (Werlang, 2002).<sup>45</sup>

Essa prática de intimidar e expulsar os “intrusos” foi muito utilizada pela companhia, principalmente na gleba Mundo Novo, na região de Campo Erê. Para assegurar seus empreendimentos na região Extremo-oeste catarinense, a Companhia Territorial Sul Brasil contratou o diretor Carlos Culmey<sup>46</sup> para conduzir a colonização.

<sup>44</sup> Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>45</sup> Sobre a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, ver Werlang (1992, 2002, 2006).

<sup>46</sup> “Contratado para diretor-gerente em 1926, coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano da Cia. Sul Brasil. Culmey esteve na frente desta tarefa até maio de 1839 [...]” (Werlang, 2006, p. 52).

Coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização da companhia (Werlang, 2006).

As terras que se localizavam entre dois rios constituíam-se uma divisão seca, conhecida como travessão. O tamanho do lote variava, em média, de 25 a 35 hectares, dependendo da localização dos rios. Conforme as seções iam sendo ocupadas, passavam a ser subdivididas em três a quatro comunidades, chamadas de linhas, uma vez que abrangiam moradores dos dois lados de um rio, separados geograficamente por outras linhas, pelo travessão, isto é, pela divisa seca. A escassez de pontes era suavizada com a construção de pinguelas. A companhia tinha como política vender os lotes em sequência próxima à sua sede, levando em consideração a etnicidade e o credo religioso. O pequeno agricultor que adquiria o lote tinha um prazo de cinco a 18 meses para a reocupação. Aos que ocupavam o lote além desse prazo, era sugerido um lote mais distante da sede. No estabelecimento das famílias com sucesso era necessária uma organização comunitária (Werlang, 2002).

A reocupação sistemática do espaço facilitava o deslocamento para os lotes subsequentes. A companhia abria uma estrada geral para demarcar os lotes, as picadas secundárias ficavam a cargo dos pequenos agricultores. Geralmente a aquisição dos lotes era com o pagamento de uma entrada, sendo o restante parcelado. O pequeno agricultor podia pagar com o trabalho na abertura de estradas, abtendo o juro ou a prestação do lote adquirido.

Em Passarinhos ocorria o controle de todos os contratos da comercialização das terras. Na compra de um lote, era normal fazer a reserva de outro que fizesse divisa com o adquirido. Acerca da política de organização da companhia, pelo menos no início de sua colonização, os pequenos agricultores permaneciam no acampamento da companhia que era em Cascalho, Palmitos, até improvisar seu

próprio acampamento na terra que adquiriu. Regularmente os lotes eram comercializados em sequência de proximidades da sede da companhia. A companhia, por sua vez, exigia que os lotes fossem ocupados no máximo em 18 meses. Se o pequeno agricultor queria adquirir um lote para não ocupar imediatamente, era orientado a adquirir um lote mais distante (Schuh, 2011).

Partindo desse contexto e dessa estrutura, essas concepções reforçam a tese de que os “intrusos” foram empurrados em direção ao norte das terras da companhia, ou seja, para as cercanias de Campo Erê, pois a metodologia de mercantilizar os lotes mais próximos de sua sede fez com que esse “intruso”, sem condições financeiras de adquirir seu lote, migrasse para outras áreas, muitas vezes dentro do próprio espaço da companhia. Dessa maneira, se fosse encontrado pelas cercas da companhia, ocorria nova migração. Pelos contratos de promessa de compra e venda<sup>47</sup> desenvolvida pela companhia, eram reservados à Companhia Territorial Sul Brasil os seguintes direitos:

1ª clausula: O comprador fica obrigado a ceder gratuitamente o terreno necessário para a abertura de estradas gerais, vicinais ou de caminhos de comunicações para outros lotes coloniais em conformidade com a legislação vigente; bem como ceder gratuitamente para os pontilhões, bueiros e outras obras públicas as madeiras, pedras e outros materiais necessários as ditas obras da parte ainda inculta do terreno comprado; 2ª clausula: Caso se verifique erro de cálculo na área superficial do terreno comprado, não cabe ao comprador o direito de exigir o complemento da área faltante ou a devolução do que possuir além da área constante da escritura; obrigando-se,

<sup>47</sup> Contratos de promessa de compra e venda, é um contrato, cujo objetivo é formalizar o negócio, bem como o valor desta negociação, condições e formas de pagamento.



porém ou a receber ou a pagar a diferença de área que se verificar, na base do preço da compra; 3ª cláusula: O comprador fica ainda obrigado a cumprir e a respeitar as disposições legais quanto ao reflorestamento; 4ª cláusula: Os pinheiros, cedros e louros existentes no lote colonial rural objeto desta escritura, ficarão pertencendo a Companhia Territorial Sul Brasil, qualquer que seja o seu número que retirará ou mandará retirar por terceiros de sua indicação, obrigando-se o comprador a respeitar esta cláusula no caso e que venha a vender dito imóvel antes da retirada dos mencionados pinheiros, cedros e louros.<sup>48</sup>

Como resultado do contrato de promessa de compra e venda firmado entre a companhia e seu comprador, ficava claro que a empresa se eximia de muitos atributos, isentando-se de suas responsabilidades, ficando um fardo para o adquirente do lote. As cláusulas dos contratos se mantinham praticamente inalteradas durante todo o período de atuação da companhia.

Essa reflexão aponta para outra circunstância importante em termos de realizações de compra de lotes. As áreas próximas à sede e com vias de acesso, a companhia retirava as árvores, mas os lotes mais distantes e sem vias de acesso a mata permanecia quase intocada. Enquanto o pequeno agricultor não liquidava as prestações de seu lote, as madeiras lá existentes eram de propriedade da companhia. O pequeno agricultor tinha dificuldade em quitar as prestações de seu lote.

Entretanto, é preciso também problematizar essa situação porque o pequeno agricultor não podia usufruir da madeira existente em seu lote: a carência de vias de acesso para que pudesse transpor-

---

<sup>48</sup> Documento da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

tar a madeira e se as vias de acesso fossem eficientes, a companhia retirava a madeira, pois permanecia como de sua propriedade até a quitação da dívida (Schuh, 2011).

A fixação do pequeno agricultor, a dificuldade de acesso, seja por estradas, seja por rios, dependia da otimização da sua posse. Muitos tinham dificuldade em escoar a produção, além disso, a maioria tinha investido suas economias disponíveis na aquisição do lote. O projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil e de outras companhias colonizadoras que atuaram na região Extremo-oeste catarinense tinha como proposta estabelecer os pequenos agricultores. Como a porta da principal entrada de migrantes eram os municípios de Palmitos e São Carlos tornaram-se pontos de referência para quem desejava adquirir um lote de terra, tanto que a sede da companhia se localizava em Cascelho e, posteriormente, Passarinhos. Levando isso em consideração, conforme a companhia comercializava seus lotes de terra nessa região, os considerados “intrusos” foram se deslocando e se fixando numa área mais ao norte da companhia, onde se localizava a gleba Mundo Novo.

As terras da região da gleba Mundo Novo eram desprovidas de núcleos de pequenos agricultores, de estradas, e eram terras de campo, o que não era a preferência dos pequenos agricultores, terras bastante acidentadas, fazendo com que não houvesse interesse em adquirir um lote nessa área, pelo menos no início da colonização. Nas cercanias sul/norte de Campo Erê não consta a mesma delimitação étnica e religiosa que a Companhia Territorial Sul Brasil promoveu na década de 1930, início de sua colonização, na região de Palmitos e São Carlos, áreas fronteiriças com o Rio Grande do Sul. Assim que as terras passavam pelo crivo de mercantilização, a colonização promovia um deslocamento de grupos em direção à região Extremo-oeste catarinense. Os considerados “intrusos” foram

recuando para essa área, que futuramente se configurou em uma área de instabilidade social.

## 2.4. “Quem há um ano não vê nossas terras, não as reconhece mais”<sup>49</sup>

O objeto central desse ponto é mostrar algumas singularidades relacionadas à publicidade, à propaganda e à comercialização das terras da região Extremo-oeste catarinense promovida pela Companhia Territorial Sul Brasil. A companhia tinha a preocupação em divulgar e mercantilizar as suas terras. A comercialização das terras proporcionou uma mobilidade dos “pequenos agricultores intrusados”.

O Extremo-oeste catarinense tornou-se um cenário marcante diante da publicidade das terras da região promovida pela Companhia Territorial Sul Brasil. Utilizava alguns chamarizes, como a valorização rápida de que a terra era uma coisa certa e garantida. Como a frase: “Quem há um ano não vê nossas terras, não as reconhece mais”. A companhia Territorial Sul Brasil buscava chamar a atenção dos pequenos agricultores para adquirirem os lotes de terras.

Procuramos desenvolver a discussão em torno dos métodos utilizados pela companhia estampados em revistas e jornais, *kalenders*<sup>50</sup> e agenciadores ou mostradores, que a partir da década de 1930 procuravam divulgar as terras na região Extremo-oeste catarinense.

<sup>49</sup> Fonte: Propaganda da Companhia Territorial Sul Brasil no *Jornal Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, p. 4, 11 jun. 1929. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71780&p=3&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

<sup>50</sup> *Kalenders* são anuários, publicações anuais, que registram informações sobre vários ramos de atividade, como ciências, artes, literatura, profissões, economia, propagandas de empresas, propagandas de companhias colonizadoras. As companhias colonizadoras da região oeste de Santa Catarina utilizavam esses *kalenders* para publicizar suas terras aos pequenos agricultores.

Essas publicações aguçavam o imaginário dos pequenos agricultores e propiciavam uma onda migratória, em geral do Rio Grande do Sul, visando principalmente o excedente populacional das antigas áreas coloniais gaúchas.

A divulgação das terras para serem comercializadas passou pela publicidade em jornais, revistas, *kalenders* que tornavam possível a divulgação dessas terras (Nodari, 2010). A propaganda utilizada para cativar o colonizador era a mais variada possível. Por sua vez, “[...] os anúncios e as reportagens dos jornais, os almanaques anuais, os cartazes que eram fixados em pontos estratégicos, panfletos, livros e, principalmente, os agentes contratados pelas companhias” (Nodari, 2002, p. 36).

Mas, por que vender terras em pequenos lotes? As colonizadoras justificavam esse método, pois a difusão da pequena propriedade facilitava a cobrança de impostos e dificultava o avanço do latifúndio na região. Para tanto, “[...] a preocupação dos empresários se relacionava menos à questão política do modelo agrário adequado para a região e mais à possibilidade de criar condições que facilitassem a comercialização lotes” (Radin, 2009, p. 168).

As empresas colonizadoras, a maioria pertencia aos empresários sul-rio-grandenses, tornavam-se as principais responsáveis pelo repovoamento sistemático da região Extremo-oeste catarinense. Protagonizavam uma migração dirigida a grupos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo e pelas companhias colonizadoras, isto é, a povoação e a colonização deviam ocorrer de forma pacífica, organizada, metódica. Quais seriam os grupos considerados ideais para preencher os requisitos propostos? Principalmente ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros e teuto-russos, que já estavam inseridos no modelo a ser empregado na região, ou seja, em pequenas e médias propriedades agrícolas.

Utilizando-se de várias técnicas para persuadir o pequeno colonizador, a Companhia Territorial Sul Brasil induzia um determinado membro da família, que poderia influenciar os demais integrantes. As famílias numerosas eram disputadas pelas colonizadoras, como também os amigos e vizinhos podiam exercer certa influência no processo migratório. A perspectiva de adquirir pedaços de terras e de um futuro promissor foi uma das políticas utilizadas pelas companhias, o que mexeu com o imaginário do colonizador. Enfatizavam também que os colonizadores podiam obter ganho rápido, facilidade nos preços, conseguir os títulos de propriedade, além da facilidade de adaptação ao ambiente natural (Radin, 2009).

A Companhia Territorial Sul Brasil utilizava-se de revistas e jornais, como *Volksblatt* e *Paulusblatt*, produzidos no Rio Grande do Sul para realizar a propaganda de suas terras (Werlang, 2002). O empreendimento de comercializar as terras pela companhia, além de publicar propagandas em revistas e jornais, utilizava-se de um meio mais eficiente: o convencimento de pessoas pelos agentes, ou propagandistas, em geral pequenos agricultores, que deviam possuir credibilidade e conhecimento das terras para fazerem o trabalho de divulgação corpo a corpo.

A mais eficaz forma de propaganda foi enviar vendedores para as regiões de colonização no Rio Grande do Sul com a finalidade de promover a divulgação das terras no Extremo-oeste catarinense. Para ser um agente dessas companhias, precisava preencher alguns requisitos, como “[...] ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras, ou ser comerciante e, ainda, dispor de círculo relativamente amplo de parentes ou de amigos a quem oferecer a terra, além de ter credibilidade [...]” (Nodari, 2002, p. 37).

Uma prática comum dos propagandistas era passar de casa em casa e convencer o pequeno agricultor de que no Extremo-oeste ca-

tarinense existiam terras baratas e de boa qualidade, onde podiam produzir milho, mandioca, feijão e batata. Outro artifício utilizado era a propagação da existência de animais, como tigre, aguçando o imaginário dos caçadores. Quando a colonização estava em franco desenvolvimento, muitos agentes traziam os pequenos agricultores para conhecerem as terras da região. Quando a venda era efetuada, o agenciador recebia um percentual sobre a comercialização dos lotes. Estes eram motivados a receber 10% sobre o valor da venda, que eram repassados pela companhia contratante (Nodari, 2002).

Para ser agente ou propagandista era essencial ser conhecedor das terras, ter sido ou ser colono e dispor de um ambiente favorável de amizades, ou de conhecidos que poderiam oferecer a terra. Mas era essencial ao propagandista ser confiável, assim recrutava os interessados em adquirir lotes. Diante das ofertas, os agentes estavam em condição de representantes da companhia colonizadora para oferecer as terras aos compradores. As antigas colônias formavam um cenário para a divulgação e posteriormente a comercialização. Geralmente os agentes estavam entre os primeiros migrantes ou lideranças das comunidades nas antigas colônias. Os pequenos agricultores eram conduzidos até as áreas oferecidas para efetuarem o seu reconhecimento. Os responsáveis apresentavam os lotes no mapa ou levavam os pequenos agricultores para fazerem o reconhecimento dos lotes a serem adquiridos. Os pequenos agricultores podiam ficar no acampamento montado pela companhia até improvisar o seu próprio nas terras que adquirisse (Renk, 2006).

Outro aspecto comum entre as colonizadoras era a criação de uma infraestrutura para cativar os compradores, como a doação de uma área de terra para construir a igreja, escola, serrarias, e colaborar na sua construção. Utilizavam os mapas como meio de divulgação e venda, mostrando a existência de quedas de água para instalação de

serrarias e moinhos, além do clima mais saudável do estado. Analisamos que o objetivo de comercializar as terras das companhias, além de publicarem propagandas em revistas, jornais e *kalenders*, possuíam também vendedores nas áreas de sua colonização, em geral pequenos agricultores, que possuísem credibilidade e conhecimento das terras para fazerem o trabalho de divulgação corpo a corpo, bem como serem responsáveis por receber e apresentar as propostas de venda aos pequenos agricultores.

## 2.5. “Um progresso rápido e contínuo”<sup>51</sup>

Utilizando manchetes de notícias como “um progresso rápido e contínuo”, a Companhia Territorial Sul Brasil buscava chamar a atenção dos pequenos agricultores sul-rio-grandenses. Assim utilizou as vantagens de suas terras no Extremo-oeste catarinense, garantindo aos pequenos agricultores o acesso ao lote, bem como a fertilidade da terra, apontando para a possibilidade de plantio e comercialização dos bens produzidos.

A maioria dos pequenos agricultores que adquiriu terras da Companhia Territorial Sul Brasil teve os municípios de Palmitos e São Carlos como porta de entrada, pois as terras no Rio Grande do Sul estavam enfraquecidas ou com um valor comercial elevado. Muitas famílias se dirigiam às novas áreas em busca de melhores condições e realizavam um novo começo. Para facilitar a acomodação e organização, a Companhia Territorial Sul Brasil, na direção de Carlos Culmey, seguia alguns critérios. Os pequenos agricultores foram distribuídos de tal forma que

---

<sup>51</sup> Fonte: Propaganda da Companhia Territorial Sul Brasil no *Jornal Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, p. 4, 11 jun. 1929. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71780&p=3&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

os teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos ficassem em localidades distintas. Essa política de ação da companhia objetivava evitar possíveis conflitos, facilitar o deslocamento entre as comunidades para o ensino e proporcionar o atendimento religioso (Werlang, 2002). A figura da página seguinte mostra uma propaganda da Companhia Territorial Sul Brasil que divulgava, por meio de jornais, como o *Staffetta Riograndense*,<sup>52</sup> de Caxias do Sul - RS (1917-1941), suas terras e arregimentava possíveis interessados para adquirirem lotes de terra na região Extremo-oeste catarinense.

Através da propaganda, a Companhia Territorial Sul Brasil ressaltava que em suas terras havia um progresso rápido e contínuo, frisava que “São Domingos, para italianos; Palmitos, para protestantes, e São Carlos, para católicos”. Enfatizava que existia uma estrutura em sua colonização, pois teriam sido construídas igrejas, escolas, serrarias e moinhos e muitos negócios foram realizados. Isso é atribuído à propaganda pela abertura de estradas, pontos de localização, preços baixos das colônias e facilidade de mercantilização dos produtos.

A propaganda ressaltava que as terras eram de propriedade da companhia e quem efetuasse o pagamento da área adquirida receberia no ato a escritura. Os pequenos agricultores interessados podem viajar por ferrovia até a estação de Santa Bárbara, onde, vindo de Santa Maria, devem pegar o trem na segunda-feira à tarde; ou, vindo de Passo Fundo, terça-feira de manhã, podem usufruir dos nossos carros que toda segunda-feira partem de Cascalho. A viagem de ida e volta custa 70\$000, mas terão como crédito se comprarem as terras.

---

<sup>52</sup> O jornal *Staffetta Riograndense*, de Caxias do Sul, teve sua circulação entre 1917 a 1941. Jornal de grande difusão de informações com uma grande variedades e rede de conteúdos que viessem chamar a atenção dos leitores para os diferentes informes.



# UN Progresso

rapido e continuo abbiamo nelle nostre colonie situate a margine del Rio Uruguay di fronte a IRAHY (Aguas de Mel):

**São Domingos per italiani — Palmitos per protestanti  
São Carlos per cattolici**

Chi da un anno non ha più visto le nostre terre, oggi non le riconosce.

L'immigrazione di nuovi coloni fu molto intensa; furono costruite chiese, scuole, segherie e mulini; vennero aperti importanti negozi, ed i lavoratori hanno più lavoro che non ne possano eseguire.

Tutto ciò è conseguenza delle nostre eccellenti **strade per auto** (250 Km. vennero già aperti al transito) dei buoni ponti e robusti, dei prezzi bassi delle colonie e dell'ottimo mercato dei prodotti coloniali.

I nostri interessati in terre, vanno con l'**auto** della Compagnia da Cascaltho a **São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda** e penetrano di **auto** nel matto vergine, potendo così comprare le sue colonie.

In questo avviso **nulla** venne esagerato. Non vi è nessun obbligo di comperare, ma ogni interessato in terre ha l'obbligo di convincersi con una visita della verità, o se ne pentirà più tardi.

I Bagni Radio-Attivi di **Irahy** (Aguas de Mel) in questo lato del Rio Uruguay, **Ilhas Redonda, Prefos e Aguas Santas** nelle nostre terre sono ogni anno sempre più visitati; ma non vi è alcun dubbio che acquisteranno sempre maggior importanza quando sarà ultimata la ferrovia che va da **Passo Fundo a Irahy**. **In vista di tutto ciò**

**La valorizzazione rapida delle nostre terre  
è una cosa certa e garantita**

Fino al 31 Dicembre 1929 i nostri prezzi sono: da Rs. 2:800\$000 a Rs. 3:100\$000 per colonia di 24,2 ettari con un'entrata di Rs. 600\$000. Effettuando il pagamento integrale entro 60 giorni, concediamo uno sconto del 10 %.

**IMPORTANTE** — Non si tratta di una concessione di terre. Le terre sono di proprietà assoluta della Compagnia e chi liquiderà la sua compera riceverà all'atto la **scrittura**.

Gli interessati viaggiano per ferrovia sino alla stazione di **Santa Barbara**, dove, venendo da Santa Maria, dovranno giungere di lunedì al pomeriggio; o, venendo da Passo Fundo, di martedì al mattino, per potere usufruire dei nostri **auto** che ogni lunedì partono da Cascaltho sotto la direzione del sig. Leopoldo Trennepohl.

Il viaggio di andata e ritorno costa 70\$000 rs. che verrà accreditato a chi avrà comperato terre.

**Chiedete i nostri prospetti**

Maggiori informazioni daranno i nostri **Agenti**, l'Amministrazione in **Cascaltho** o l'Ufficio centrale in **Porto Alegre, Rua 15 de Novem. n. 83.**

**Companhia Territorial Sul Brasil**

I direttori: **Arthur E. Kusa** Direttore Presidente — P. ALEGRE.  
**Carlos Culmey** Direttore Gerente — CASCALHO.  
143 (19-12)

Figura 8. Propaganda da Companhia Territorial Sul Brasil no jornal Staffetta Riograndense, Caxias do Sul, 1929. Fonte: Jornal Staffetta Riograndense (1929, p. 4).<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Jornal *Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, p. 4, 11 jun. 1929. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71780&p=3&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

A propaganda enfatizava que em 1929 o preço era de 2.800\$000 a 3.100\$000 por colônia de 24,2 hectares, com uma entrada de 6.00\$000. Efetuando o pagamento integral dentro de sessenta dias, era concedido um desconto de 10%. Salientava que os proprietários de terras iam de carro para a companhia de Cascvalho, em São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda. Afirmava que quem viesse fazer uma visita às suas colônias não se arrependeria. A Companhia Territorial Sul Brasil procurou criar um sistema, uma estrutura administrativa, para mercantilizar suas terras.

A companhia organizou as comunidades da seguinte maneira: as terras localizadas entre os rios Chapecó e Barra Grande eram reservadas aos teuto-brasileiros católicos. Dessa organização surgiram os municípios de São Carlos, Pinhalzinho, Saudades e Cunhataí; as terras que se localizam do rio Barra Grande até o rio São Domingos, que compreende o município de Palmitos, ficam delimitadas para os teuto-brasileiros evangélicos; as terras que se localizavam além do rio São Domingos até o rio Iracema eram inseridos os ítalo-brasileiros, originando o município de Caibi; as terras que se localizavam entre o rio Iracema e o Rio das Antas eram ocupados por teuto-russos evangélicos, originando o município de Riqueza. Destaca-se que os teuto-russos ocuparam uma área reservada para os teuto-brasileiros católicos (Werlang, 2002). A companhia procurava direcionar os pequenos agricultores que viessem a adquirir um lote de terra de acordo com a sua etnicidade ou seu credo religioso.

Nas pesquisas realizadas não encontramos nenhum documento que mencionasse alguma propaganda nos jornais e *kalenders* referente à gleba Mundo Novo ou as cercanias sul/norte de Campo Erê. Isso nos leva a crer que o foco de mercantilização das terras da companhia ocorreu a partir de São Carlos e Palmitos. É um indício de que a colonização dessa área seja uma das últimas a sofrerem a

reocupação efetiva de compra e venda de lotes de terras de uma forma mais fragmentada.

Novamente reforça a ideia de que, conforme a companhia mercantilizava suas terras, criava uma espécie de “corredor”, onde os “pequenos agricultores intrusados” eram supostamente deslocados em direção ao norte, ou seja, para as cercanias sul/norte de Campo Erê, divisa com Paraná, onde nas décadas de 1970 e 1980 desenvolveram-se vários conflitos pela posse da terra.

A prática de divulgar as terras não era exclusiva da Companhia Territorial Sul Brasil. Outras companhias também utilizavam desse artifício. A figura a seguir mostra a Companhia Chapecó Pepery Ltda., na sua propaganda no jornal *Staffetta Riograndense*, onde enfatiza que em sua “Colonizzazione cattolica non si ricevono protestanti”.

A Companhia Chapecó Pepery Ltda. evidencia que sua colonização é para católicos, e não para protestantes. Isso mostra a preferência e o direcionamento dos pequenos agricultores desejados por essa companhia, demonstra também a preferência pelo credo religioso dos pequenos agricultores que viessem a adquirir um lote de terras em sua área de atuação. A propaganda da Companhia Chapecó Pepery Ltda. menciona algumas vantagens como: todas as colônias podem ser atravessadas de carro em estradas já existentes. Qualquer colono que comprasse e se mudasse para sua área, teria, por três meses, uma residência gratuita até a construção de sua própria casa. A companhia desejava favorecer a rápida colonização, estabelecendo preços bastante moderados. As terras em geral eram planas, férteis e com águas abundantes, adequadas para qualquer cultura com clima temperado. Há terras ricas em madeira de lei e adequadas para a produção de alfaça e cana-de-açúcar. O preço das terras possui uma variação de 2 contos a 3 contos e 500 mil réis, de acordo com a colônia de 10 alqueires, tendo 18 meses para efetuar o pagamento, com juro de 6%. O pagamento a vista o desconto era de 10%.

**COLONIZZAZIONE  
CATTOLICA**  
(non si ricevono protestanti)  
**Chapecò Pepery Limitata**  
Due centri: Porto Feliz e Porto Novo  
**STA. CATHARINA**  
Il rio Pepery fa divisa coll'Argentina.  
**14.000 COLONIE**

**VANTAGGI:** Tutte le colonie si possono attraversare in auto per strade già esistenti. Qualunque colono che avendo comprato si trasferisce in quel luogo avrà per 3 mesi la casa e abitazione *gratis* finché abbia costruito casa propria.

La Compagnia di accordo col governo di Sta. Catharina volendo favorire la rapida colonizzazione, ha stabilito prezzi ben moderati.

**TERRE:** Le terre in generale sono comode e piane, con acque abbondanti, fertili, si prestano ad ogni coltura con clima salubre e temperato. Vi sono terre di pignali meno forti e terre di matto branco ricche di macçira de lei ed atte alla produzione dell'al-fafa e canna da zucchero.

**PREZZI:** I prezzi sono da 2 contos a 3 contos 500 milreis conforme la colonia di 10 alqueires, con 18 mesi di *prazo* per il pagamento, col giuro di 6 per 100. Chi paga a vista gode uno sconto di 10 per 100.

Scrittoio in PORTO FELIZ di Sta. CATHARINA,  
agente generale: Sr. Carlos Edmundo Biel.  
Subagente in GARIBALDI: Sr. Carlos A. de Moraes Johann. 140 (17-a.)

**Figura 9.** Propaganda da Companhia Chapecò Pepery Ltda. no jornal Staffetta Riograndense, Caxias do Sul, 1929. Fonte: Jornal Staffetta Riograndense (1929, p. 4).<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Jornal *Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, p. 4, 11 jun. 1929. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71780&p=3&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Por fim, as companhias colonizadoras objetivavam a comercialização das terras adquiridas junto ao governo catarinense para atingir um retorno imediato e honrar o compromisso assumido com o governo. As companhias colonizadoras organizavam um esquema de publicidade, criando condições para a comercialização das terras. Divulgavam a ideia de que as terras eram comercializadas em pequenos lotes aos grupos que desejassem adquirir, promovendo o progresso esperado pelo governo na região Extremo-oeste catarinense.

## **2.6. A presença da Igreja Católica no empreendimento**

A colonização tinha preocupação em propiciar ao pequeno agricultor o atendimento religioso e educacional com a implantação de escolas e igrejas. Werlang (2006) enfatiza a necessidade de uma organização comunitária, assentando pequenos agricultores teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos em lugares diferentes, a fim de evitarem conflitos, mas facilitar a prática da sua religiosidade e o exercício da educação.

As colonizadoras sabiam que a religiosidade dos colonizados era importante, portanto, havia a necessidade de possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias. Tendo em vista essa especificidade, a formação de núcleos coloniais era fundamental para o progresso da colonização. O sucesso do progresso desses núcleos estava atrelado à “[...] existência de estradas, comércio e o atendimento religioso e educacional atrairia novos colonos que já não vinham deslumbrados por belas propagandas, mas a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região [...]” (Werlang, 2002, p. 43-46).

Portanto, “a cada núcleo colonial desses denominava-se de picada, linha ou comunidade. [...]. Era estruturado para uma vida em

comum bastante fomentada pelas diversas organizações associativas [...]” (Kreutz, p. 56, 1991). Sem a estrutura física dos núcleos coloniais não era possível a organização sociocultural e religiosa da comunidade rural. Assim,

[...] a rede de organizações socioculturais e religiosa a animar e caracterizar a vida dos colonos, praticamente sem a marginalização de ninguém que compusesse esta *comunidade rural*. Previa-se a participação de todos na igreja, escola e associações, inclusive com trabalhos concretos [...]. Os sócios da *comunidade rural* eram geralmente convocados, cada ano, para serviços de reforma e limpeza da capela, da escola e do cemitério e para a conservação de estradas (o travessão). E havia convocações especiais para momentos ou finalidades mais específicas, como a construção (seja de igreja, escola, casa do professor ou salão de festas) ou para a preparação de algum evento espacial (Kreutz, p. 57, 1991).

A organização física da comunidade era a vila, que concentrava comércio, escola, igreja, salão comunitário, cemitério. A vila possuía uma função importante em ter a venda, ou seja, a casa comercial. O elo entre os pequenos agricultores e o mundo externo era o comerciante, pois trazia as informações externas.

A estruturação dos núcleos populacionais, aliada à concretização das estradas, do comércio e da assistência religiosa e educacional, foi vital para o progresso da colonização nas terras da companhia. Não só as propagandas contribuíram para esse fato, mas também as informações fornecidas pelos parentes e conhecidos estabelecidos na região do Extremo-oeste catarinense.

A Companhia Territorial Sul Brasil planejou a maior parte dos núcleos urbanos que estavam em terras de seu domínio, já que havia

o compromisso com o governo do Estado em demarcar os núcleos a uma distância máxima de trinta a quarenta quilômetros um do outro. A Companhia Territorial Sul Brasil reservava terrenos para as praças, hotel, escola, igreja e cemitério. Os municípios planejados desde o início da colonização, com os locais previamente definidos para a estrutura básica, foram Palmitos, São Carlos, Maravilha, Saudades, Cunha Porã (Werlang, 2006). Essa prática facilitava a colonizadora instalar o pequeno agricultor em diferentes áreas quando vendia as terras, tendo como fator de destino para este ou aquele local a origem étnica e religiosa. Acreditava, dessa maneira, poder evitar conflitos na competência de organizar as comunidades e implantar as escolas e igrejas. Prática que permaneceu até 1945, quando o ensino público foi implantado, fazendo com que os diferentes grupos mantivessem sua língua e seus costumes (Werlang, 2006).

Com a colonização e fixação de famílias de pequenos agricultores na região Extremo-oeste catarinense, era de se esperar que mais cedo ou mais tarde algo precisaria ser feito para promover a educação dos filhos dos pequenos agricultores. A companhia visava criar um atrativo para valorizar as terras, providenciou a vinda de uma escola para Maravilha. Era importante que o recém-formado povoado tivesse uma escola, pois, sem dúvida, isso era interessante para os pequenos agricultores que desejavam instruir seus filhos. Há de se considerar que a colonização, religião e educação caminhavam de mãos dadas. Essa combinação era muito utilizada pela companhia para convencê-los, bastava oferecer a possibilidade da prática religiosa e, principalmente, a educação para seus filhos.

A religiosidade dos colonizadores da região era grande, e a companhia, por sua vez, sabia que era fundamental possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias. O templo também servia de

escola. Na falta de igrejas, as aulas eram ministradas na casa do professor. Percebe-se, entre os entrevistados de origem alemã, uma maior preocupação com a alfabetização dos filhos. Koehler (Palmitos, 18 jan. 1991) conta que, no começo, as famílias tiveram que pagar o professor, mas, mesmo assim, eles saíram da Linha Barra Grande para morar em Três Pinheiros, para facilitar o acesso à escola para seus filhos (Werlang, 2006, p. 68).

Em algumas comunidades não havia um espaço adequado para ministrar as aulas ou até mesmo as reuniões da comunidade. A igreja, então, muitas vezes era o lugar indicado para serem realizadas. A alfabetização dos filhos dos pequenos agricultores sempre foi preocupação presente nas suas famílias, conseqüentemente a busca pela facilidade de acesso à escola e do professor que iria ministrar as aulas.

## **2.7. De sociedade anônima à sociedade por cotas**

Essa questão objetiva trazer elementos que configurem de uma forma breve o processo de transformação da sociedade anônima, a Companhia Territorial Sul Brasil, em Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda., conhecida como Territorial Agropastoril do Sul Ltda. (Terrapampa). Essa mudança ocorre em 31 de janeiro de 1978, em Porto Alegre, em Assembleia Geral Extraordinária. Os acionistas da sociedade anônima Companhia Territorial Sul Brasil entendem que seria conveniente a transformação jurídica da sociedade anônima em Sociedade de Cotas de Responsabilidade Ltda., denominada Terrapampa – Territorial Agropastoril do Sul Ltda. A companhia Terrapampa ficava com todas as responsabilidades na



área de atuação da Sul Brasil. As narrativas dessa descrição se baseiam em uma fonte principal.<sup>55</sup>

A sede e foro jurídico da sociedade permaneceram em Porto Alegre. Cada acionista participa do capital transformado em tantas cotas de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, quantas forem as ações que possuir. A sociedade Terrapampa – Territorial Agropastoril do Sul Ltda. fica com todos os direitos e obrigações da sociedade transformada. A sociedade tem prazo de duração por tempo indeterminado, e seus objetivos sociais eram: a) compra e venda, plantio, extração, industrialização, comercialização, exportação e importação de madeiras e seus subprodutos, cereais, sementes e produtos agrícolas; b) compra e venda de imóveis, terrenos, lotes urbanos e rurais destinados ou não à exploração agropastoril; c) criação, abate, industrialização, comercialização de gado, peles e produtos derivados; d) compra e venda, exportação e importação de máquinas e implementos agrícolas; e) execução por si ou por outrem de projetos destinados a florestamento, reflorestamento e aprimoramento de técnicas agropastoris; f) promoção por si ou por outrem de todo e qualquer empreendimento, serviço, obra ou trabalho que direta ou indiretamente interesse à colonização; g) exploração de um armazém reembolsável para o fornecimento de gêneros alimentícios, móveis, roupas, arame e ferramentas a seus empregados e colonos.<sup>56</sup>

A sociedade poderá participar de outras sociedades semelhantes, cabendo à Assembleia Geral decidir a respeito. A sociedade conta com um capital social de Cr\$ 800.000,00, divididos em oito-

---

<sup>55</sup> Ata de Assembleia Geral Extraordinária Transformação Sociedade Anônima em Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda. de 31 de janeiro de 1978. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>56</sup> Ata de Assembleia Geral Extraordinária Transformação Sociedade Anônima em Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda. de 31 de janeiro de 1978. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

centas mil cotas nominais de Cr\$ 1,00 cada uma, já integralizadas pela transformação das ações em cotas em razão da transformação da sociedade por ações da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda.<sup>57</sup> Constatamos, assim, que a distribuição entre os acionistas ficou configurada, como mostra o Quadro 1, uma lista de acionistas da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda., conhecida como Terrapampa – Territorial Agropastoril do Sul Ltda., de 1978.

| Acionistas                                       | Nº de cotas | Valor das cotas |
|--|-------------|-----------------|
| Adolfo Zimmermann Neto                           | 408         | 408,00          |
| Arquimedes Barcellos Cavalcanti                  | 133         | 133,00          |
| Claudia Barcellos Cavalcanti                     | 133         | 133,00          |
| Élia Maria Pereira                               | 08          | 8,00            |
| Eloy Carlos Zimmermann                           | 408         | 408,00          |
| Jairo Jerônimo de Souza                          | 405         | 405,00          |
| June Maria Coelho de Souza Fleck                 | 405         | 405,00          |
| Java Maria Coelho de Souza Fleck                 | 22          | 22,00           |
| Márcia Barcellos Cavalcanti                      | 288         | 288,00          |
| Espólio de Maria Luiza Ferreira Guimarães        | 3.040       | 3.040,00        |
| Marília de Souza Bittencourt                     | 5.336       | 5.336,00        |
| Espólio de Manuel José Martins Costa Sobrinho    | 32          | 32,00           |
| Melita Dahmer                                    | 1.221       | 1.221,00        |
| Marino Adolfo Chistiano Zimmermann               | 1.221       | 1.221,00        |
| MONTEPACI – Sociedade Comercial de Imóveis Ltda. | 783.913     | 783.913,00      |
| Otokar Scherer                                   | 416         | 416,00          |
| Paulo Augusto Scherer                            | 192         | 192,00          |

<sup>57</sup> Ata de Assembleia Geral Extraordinária Transformação Sociedade Anônima em Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda. de 31 de janeiro de 1978. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

| Acionistas                              | Nº de cotas | Valor das cotas |
|---|-------------|-----------------|
| Espólio de Pedro de Oliveira Cavalcanti | 1.110       | 1.110,00        |
| Almira Ignez Teston Pereira             | 608         | 608,00          |
| Rubens Pedro Scherer                    | 192         | 192,00          |
| Vitor Renato Zimmermann                 | 408         | 408,00          |
| Léo Futuro Rocha                        | 50          | 50,00           |
| Derck Castro Chagas Telles              | 50          | 50,00           |
| Total do capital social                 |             | 800.000,00      |

**Quadro 1.** Acionistas da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda., conhecida como Terrapampa – Territorial Agropastoril do Sul Ltda., de 31 de janeiro de 1978. Fonte: Elaboração do autor, a partir de documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

A responsabilidade dos cotistas era limitada de acordo com a importância total do capital social. A administração da sociedade ficava por conta de uma diretoria, com amplos poderes para gerir sobre os interesses da sociedade. O exercício social da empresa se encerra em 31 de dezembro de cada ano. O lucro líquido apurado em cada balanço patrimonial, após as provisões não tributadas, era distribuído da seguinte maneira: a) 5%, para reserva legal, até atingir 20% o capital social; b) 50%, a critério da assembleia de cotistas, destinados à distribuição proporcional entre os acionistas; c) o saldo era distribuído pelas demais reservas que figuravam no elenco das cotas da sociedade. É assegurado aos cotistas a livre transferência das cotas entre si ou para terceiros. As deliberações da assembleia de cotistas eram tomadas pela vontade da maioria do capital social.<sup>58</sup>

A Companhia Territorial Sul Brasil passava a atuar com a denominação de Terrapampa. A região que a Sul Brasil atuava no

<sup>58</sup> Ata de Assembleia Geral Extraordinária Transformação Sociedade Anônima em Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda. de 31 de janeiro de 1978. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

Extremo-oeste catarinense ficava a cargo da Terrapampa. Mas, em termos práticos, trouxe alguma mudança significativa para a mercantilização dos lotes de terra? Acreditamos que não, pois as práticas desenvolvidas pela Sul Brasil e a Terrapampa se configuravam na mesma linha empresarial. A comercialização das terras tinha por base algumas metodologias preestabelecidas pela companhia. A publicidade desenvolvida pela Companhia Territorial Sul Brasil teve como característica de relativa homogeneidade étnica e religiosa nas primeiras décadas de sua colonização, atraindo pequenos agricultores das principais colônias sul-rio-grandenses, graças às propagandas estampadas em periódicos e aos propagandistas que aliciavam os grupos para que viessem a compor na nova colônia do Extremo-oeste catarinense.

Este capítulo analisa as ações, a constituição de algumas práticas desenvolvidas pela Companhia Territorial Sul Brasil, as estratégias, os métodos, as ações que envolveram a companhia. Compreendemos a colonização e sua área de representação na região Extremo-oeste catarinense a partir das políticas de ação da companhia. Todas as deliberações propostas pelo governo catarinense e pela Companhia Territorial Sul Brasil e depois a Terrapampa, bem como a mercantilização de suas terras, fizeram com que a gleba Mundo Novo se tornasse o epicentro de intrusão. Compreendemos que esses elementos estão relacionados à linha mestra da pesquisa que são os conflitos de terra nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

Demonstramos que a colonização transformou a terra em mercadoria, onde pequenos agricultores estavam intrusados numa área da Companhia Territorial Sul Brasil. A partir de 1925, a Companhia Territorial Sul Brasil fomentou métodos de colonização, promovendo a mercantilização das terras, principalmente para os pequenos agricultores. Esse panorama desencadeia políticas e ações

que culminaram com o epicentro de intrusão dessa região. Nosso estudo gira em torno de um problema, a intrusão. A problematização se processa em compreender essa multiplicidade e multi-identidade do “intruso” no espaço. É através das complexidades relacionais que esse sujeito se processa como “intruso”.

O próximo capítulo trata da concomitância do processo colonizador promovido pelo governo catarinense e pela Companhia Territorial Sul Brasil, com a reocupação das cercanias do sul/norte de Campo Erê. Demonstrando que essa região, foi o epicentro de conflitos de “pequenos agricultores intrusados”, que supostamente deslocados direta ou indiretamente para essa área. É nessa região que ocorre a colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, com suas estratégias, métodos, práticas, foi impulsionando os pequenos agricultores para esse espaço.

## CAPÍTULO III

---

### **A mercantilização das propriedades no Extremo-oeste catarinense e as ações da Companhia Territorial Sul Brasil (1920-1980)**

**O** terceiro capítulo analisa a reocupação das cercanias de Campo Erê e ilustrando a sua (re)ocupação nas primeiras décadas do século XX, a construção de sua territorialidade e quem se estabeleceu nesse espaço. Esse espaço habitado sobretudo por indígenas e por grupos de pequenos agricultores vivendo na condição de “intrusos” ocupando os considerados “espaços vazios” sob condição de isolamento com outras áreas do estado catarinense, fez com que o governo promova a reocupação e mercantilização de áreas de terras criando, assim, conflitos pela posse da terra. Esse cenário estava propício para a intrusão, gerando uma situação conflituosa. Portanto, queremos demonstrar que esse espaço foi um dos principais redutos de intrusão na região do Extremo-oeste catarinense.

Pretendemos mostrar que a presença desses grupos considerados “intrusos”, vindos de várias regiões de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, fixando-se nas cercanias sul/norte de Campo

Erê, promoveram conflitos agrários relacionados à posse da terra.

A migração desses grupos aglutinou pequenos núcleos agrícolas, passando por dificuldades semelhantes, demonstrando que esse cenário foi o espaço onde se desenvolveram os conflitos pela posse da terra. A formação de núcleos de pequenos agricultores, vivendo em situação socioeconômica precária e semelhantes, ocasionou conflitos sociais, promovida pela ação da Companhia Territorial Sul Brasil, pela posse da terra sem titulação, fomentada pela intrusão.

A formação de núcleos de pequenos agricultores, vivendo em situação socioeconômica precária e semelhantes, possibilitou os conflitos que se desencadearam a partir da reocupação sistemática do espaço. Os grupos que não possuíam o perfil estabelecido por lei podiam ser excluídos, ou seja, passaram para a condição de “intrusos”.

### **3.1. A construção da territorialidade nas cercanias de Campo Erê**

A formação da territorialidade nas cercanias de Campo Erê relaciona-se às frentes de colonização, constituídas de vastas áreas de terras pastoris, fazendas de criação de gado. O partilhamento sistemático desse espaço determinou a ocupação por pequenos grupos de agricultores. As cercanias de Campo Erê, o “campo das pulgas”,<sup>59</sup> estão inseridas num contexto de ocupações de espaços a partir do século XIX, quando começam a ser apropriados por várias frentes de colonização. A região passa a ser ocupada por fazendas de criação

---

<sup>59</sup> Para aprofundar as discussões sobre essa questão do campo das pulgas, ver Almeida, (2015), *Tempo, memória e narrativa kaingang no Oeste catarinense: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xapecó*. Considerando a indigeneidade da paisagem e toponímia na língua kaingang e no português, Campo Erê apresentaria a seguinte configuração: pelo topônimo kaingang – Campo-rê – a denominação usada seria o Campo da pulga, assim, o topônimo português apresenta Campo Erê localizado na região oeste de Santa Catarina.

de gado. Portanto, “[...], é nos Campos de Erê que se desenvolveram as relações econômicas e sociais do primeiro ciclo econômico do Extremo Oeste de Santa Catarina [...]” (Bavaresco, 2005, p. 22). A região oeste catarinense, antes de suas delimitações de fronteiras, teve a presença de bandeirantes em decorrência da geopolítica imposta pelo governo português (Bavaresco, 2005).

A migração de bandeirantes ao Extremo-oeste catarinense anteriormente às delimitações de fronteiras no sul do Brasil está inserida no contexto geopolítico português e tinha como método a ocupação definitiva dos campos da região. “Em 1837 o governo provincial de São Paulo decidira a ‘descoberta’ dos Campos de Palmas, o que é oficializado na lei de março daquele ano” (D’Angelis, 1995, p. 159). Essas bandeiras traziam fazendeiros com o intuito de estabelecer possessões nos campos de Palmas. A partir dos anos de 1836 a 1838, pecuaristas organizaram expedições para a implantação e ocupação de fazendas nos campos de Palmas.

Cada uma das expedições contava com uma associação organizada com a finalidade de encontrar e ocupar os campos de Palmas. As duas expedições representavam divergências no processo de ocupação. Na mediação entre os dois grupos apareceu a figura do cacique Vitorino Condá, que passou a acampar na região próxima aos ocupantes. Para solucionar as divergências os ocupantes foram em busca dos campos do Erê, que eram conhecidos dos índios. No trajeto para esses campos a expedição teve contato com o cacique Viri, que passou a conviver pacificamente com os ocupantes das terras [...] (Poli, 2009, p. 82).

Esse novo caminho aberto, passando por regiões já ocupadas e regiões ainda desocupadas, permitiu encurtar a distância para as tropas e consolidar a ocupação do Extremo-oeste catarinense e su-



doeste do Paraná. Em 1864, Manoel Marcondes de Sá, apoiado pelo cacique Condá e seus índios, conseguiu abrir um caminho novo de acesso a Corrientes, na Argentina, de onde puderam ser buscados muares para a comercialização em São Paulo e Minas Gerais. Esse caminho já era conhecido dos índios e de algumas famílias de colonizadores que passaram por Campo Erê em busca de novas terras na Argentina (Poli, 2009; Bavaresco, 2005).

Nessa política de ocupação, o governo brasileiro incentivava a implantação de fazendas de criar, fixando os fazendeiros nos campos de Palmas, em 1853. Mas o número de pretendentes para os campos de Palmas fez com que outros grupos buscassem outros campos mais ao oeste, chegando a Campo Erê. Em 16 de novembro de 1859, criou a colônia militar na província do Paraná ao ocidente dos rios Chapecó e Chopim, e outra nos campos de Xagu ao ocidente de Guarapuava. Essas colônias eram destinadas para a defesa da fronteira e proteger os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava, principalmente contra as incursões de índios, auxiliar na catequização e civilização desses grupos.

As fazendas de criar ocupavam grandes extensões utilizando-se de pouca mão de obra. A expansão da frente pastoril das regiões de Palmas e Guarapuava, estendendo-se para Campo Erê, possibilitava a posse de áreas. Mas a presença de grupos significativa nessas regiões de matas era incipiente, pois dependia do desmatamento (Poli, 1995). Com a instalação dos fazendeiros na região, o governo utilizou a estratégia de realizar a integração da área, considerando ser indispensável a construção de estradas. O governo determinou a abertura de um caminho que passou a se chamar “caminho das Missões”, pois possuía outros caminhos que as integravam.

Partia de Guarapuava, passando pelos campos de Palmas, cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, entrando no Rio Grande do Sul por Nonoai, seguindo para Cruz Alta, e daí conectando-se com a estrada de Vacaria até chegar às Missões, de onde partia o gado para o mercado paulista [...] (Ferrari, 2011, p. 119).

O cenário da parte das populações que habitavam o Extremo-oeste catarinense, sobretudo na região de Campo Erê, era considerado de privações e de carências. Na região onde criavam o gado bovino, muares e suínos, era comercializado pelos tropeiros. Entretanto, havia dificuldade de comercialização devido ao isolamento ou da dificuldade de possíveis compradores. A passagem de tropeiros possibilitou o comércio nos campos do Erê, dando início a sua ocupação territorial (Bavaresco, 2005; Pertile, 2008).

Havia uma preocupação do governo em ocupar os “espaços vazios”, para isso necessitava da abertura de estradas para não condicionar de abandono. O isolamento condicionava a região a uma situação de precariedade. O isolamento e a integração da região ao território catarinense eram necessários, pois a área era ocupada por posseiros na condição de “intrusos”. Portanto, o governo catarinense e as empresas de colonização, principalmente sul-rio-grandenses, passam a atuar na mercantilização dessas terras.

As condições precárias estabelecidas na região, diante das dificuldades de locomoção e a condição de miserabilidade, criavam um cenário propício para a ocorrência de conflitos em Campo Erê, principalmente na gleba Mundo Novo, quando da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Promoveu uma instabilidade social pela posse da terra caracterizada pela intrusão, principalmente nas décadas de 1970 a 1980. Assim que se processa a reocupação das terras

do Extremo-oeste catarinense com as fazendas de criar, inaugura o ciclo da pecuária na região. A implantação das fazendas garante a reocupação e distribuição de terras aos fazendeiros, atraindo diversas famílias para a região. A consolidação da posse das terras de campos, a estrutura dos latifúndios e o afastamento do indígena da posse da terra são fatores determinantes que marcaram o início da história da região (Bavaresco, 2005). Cria, assim, um cenário favorável para um personagem, o “intruso”, com suas multidimensionalidades.

A carência de estradas que promoviam a ligação do Extremo-oeste com outras regiões do estado catarinense deixou essa região numa condição de abandono. A preocupação do governo era quanto à defesa das fronteiras e reocupação dos campos.

A falta de infra-estrutura, como estradas e meios de transportes, somada ao distanciamento físico-geográfico de centros econômicos e políticos de poder, fazia com que a região ficasse à margem de quaisquer políticas de desenvolvimento econômico e social. A economia pastoril, base dos princípios do processo produtivo e de ocupação dos campos de Palmas, promovido pelo Estado brasileiro, entra em declínio já no final do século XIX, dando lugar à atividade extrativista da erva-mate nativa que ao lado da criação de mulas e suínos, tornou-se a principal atividade econômica daquela região até meados de 1930 [...] (Ferrari, 2011, p. 140-141).

O declínio da economia pastoril na região promove a atividade extrativa da erva-mate, tornando-se a principal atividade econômica da região. “A maior parte das terras que compreende o atual território do extremo oeste catarinense era coberta por matas. Havia uma riqueza em madeiras nobres, bem como uma quantidade satisfatória de erva mate [...]” (Bavaresco, 2005, p. 55). A região de Campo Erê

possuía uma área composta de vegetação, mata de araucária e erva-mate, entrecortada por campos naturais. Nesses campos o gado permanecia até o período de engorda. No entanto, era difícil a comercialização produtiva, dado o isolamento e a dificuldade de encontrar possíveis compradores.

O ciclo da erva-mate fomentava na medida em que o benefício se tornava promissor. O descerramento de vias de transporte permite o surgimento de monjolos, pilões mecânicos precários colaboram para a concentração econômica em torno da erva-mate (Bavaresco, 2005; Renk, 2006). A erva-mate na região do Extremo-oeste catarinense transforma-se num atrativo econômico e tem seu momento de pico a partir de 1910, quando ocorre de forma gradativa a decadência de seu ciclo. No período dourado da erva-mate, havia a presença de pequenas indústrias na região de Campo Erê.

Nessa região de campo, com predominância do comércio de gado e de muares, tornava-se fundamental para o transporte, mas que viria a se extinguir com a decadência do ciclo da erva-mate. Também sinaliza outros fatores que provocam disputas entre Brasil e Argentina, desencadeadas, entre alguns aspectos, pela riqueza da erva-mate e de araucárias. Assim, a região de torna-se um atrativo para os ervateiros que vislumbram acesso a essa área. O ciclo do tropeirismo incentivou a reocupação dos campos, mas o ciclo da erva-mate sugeria a reocupação das matas na região Extremo-oeste catarinense. A complexidade e a dificuldade na manutenção dos ciclos da pecuária e da erva-mate na região estão associadas à precariedade no transporte, e a distância dos pontos de comercialização trouxe dificuldades para a manutenção das pequenas indústrias, e também se relaciona à fixação de grupos de pessoas na região.

Como já abordado, os campos das pulgas, região de Campo Erê, foi o cenário de fazendas de criar. Essa atividade pode ser con-

siderada o primeiro ciclo econômico da região. A formação das fazendas remete ao sistema de concessões de terras iniciado no século XIX, por fazendeiros propensos a ocuparem esses campos. Nessa metodologia de reocupação territorial se insere o Mundo Novo, área pertencente à Companhia Territorial Sul Brasil, que, através de seu sistema de organização, promove uma migração de grupos para esse espaço.

Acreditamos que a política adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil, que teve papel substancial nessa migração. Enfim, a construção de um espaço na região de Campo Erê deu-se sob a representação da posse da propriedade da terra, mas vinculando o pequeno agricultor ao mundo da mercadoria. A possibilidade de inserir o pequeno agricultor na produção capitalista, principalmente no meio rural, produziu uma profusão de grupos sob a tônica da intrusão.

Como vimos, esse espaço era constituído de vastas áreas de terras configuradas como fazendas de criar. Entretanto, essas áreas foram sendo desmembradas, ou seja, sofreram uma fragmentação/partilha e sendo sistematicamente ocupadas por grupos de pequenos agricultores. Pretendemos no próximo item discutir como os pequenos agricultores se estabeleceram na região sul/norte de Campo Erê.

### **3.2. Quem se estabeleceu nesse espaço e por quê?**

Analisar o estabelecimento dos pequenos agricultores é importante para compreender como esse espaço foi sistematicamente ocupado. Assim, pretendemos responder algumas questões, como quem se estabeleceu e por quê? De que forma os pequenos agricultores se estabelecem? Compreender as múltiplas dimensões, a reocupação e

a resistência são essenciais para entender o processo de intrusão que se configurou nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

A existência de conflitos pela posse e titulação da terra, ou pela localização dessa posse em outras áreas da Companhia Territorial Sul Brasil, começou uma reocupação espontânea nas terras próximas da região de Campo Erê. Por isso, surge a necessidade de estudar esse processo de ocupação. Aos poucos essa região recebia os excluídos da colonização. Quando as cercas da colonização encontravam os “intrusos”, esses se deslocavam para outras áreas e essa migração ocorreu de forma gradativa.

Trabalhamos no segundo capítulo que a partir de 1938 a Companhia Territorial Sul Brasil obteve o título de concessão com uma área de 305.760.318 m<sup>2</sup>, ou seja, 30.576 hectares, denominada gleba Mundo Novo, uma área significativa a ser destinada à colonização, que conferiu um emaranhado conflito social em detrimento da intrusão. Dessa forma, a ordem e a organização conferidas à colonização estavam mais na atribuição e nos argumentos institucionais do que na teia social.

Mesmo a companhia tendo recebido a concessão a partir de 1938, o Mundo Novo não teve a mesma dicotomia de colonização, principalmente na área sul e na área central. A parte norte fazia fronteira com Paraná, não era a região de atuação da companhia por ter ainda a concentração de fazendas. Não havia concorrência com as fazendas, pois a instalação dos pequenos agricultores ocorria em áreas de matas e montanhas, áreas que eram rejeitadas pelos fazendeiros, porque recebiam regiões de campo destinadas à pecuária (Poli, 2009).

As terras da região da gleba Mundo Novo, que geograficamente localizam-se na região sul de Campo Erê, eram desprovidas de núcleos de pequenos agricultores e de estradas e possuía terras de

campo que não era a preferência dos pequenos agricultores, e terras bastante acidentadas, fazia com que não houvesse interesse em adquirir um lote nessa área, pelo menos no início da colonização. A ausência de núcleos coloniais nessa área permite que grupos de posseiros procurassem locais onde as cercas da colonização não haviam chegado. A Figura 10 evidencia as terras da Companhia Territorial Sul Brasil, destacando as seções Burro Branco, Lageado Grande, Cafundó, Roncador, Saltinho, Barra Suja, Herval, Sargento e Mundo Novo.

**MAPA GERAL DAS TERRAS DA**

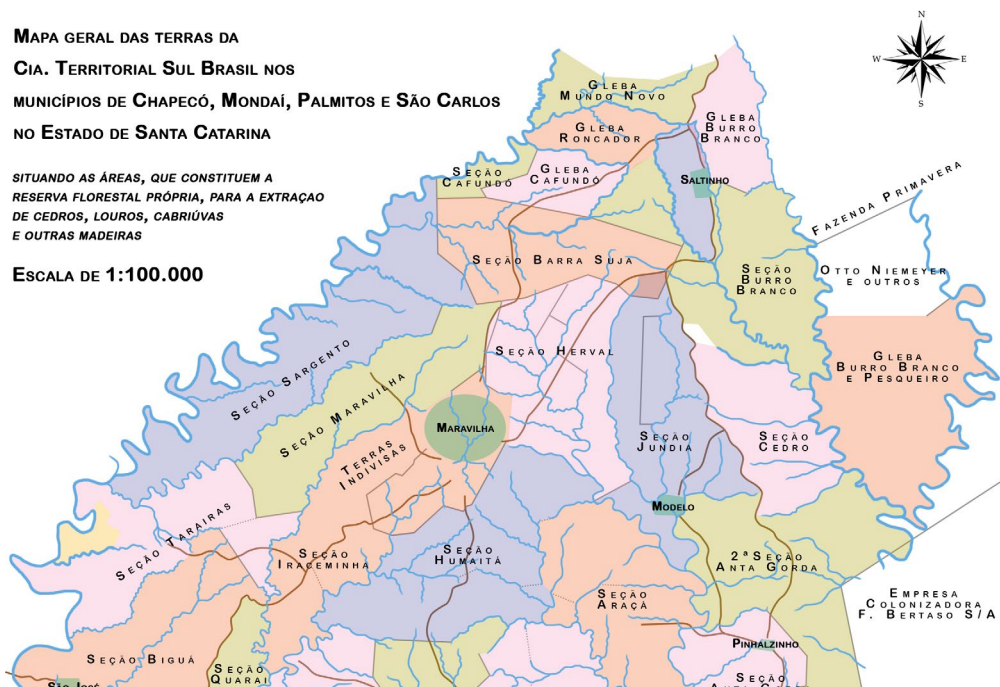
**CIA. TERRITORIAL SUL BRASIL NOS**

**MUNICÍPIOS DE CHAPECÓ, MONDAÍ, PALMITOS E SÃO CARLOS**

**NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

SITUANDO AS ÁREAS, QUE CONSTITUEM A RESERVA FLORESTAL PRÓPRIA, PARA A EXTRAÇÃO DE CEDROS, LOUROS, CABRIÚVAS E OUTRAS MADEIRAS

ESCALA DE 1:100.000



**Figura 10.** Recorte ampliado da Figura 7. Terras da Companhia Territorial Sul Brasil, compreendendo as seções, Burro Branco, Lageado Grande, Cafundó, Roncador, Saltinho, Barra Suja, Herval, Sargento e Mundo Novo que se localizam na região de Campo Erê (1957). Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

As seções Burro Branco, Lageado Grande, Cafundó, Roncador, Saltinho, Barra Suja, Herval, Sargento, Mundo Novo são algumas seções da gleba Mundo Novo, área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, que possui limitação com médias e grandes propriedades. Essa situação fundiária se transformou em um foco de conflitos no final da década de 1970.

No segundo capítulo já vimos que a colonização desenvolvida pela Companhia Territorial Sul Brasil teve seu início na região de Palmitos e São Carlos, região fronteira com o Rio Grande do Sul. Assim, o deslocamento dos grupos considerados “intrusos” começa a se afastar para a região norte na área da companhia, ocupando espaços em outras áreas da companhia, como Cunha Porã, Maravilha, Saudades, Pinhalzinho, Modelo e, posteriormente, Campo Erê. A área de terra da companhia se estende desde a parte sul, divisa com o estado sul-rio-grandense, até o município de Campo Erê ao norte, tomando parte da faixa de fronteira de Santa Catarina. Insistimos no “corredor” que supostamente conduziu esses pequenos agricultores para esses espaços onde a colonização ainda não tinha chegado. A Figura 11, na página seguinte, demonstra a localização do corredor que supostamente se dirigiam às cercanias de Campo Erê. Presumidamente esse corredor não foi a única entrada, pois temos outros possíveis acessos para Paraná, outras regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas com possibilidade de terem passado por Palmitos e São Carlos, porta de entrada da Companhia Territorial Sul Brasil.





Figura II. Recorte ampliado da Figura 1 demonstra a localização do corredor que supostamente se dirigiam às cercanias de Campo Erê (2000). Fonte: Mapasblog.blogspot.com.<sup>60</sup>

Assim que esses espaços passavam a ser ocupados por grupos que adquiriam a compra dessas áreas de terras, houve nova onda de migração para região, não obstante essa migração ocorresse anteriormente nessas áreas, mas a reocupação mais efetiva ocorreu a partir da década de 1960-1970. É em torno dessas diretrizes que essa região passa a ter um número de excluídos da posse da terra. Muitos oriundos do Rio Grande do Sul, Paraná, região do Contestado, mas a maioria dos pequenos agricultores sendo fruto de outras exclusões promovidas pela Companhia Territorial Sul Brasil nas áreas onde já havia promovido e efetuado a comercialização ao sul de suas terras. No entanto, muitos tinham dificuldades em permanecer na terra, assim, migram em direção do Paraná em busca de outras terras. Mui-

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://mapasblog.blogspot.com/2011/10/mapas-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

tas posses de terras pretendidas pelos excluídos não eram suficientes para manter a sobrevivência de sua família. As cercas da colonização empurravam os “intrusos” para uma espécie de corredor, que menciono e demonstro na Figura 11, a ocupar outras áreas da Companhia Territorial Sul Brasil e assim que as cercas os encontravam, empurravam novamente para outras áreas em direção ao norte do Paraná, ou seja, nas cercanias de Campo Erê.

A produção agrícola nessas posses, até meados da década de 1930, não era significativa, uma vez que atendia a necessidade da região. Mas a atividade era exercida principalmente por caboclos, que comercializavam seus produtos, animais vivos, como os porcos, para os comerciantes da região conhecidos como bodegueiros.<sup>61</sup> Estes, por sua vez, transformavam em banha, toucinhos ou torresmos. Havia também os safristas, que criavam os porcos no sistema primitivo, ou seja, criavam soltos. A agricultura nos anos (1920-1930) da colonização no Extremo-oeste catarinense caracterizava-se pelas limitações técnicas, o que dificultava o cotidiano dos pequenos agricultores tanto na produção quanto no escoamento e comercialização. Era comum aos pequenos agricultores empregar-se em trabalhos permanentes ou temporários em outras posses, realizando pequenos serviços. Havia também grupos que trabalhavam nas madeireiras utilizando principalmente a mão de obra cabocla. Assim, antes de promover a comercialização dos lotes de terras, a Companhia Territorial Sul Brasil lucrava com a comercialização da madeira, uma das principais atividades econômicas dessa região até o final da década de 1970.

A região da gleba Mundo Novo, era considerada uma área enquiçada, como foi abordado no segundo capítulo deste estudo, pois

---

<sup>61</sup> “Bodegueiro” é um termo usado para designar o dono ou o vendedor de um pequeno armazém de secos e molhados no meio rural, conhecido como bodega.

havia um número de posseiros “intrusos” entre os grupos ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, teuto-russos, e principalmente de caboclo. As primeiras famílias de descendência europeia, principalmente de origem italiana, chegaram em Campo Erê a partir das décadas de 1940 e 1950 (Folador, 1991). A estrutura fundiária de Campo Erê, pelo censo de 1970, mostra que

[...] foram computadas 1.543 propriedades rurais com menos de 50 hectares, em uma área de 22.459 hectares de terras, enquanto no espaço de 17.349 hectares estavam localizados 66 estabelecimentos com mais de 100 hectares e em 11.694 hectares de terras havia apenas 6 propriedades rurais, ou seja, 20% das terras agricultáveis de Campo Erê [...] 3.357 propriedades abaixo de 50 hectares, ocupando uma área de 38.645 hectares de terras. Acima de 100 hectares havia 99 propriedades numa área de 26.024, enquanto 8.365 hectares de terras estavam divididos em apenas 4 propriedades que superavam 1.000 hectares cada. No meio desses opostos, temos 92 propriedades entre 50 e 100 hectares, ocupando 6.585 hectares de terras (Melo, 2012, p. 67-68).

A estrutura fundiária de Campo Erê, pelo censo de 1980, indica que teve um aumento do espaço utilizado para o desempenho agropecuário, por conseguinte, o aumento de imóveis rurais. Mas apesar da segmentação dos estabelecimentos, a disposição das terras entre os imóveis prosseguia desigual. Esses dados permitem ter um quadro da desigualdade na distribuição de terra e acentua-se principalmente se contrapor seus desacordes. A partir da segunda metade da década de 1970, essa desigualdade se acentua com a presença da Companhia Territorial Sul Brasil, fragmentando essas áreas de terra. Esses dados representam uma análise limitada da realidade rural,

mas nos fornecem um panorama da distribuição da propriedade rural em Campo Erê. Compreendem-se outras evidências que comprovam a existência de grupos desprovidos de condição financeira em Campo Erê.

Em 1977, o padre Afonso Tebaldini, pároco de Campo Erê, desenvolveu um trabalho de registro civil daqueles que não possuíam documentos. Mais de cinco mil pessoas apareceram para ser beneficiadas. Um número alto quando colocado ao lado da população do município registrada pelo censo de 1980: 25.335 pessoas, das quais 21.755 viviam no meio rural. Grande parte dessa população rural vivia em *pequenos lotes*, ocupados por *famílias numerosas*, provavelmente trabalhando como assalariados em outros estabelecimentos rurais para complementar a renda não obtida nos seus *pequenos sítios*. Muitos deles não *possuíam documentação das terras* em que ocupavam, por serem *posseiros* ou por não conseguirem quitar suas dívidas com a colonizadora. Viviam em uma região em que os dados apontavam para uma distribuição fundiária das mais desconcentradas do país, no entanto, viviam dificuldades similares aos trabalhadores rurais pobres de regiões brasileiras onde o latifúndio impera (Melo, 2012, p. 66-67 - grifos nossos).

O significativo número populacional chama a atenção, pois é decorrente de uma população rural vivendo em seus pequenos sítios no sistema de posse. Essa situação faz com que esses grupos que ocupam esses lotes de terras sejam considerados posseiros, por não possuírem a documentação ou não conseguirem pagar suas dívidas com a companhia.

A Companhia Territorial Sul Brasil, assim como outras companhias colonizadoras que atuaram na região Extremo-oeste cata-

rinense, utilizou o método da “limpeza da área”, ou seja, a expulsão dos posseiros “intrusos” das terras para a vinda dos possíveis compradores. Os posseiros dessa região de Campo Erê, da gleba Mundo Novo, viviam da extração da erva-mate, da extração da madeira, da criação de porcos e basicamente de uma agricultura familiar, numa área muitas vezes considerada insuficiente para a sua subsistência. Desse modo, muitos posseiros “intrusos”, principalmente posseiros, dedicavam-se como tarefeiros para os colonizadores que compraram os lotes de terra da companhia.

A colonização do Extremo-oeste catarinense ocorre de forma estratégica e sistemática através de projetos de colonização oficializados pelo Estado e dirigidos pelas empresas colonizadoras. Assim, para o governo catarinense colonizar essa região era crucial, mas a reocupação desse espaço devia acontecer de forma ordenada e com grupos que viessem propiciar os resultados esperados pelo governo. Para as colonizadoras e os compradores de lotes de terras era a oportunidade de explorar uma área incipiente e iniciar uma atividade econômica.

A omissão de políticas públicas resultou na exclusão dos posseiros que não hesitavam em tomar medidas necessárias para obter êxito em seus projetos. Dentro dessas ações de exclusão buscamos compreender a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na gleba Mundo Novo, área de maior conflito de intrusão da companhia.

### **3.3. Os vários papéis atribuídos aos núcleos agrícolas**

Os núcleos populacionais dos imóveis na cercania sul/norte de Campo Erê possuem algumas características peculiares, principalmente aqueles imóveis que vivenciavam a intrusão. A intrusão assola os imóveis uns com mais intensidade, outros com menos, e isso pode

ser resultado do tamanho do imóvel ou da quantidade de grupos que estavam na condição de posseiros. Compreender como os pequenos agricultores se estabeleceram nas pequenas comunidades, como se constituíram esses núcleos e como se relacionavam. É esse enredo que traremos, identificando como esses núcleos agrícolas se configuraram isso possibilitará ter uma dimensão de como os pequenos agricultores compreendiam seu espaço de convivência.

Principalmente os imóveis na região norte de Campo Erê estavam sob domínio particular com registro no Paraná, isso ocorreu antes da definição de limites entre Paraná e Santa Catarina, mas foram levados ao abandono ou tinham sido desmembrados em áreas menores. O que ensejou a reocupação de famílias da redondeza ou vindas de outras regiões de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, que passam a explorar e morar na condição de posseiros.

Muitos núcleos apresentavam uma carência quanto aos recursos que dispunham. Não possuíam energia elétrica, assistência técnico-social e as condições de acesso eram bastante precárias. O núcleo Campo Grande encontrava-se com seus recursos naturais praticamente esgotados, a não ser pela exploração agrícola. A assistência técnica, social e o campo da saúde encontravam-se na fase incipiente. Logo, outros núcleos apresentavam uma precariedade em relação às escolas e falta de professores. As poucas escolas que havia eram ministradas por leigos. A religiosidade predominante era o catolicismo, com algumas capelas dispersas pelo imóvel. A base econômica era a agricultura, e o comércio consistia na compra ou troca com mercadores de cereais, além disso, o imóvel contava com um moinho e uma serraria.<sup>62</sup>

O município de Campo Erê foi assistido pela Associação de

---

<sup>62</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 1610/82, Processo Piloto Imóvel Campo Grande (1982).

Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), mas os núcleos populacionais das áreas sul e norte pouco têm sido assistidos, sendo que seus ocupantes não possuíam documentação do imóvel, portanto ocupavam na condição de posseiros, não tinham acesso às agências bancárias, dificultando, assim, o trabalho de assistência técnico-rural. De forma genérica, a comercialização dos produtos agrícolas era realizada por mercadores de cereais ou cooperativas.

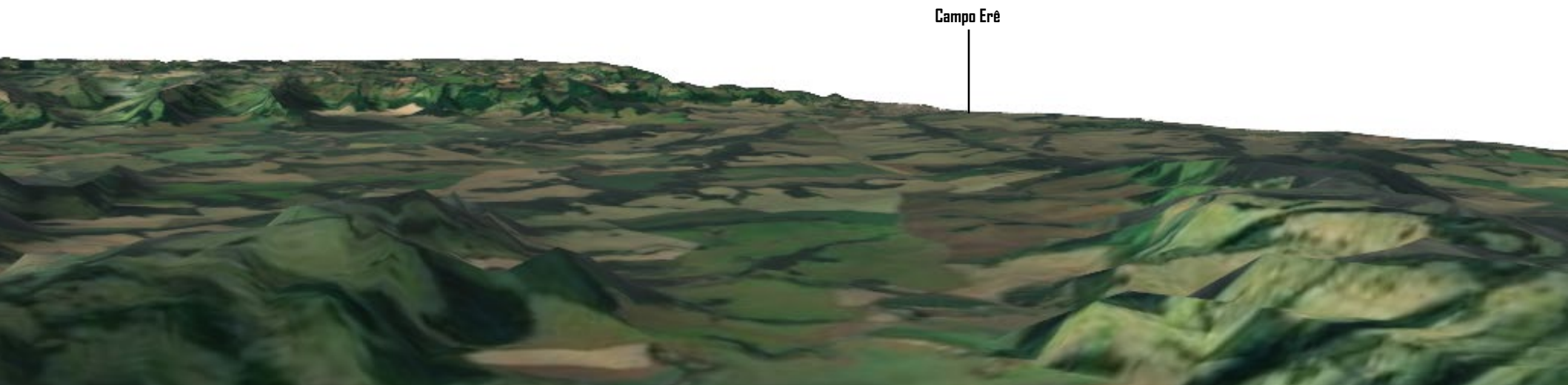
A imagem pode ser alimentada pelo caráter subjetivo, por isso permite olhares, intenções e perspectivas múltiplas. As imagens representam componentes de vida, de entendimento das coisas, pois seus imaginários e interpretação, suas produções e idealizações. Portanto,

[...] há correlações entre imagens, sociedade e relações sociais; é um horizonte de poder, pois pode servir para legitimar grupos no poder, neutralizar outros, impor e legitimar representações e identidades tanto individuais quanto coletivas, desejos e meio de mostrar-se para outros e a si mesmo, na construção

da memória coletiva e da produção imagética da sociedade retratada (Tedesco, 2011, p. 160).

As cercanias de Campo Erê possuem características de áreas de campo ao norte e áreas acidentadas ao sul. As áreas de campo na porção norte são constituídas de fazendas, caracterizavam-se por uma vegetação rasteira e arbustiva, constituída principalmente por gramináceas e arbustos esparsos, com pequenas árvores, e de maior porte reunidas em capões e nas matas de galerias às margens dos rios e lagos. As áreas na porção sul caracterizavam-se como área acidentada, como se costuma dizer, “dobrada”. Essas áreas são identificadas pela presença de relevos acidentados com fortes desníveis topográficos que oferecem contrastes em relação às áreas próximas ou circundantes. As imagens das Figuras 12 e 13 evidenciam o relevo acidentado nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

**Figuras 12.** Indicação do espaço de estudo, as cercanias sul/norte de Campo Erê. Fonte: Google Earth Pro. Adaptado por Alex Antônio Vanin, 2021.





**Figuras 13.** Indicação do espaço de estudo, as cercanias sul/norte de Campo Erê.  
Fonte: Google Earth Pro.

Nessas áreas ocorre uma concentração de “pequenos agricultores intrusados”, pois as terras de campo eram consideradas fracas, e as acidentadas eram vistas como terras de difícil acesso. Essas terras não possuíam um valor agregado que fosse significativo, pois não havia interesse de possíveis compradores.

Isso nos permite também figurar o espaço onde ocorreram os conflitos, as multidimensionalidades e o local onde os “intrusos” estavam experienciando a instabilidade social. Essa dimensão espacial é importante, pois possibilita trazer certo realismo do local, um identificador dos afrontamentos na região. Os pequenos agricultores



ingressaram com a sistematização agrícola, ou seja, no campesinato. O termo “camponês” pode trazer vários sentidos, muitas vezes familiares, dotados de sentidos distintos e ao mesmo tempo divergentes. O termo “camponês” é corrente, uma vez que “[...] o que produz, diante da sua enunciação, uma sensação de familiaridade, de reconhecimento, que dispensa esclarecimentos adicionais: camponês é quem habita e trabalha no campo [...]” (Grynspan, 2005, p. 72). O entendimento do “camponês” (o pequeno agricultor) revela elementos comuns e que se interligam. A fim de compreender como esses elementos podem estar relacionados à ideia de camponês, podemos considerar que

o primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e consumo [...] (Grynspan, 2005, p. 73).

Aqui começa aparecer algumas diferenciações entre autores, tendo sentidos diversos, visto que enfatizam outros elementos que consideram peculiares. Partindo desse patamar, esse pequeno agricultor seria algo historicamente datado e localizado geograficamente; estaria condenado a desaparecer; poderia estar localizado entre sociedades primitivas e complexas; a produção camponesa seria superada pela produção capitalista (Grynspan, 2005). Apesar dessa amplitude, o “camponês” (pequenos agricultores) ainda convive com as sociedades modernas. Possivelmente, a abrangência dessa temática seja de crucial percepção, é o caráter familiar da unidade camponesa no seu ambiente, ao mesmo tempo de produção e consumo.

Cabe ressaltar que os trabalhadores no meio rural possuem o desafio de enfrentar uma relação

[...] entre aquilo que foi constituído em passados recentes e antigos e que foi moldado em ambientes próximos e em lugares longínquos com inovações que pressionam por um estilo de vida denominado de moderno na modernização (Gregory, 2013, p. 215).

Essa constituição da identidade é complexa e vinculada a intencionalidades que se manifestam desde relações culturais e de tradição. Assim, os pequenos agricultores constroem e reconstróem passados e presentes em seu cotidiano de trabalho e em suas relações mercantis e de sociabilidades; experimentam ações e redefinem demandas em razão de necessidades; (re)elaboram experiências fundadas na cultura e no desenvolvimento sócio histórico de seu meio local e global.

Partindo do pressuposto e de que essa relação seja complexa, o pequeno agricultor possui como peculiaridade a posse da terra, ou seja, a pequena propriedade rural e sua tenacidade à produção familiar, que lhe permite a subsistência e a comercialização de seus produtos, onde regularmente utiliza mão de obra de ordem familiar ou, quando necessita, externa. Nas cercanias de Campo Erê, a produção agrícola era desenvolvida pelo trabalho familiar, ou seja, todos os membros da família participavam do processo de produção. A ordem social do pequeno agricultor se estabelece na correlação entre propriedade, família e trabalho. O conjunto das relações produtivas de sociabilidade, de conhecimento e de vínculos produziu através do trabalho coletivo sua organização de produção e o consumo do que plantavam. Era no interior da família que se reproduzia o modo de vida e a força de trabalho.

É importante destacar ainda que comercializavam o excedente de sua produção, ou trocavam por algum produto de sua necessidade. Além de se dedicarem à agricultura, cultivando produtos, como milho, feijão, mandioca, abóbora, entre outros, os caboclos se destacavam também no corte da erva-mate. A produção de milho, feijão, fumo, mandioca, arroz, trigo e soja não era significativa na região Extremo-oeste, por duas razões: uma, pelo pequeno tamanho da área ocupada pelos “intrusos”, a maioria ficava numa área pequena; outra, pelas condições socioeconômicas vivenciadas.

A agricultura foi elemento de agregação e de disposição do espaço de vida e de sociabilidade do imigrante na região Extremo-oeste catarinense. A agricultura talvez seja o principal elemento que congrega o espaço de vida e de sociabilidade do pequeno agricultor. De modo não muito diverso, os pequenos agricultores não realizavam uma agricultura com o objetivo puramente econômico, mas, sim, buscando a manutenção de seu modo de vida. Mesmo os descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses da região de Campo Erê passaram pelas mesmas dificuldades dos caboclos.

Os pequenos agricultores nessa região estavam inseridos num espaço comunitário, ou seja, um agrupamento social, que mesmo com conflitos sociais, a insegurança em detrimento da intrusão, buscavam se organizar em suas posses, segundo modalidades historicamente determinadas. Esses grupos conviviam em comunidade que dava o “[...] sentido de delimitar inclusões e exclusões de diversos tipos, em variadas circunstâncias. Assim, o uso local do termo ‘comunidade’ pode ser muito significativo em termos dos processos e disputas sociais em curso [...]” (Comerford, 2005, p. 119). Esses grupos possuem, por conseguinte, possibilidades, recursos, pertencentes que podem ser coletivo-privados, conforme relações variáveis históricas. Assim,

[...] quando se fala em ‘comunidade rural’, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais [...] e em termos de sua atividade [...], mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso [...] (Comerford, 2005, p. 112).

As relações de proximidade e solidariedade, cooperação no trabalho, permitem compreendermos a forma como essas comunidades estavam organizadas, sistematizadas em seus contextos de entendimento. Comumente o termo “comunidade” é utilizado para indicar um determinado grupo delineado por algumas peculiaridades e com seus elementos, mas também com suas especificidades entre as relações que compõem o grupo (Comerford, 2005).

A região de Campo Erê apresentava como característica peculiar: o modelo de minifúndio de estrutura agrária. A produção agrícola era diversificada, plantavam produtos básicos, como milho, feijão, mandioca, soja, fumo, trigo e arroz, e criavam animais. É nesse ambiente que o pequeno agricultor se estabelece com áreas de variação de tamanho e de relevo, com alternância no cultivo, um ambiente propício também para a caça, pois as áreas não estavam devastadas. Percebemos pela imagem que a mata é densa e dobrada, isso demonstra que o “intruso” ficou em completo isolamento de acesso a estradas, comércio, a apreensão de ser encontrado, de ocorrer um possível despejo.

Partindo da conjuntura das multidimensionalidades, as multi-identidades e o multifacetamento que envolvem o “intruso”, um fator aglutinador desse processo era os vários papéis dos núcleos

agrícolas. Era justamente nessas comunidades agrícolas que o “intruso” encontrava um local de interação, mesmo com seus receios, traumas, angústias, anseios. Entretanto, as comunidades podiam trazer um aspecto de segurança, pois os “intrusos” passavam pelas mesmas apreensões.

Por outro lado, essas comunidades também podiam trazer outros problemas, pois com a intrusão, ou seja, a falta de um documento que comprovasse a posse da terra podia gerar conflitos sociais; de outro modo, a insegurança pairava nessas comunidades agrícolas. Os elementos presentes nessa ótica podem ser demasiadamente parciais, mas nos trazem subsídios para podermos visualizar o contexto que cerca a intrusão nas cercanias de Campo Erê.

Para compreender a questão da produção agrícola, distinguiamos nessa imagem características peculiares no início de sua reocupação. A imagem da Figura 13 a seguir aponta a vista de potreiro, plantação de milho, derrubada e mata no município de Campo Erê. Espaço que aos poucos passou a ser absorvidos pela expansão, pela derrubada da mata, onde podemos identificar restos da mata tanto no potreiro e também na plantação de milho. A prática desse tipo de agricultura foi peculiar e evidencia também a criação de animais, como o gado. Esses elementos possibilitam termos uma noção do espaço e de como esses pequenos agricultores administravam sua posse, bem como suas conflitualidades.



**Figura 14.** Vista de potreiro, plantação de milho, derrubada e mata no município de Campo Erê - SC (1965). Fonte: Acervo dos trabalhos de campo do relevo de Campo Erê - SC. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1965).

As condições econômicas não eram significativas para o pequeno agricultor “intruso) para poder comprar um pedaço de terra. Esses fatos somados a outros contribuíram para a sua estagnação, como a distância dos centros maiores, a dificuldade de acesso, o baixo valor pago pelos produtos agrícolas, assim, dificultava ao pequeno agricultor “intruso” acumular capital.

Não obstante a essa análise deve-se acrescentar que o tempo de reocupação da posse não estava em jogo, ou seja, o “intruso” estando 1, 5, 10 ou mais anos não era relevante, mas o fato de os pequenos agricultores não possuírem a titulação de posse da terra poderia, sim, ser um problema quando essa fosse questionada, pois era a falta de uma documentação de posse que lhe dava a condição de “intruso”.

Essas concepções refletem e permitem compreender que a rotatividade de “intrusos” na região de Campo Erê poderia ter como

pressuposto os despejos, a dificuldade em se adaptar ao local, conflitos com outros “intrusos”, dificuldade de acessibilidade. A posse da terra era a perspectiva de suprir suas necessidades básicas.

A escassez e o alto valor comercial da terra foram fatores de migração de pequenos agricultores que almejavam ter a possibilidade de tomar posse de uma propriedade de terra. Dessa forma, “[...] era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital [...]” (Poli, 2002, p. 134). O “intruso” almejava ser um proprietário, pois a propriedade podia lhe trazer emancipação, demonstrando ter um valor na condição de ter posse.

O acesso à propriedade possibilitava o seu desenvolvimento e criava um horizonte de fixação a um determinado local no intuito de construir seu modo de vida e estreitar vínculos com os grupos sociais já estabelecidos. A maior dificuldade dos “intrusos” em adquirir uma área de terra e possuir uma titulação era em razão da sua condição econômica. As situações descritas ganham muito mais sentido se voltarmos nossa atenção para a problemática que se configurou, a intrusão. Enfim, as privações sentidas pelos pequenos agricultores fizeram com que encontrassem imensa dificuldade em adquirir, comprar um lote, um pedaço de terra titulado. Outro fator inerente era a mobilidade dos “intrusos”, que era constante nessa região.

### **3.4. As trajetórias socioeconômicas na configuração do território**

O objetivo deste item é demonstrar a complexidade socioeconômica que os “intrusos” enfrentavam nas cercanias sul/norte de Campo Erê nas décadas de 1960-1980. A situação socioeconômica e as dificuldades enfrentadas pelo “intruso” permitem compreender a

multiplicidade e a multidimensionalidade que caracterizou a intrusão. O espaço nessa região é dinâmico, tem a presença do pequeno agricultor, tem a propriedade onde vão produzir e se relacionar. Esses elementos se tornam essenciais para se ter uma compreensão das peculiaridades vivenciadas por esses pequenos agricultores.

A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca e, conseqüentemente, está inserida nas relações do capital, assim, a terra deixa de ser objeto ou meio de valor de uso. Desse modo, surge o aparato estatal como um alicerce para promover uma ostensiva, favorecendo e acelerando a colonização na gleba Mundo Novo. A notoriedade da Companhia Territorial Sul Brasil provoca uma fisionomia social na região.<sup>63</sup> Nesse sentido: “Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança, que garantiam a ‘propriedade’. Havia de ter um papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade” (Ianni, 1979, p. 154).

A colonização na região de Campo Erê apresentava como característica peculiar o modelo de áreas de latifúndios e de minifúndios em sua estrutura agrária. Havia diversidade na produção agrícola, plantavam produtos básicos, como milho, feijão, mandioca, soja, fumo, trigo e arroz, e criavam animais. A economia girava basicamente em torno da agricultura familiar, tendo como base a extração da madeira, o cultivo e manufatura do fumo e uma agricultura destinada basicamente para o sustento da família e para a comercialização dos escassos excedentes.

---

<sup>63</sup> Para Bourdieu (1998), a região não é uma realidade autóctone, mas por atos de vontade ou de poder; anteriormente um espaço construído de representações não só físicas, territoriais, mas, sim, cultural e econômico, que vão construindo novas fronteiras. O regionalismo ou nacionalismo é apenas um caso de lutas simbólicas em que os atores estão inseridos quer de forma individual, quer de forma coletiva ou em sua organização. Mais do que jogo, é a concentração ou as alterações das relações de forças e as vantagens econômicas como simbólicas.



Nos documentos da companhia mostram que havia um número elevado de “intrusos” que tinham como cultivo predominante o milho e o feijão. A maioria dos “intrusos” possuía animais de criação, variando entre cavalos, porcos, galinhas e gado, mas não em número significativo. A terra era considerada fértil e a produção, portanto, era muito boa em pedaços pequenos de terra. Isso demonstra a importância desses cultivos para a sobrevivência dos “intrusos”.<sup>64</sup>

O Extremo-oeste de Santa Catarina foi a última região a ser colonizada. Um dos fatores que impulsionou o deslocamento populacional para a região foi a atuação das companhias colonizadoras no Rio Grande do Sul, que proporcionou a vinda de pequenos agricultores para a região Extremo-oeste catarinense, fazendo com que os caboclos perdessem o direito da posse da terra. Os caboclos vieram para a região muito antes dos migrantes de origem alemã, italiana e polonesa, principalmente da segunda e terceira gerações. A agricultura foi elemento de agregação e de disposição do espaço de vida e de sociabilidade do imigrante na região oeste catarinense (Tedesco; Caron, 2013).

As condições econômicas não permitiam ao pequeno agricultor “intruso” a compra de um pedaço de terra. Outros fatores também contribuem para a sua estagnação, como a distância dos centros maiores, a dificuldade de acesso, o baixo valor pago pelos produtos agrícolas. Assim, dificultava ao pequeno agricultor “intruso” acumular capital.

Como vimos nas cercanias de Campo Erê, além da forte cultura do milho e do feijão, também, numa escala menor, produziam fumo, mandioca, soja, arroz e trigo. A produção de milho, feijão,

---

<sup>64</sup> Dados extraídos de levantamento efetuado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1974. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Fernando, Maravilha.

fumo, mandioca, arroz, trigo e soja não era significativa por duas razões: uma, pelo tamanho pequeno da área ocupada pelos “intrusos”, a maioria ficava numa área pequena e a outra, pelas condições socioeconômicas vivenciadas. A produção de grãos e a criação de animais desenvolvidas por esse grupo eram insuficientes. Essa produção era para o sustento da família, ou para a aquisição de determinados produtos, como sal, roupas, velas, querosene, entre outros. As privações por eles sentidas fazem com que encontrassem imensa dificuldade em adquirir, comprar um lote, um pedaço de terra titulado. Tendo em vista também a mobilidade dos “intrusos” que era constante nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil.

A produção agrícola na gleba Mundo Novo, era desenvolvida pelo trabalho familiar, ou seja, todos os membros da família participavam da atividade de produção. Através do trabalho coletivo, as famílias organizavam sua produção e o consumo do que plantavam. Era no interior da família que se reproduzia o modo de vida e a força de trabalho. Havia um significativo número de caboclos na gleba Mundo Novo. Esse caboclo realizava suas tarefas agrícolas através do uso da ajuda mútua, o puxirão.

A participação no puxirão era espontânea, e realizada com o objetivo de executar uma tarefa de um ciclo agrícola. A modernização da agricultura<sup>65</sup> e a inclusão de máquinas no processo de produção ocasionaram a inevitabilidade de uma aproximação com o mercado, visto que a geração de excedentes os pequenos agricultores atrelam-se aos seus interesses individuais, buscando na produção sua acumulação. Assim, a solidariedade deu espaço à concorrência (Poli, 2002). A solidariedade e ajuda mútua faziam parte do cotidiano dos

---

<sup>65</sup> A modernização agrícola compreende um grande mecanismo tecnológico munido de variedades de plantas alteradas geneticamente em laboratório, espécies agrícolas que foram criadas para alcançar alta produtividade, uma série de metodologias técnicas com uso de defensivos agrícolas e de maquinários.

“intrusos”, pois era através do trabalho familiar, coletivo e da ajuda mútua que buscava enfrentar as dificuldades socioeconômicas.

A acentuada proposta de modernização agrícola afeta a prática da solidariedade entre os pequenos agricultores. Essa modernização agrícola sinalizou para a redução ou extinção da prática do puxirão a partir do início da década de 1970 na região Extremo-oeste catariense, intensificando-se nas décadas subsequentes. A modernização agrícola desencadeou um sentimento de resignação, pois esse sentimento de perda ocasionou uma predisposição perante os pequenos agricultores em dispor aos discursos em relação à nova ordem que estava se estabelecendo na região. Não realizavam uma agricultura com o objetivo puramente econômico, mas buscando a manutenção de seu modo de vida. Mesmo os (i)migrantes alemães, italianos e poloneses, que estavam na região de Campo Erê, passam pelas mesmas dificuldades dos caboclos, pois para a companhia eram considerados “intrusos”.

Ao defender a terra, o “intruso” defendia o seu modo de vida. Não dava valor monetário à terra, mas à sua forma de reocupação. Para tanto: “A terra continuava farta e disponível para os muitos que havia, ou que viessem [...]. Os posseiros, pequenos ou grandes, antigos ou recentes, queriam continuar a lavar e viver na terra [...]” (Ianni, 1979, p. 233). A mediação da terra passa a ser a cargo de grupos de jagunços, advogados, técnicos funcionários diretos ou indiretos do capital. Assim, a terra começa a ser transformada em propriedade privada legalizada e concentrada nas mãos das colonizadoras.

Vimos que a situação socioeconômica que o “intruso” enfrentava na região de Campo Erê foi fator decisivo para caracterizar a intrusão, pois no contexto em que estava inserido não lhe permitia ter condições de adquirir um lote de terra. Essa conjuntura de fatores permitiu um acirramento conflituoso em relação à posse da terra.

Dessa forma, a região foi palco de um fenômeno de intrusão, o que fez o Incra atuar nesse espaço e promover um estudo sobre a problemática fundiária que se estabeleceu nas décadas de 1970-1980.

### **3.5. Regulamentação da terra: as ações do Incra - 1970-1980**

O Projeto Fundiário de Santa Catarina foi pensado num contexto que influenciou a sua resolução, envolvendo a problemática fundiária desse estado. O projeto, sediado no município de Chapecó, não era uma ação isolada, mas fazia parte das políticas agrárias estabelecidas pelo governo federal durante o período militar. Em virtude de problemas de situação dominial de áreas de terras da região oeste catarinense, o projeto fundiário foi criado com a Portaria/Incra nº 2.562, de 30 de novembro de 1972, como um órgão zonal que procura soluções para a regularização fundiária na faixa de fronteira entre Santa Catarina e Argentina. Outro fator que contribuiu com a idealização do projeto foi o fluxo migratório do Rio Grande do Sul para as terras do oeste catarinense, compreendido na faixa fronteira da Argentina, dedicando-se ao corte da madeira e à produção agrícola da área.<sup>66</sup>

Pretendemos analisar neste item como o Projeto Fundiário de Santa Catarina, criado em 1972, compreendeu e desenvolveu a problemática fundiária no oeste catarinense nas décadas de 1970-1980. Pretendemos demonstrar que o elemento central do estudo era a problemática fundiária do Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970-1980 e mostrar que nas cercanias sul/norte de Campo Erê foi o epicentro dos conflitos de terra e do intrusamento. A problemática

---

<sup>66</sup> Projeto Fundiário de Santa Catarina. Portaria/Incra n. 2.562, de 30 de novembro de 1972. Fonte: Incra, Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó).

fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina é justamente a terra, o acesso à terra, ou seja, uma regularização da terra desencadeada pela intrusão dos pequenos agricultores.

A atuação do Incra nessa região foi marcada pela intrusão, o que resultou numa instabilidade social. Esse aspecto nos dará um norte para compreendermos os motivos que levaram o Incra a atuar nesse espaço. A atuação do Incra vai ser um divisor de águas, porque os “intrusos” vão sair do anonimato. Assim, o Incra configura uma nova perspectiva para esses pequenos agricultores.

Analisar os agentes sociais, a luta pela terra e a atuação do Incra nessa região remete-nos a interpretar a diversidade das transformações sociais no espaço agrário dessa região, o exercício do Estado nas políticas de terra e de colonização de novas terras, do mesmo modo a observação dos modelos de desenvolvimento agrário, as ações coletivas no espaço agrário, geradoras das convenções e lutas sociais.

Nossa análise dos grupos sociais norteia por um entendimento relacional, fundamentado na conformação dos processos produtivos que estabelecem um tempo social e espaço social divergente, englobando inúmeros conflitos sociais de reprodução em transformação. É essencial observar as transformações das relações sociais entre as classes preponderantes: latifundiários, instituições, Incra, Judiciário, Estado, companhias colonizadoras, empresários, pequenos agricultores, e de sua diversidade, das frações de classes, categorias sociais (definidas por profissão, gênero ou etnia), em seus processos de formação, na heterogeneidade das classes sociais em seu ambiente social, caminhos, bem como suas representações simbólicas.

Os conflitos pela posse e pelo domínio da terra possuem como característica a luta pela terra, marcada por conflitos sociais e por vários atos violentos. Nesse sentido, a posse da terra como alternativa e estratégia de acesso à terra que persiste nas décadas de 1970-1980

tem seu reconhecimento pelo Estatuto da Terra de 1964, lei agrária instaurada no período militar. O Inca desempenhou um papel crucial na regulamentação das posses nas cercanias de Campo Erê. A partir da atuação do Inca, obtiveram-se informações importantes sobre o problema de intrusão que esse espaço estava submetido.

O Inca realizou um estudo minucioso sobre alguns aspectos de maneira que pudesse proporcionar instrumentos de análise sobre a situação dessa região. Para ter subsídios acerca dos imóveis a serem estudados, elaborou-se uma sequência sistemática. O Inca buscou realizar um estudo dos imóveis, objetivando propor a desapropriação por interesse social, demonstrando a situação socioeconômica e jurídica dos imóveis de áreas situadas a 66 km da fronteira com a Argentina. A expropriação podia se constituir em uma alternativa de solução, com o intuito de minimizar a situação dos “intrusos” que se encontravam sobre os imóveis nessa região.

O Inca realizou nos imóveis um estudo sobre a cadeia sucessória dominial, que consiste num acompanhamento da sequência cronológica e registro de todas as transmissões ocorridas sobre a mesma área, abrangendo a partir do proprietário atual até a origem da titularidade. Assim ocorreu um estudo da realidade rural de cada imóvel nas cercanias de norte/sul de Campo Erê. Como metodologia, o Inca efetuou vistoria *in loco* dos imóveis, constatando sua utilização, exploração, reocupação e situação jurídica do imóvel, para proceder vistas à formalização da proposta de desapropriação por interesse social.

Os problemas fundiários no Brasil têm como precedência a construção histórica da formação da propriedade, resultado de sua distribuição desde o período colonial, que aprofundaram as discrepâncias na distribuição das terras, e que, conseqüentemente, proporcionou uma visão mercadológica da terra. A concentração

de terras e mesmo a produtividade agrícola regionalizada necessitam de observação em seu prisma histórico da sistemática agrária. Não podemos entender a estrutura fundiária como um indicativo que determina características da propriedade da terra decorrente de sua concentração em pequenas ou grandes áreas de terras. As “[...] realidades plurais de países, regiões e sociedades são muito pouco e não nos permitem compreender a complexa trama de relações que redefine o conteúdo social, político, econômico, geográfico da estrutura fundiária” (Thomas Júnior, 2005, p. 208). A luta dos pequenos agricultores coloca em questão o poder, o domínio exercido pelos proprietários de terra, latifundiários e pelo Estado, assim amplia a experiência na resistência pela luta da terra.

As representações da estrutura fundiária têm como representação a distribuição de terras numa sociedade. Dessa forma, quanto mais desigual o ordenamento das terras, maior será a sua concentração fundiária, na medida em que mais ordenada for a distribuição, mais desconcentrada será. Isso permite que não haveria disputas, conflitos por posse de terras.

O estado de Santa Catarina é caracterizado por apresentar uma estrutura fundiária heterogênea de propriedades rurais de pequeno porte, ou seja, o minifúndio. O estado conduzia uma política proporcionando a concessão de terras pertencentes ao patrimônio público, que determinava a atual estrutura fundiária (Ramos, 2006). Em Santa Catarina, a concentração fundiária ocorria a partir da expansão da colonização. Para resolver as tensões sociais provocadas pela concentração de terras nas áreas de fronteiras no sul do país, o governo brasileiro constatou que havia várias áreas da região oeste catarinense com problemas relacionados à titulação.<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Decreto nº 69.411, de 22 de outubro de 1971. Art. 1º. Fica declarada prioritária para fins de Reforma Agrária, a Região abrangida pelos Municípios de Altônia, Iporã, Terra Roxa do

De conformidade com o decreto, o Incra tem que interceder para uma justa distribuição de terras ao condicionamento do uso para a função social, proporcionando unidades familiares, assim como cooperativas. As regularizações dos imóveis localizados nas regiões de conflito deviam ser respeitadas as ocupações definidas por moradias habituais e cultura efetiva dentro das proposições do Estatuto da Terra.

A Figura 14 exhibe a faixa de fronteira de Santa Catarina, área de atuação do Projeto Fundiário. Em virtude de problemas de situação dominial de áreas de terras da região, o Projeto Fundiário de Santa Catarina foi criado pela Portaria/Incrá nº 2.562, de 30 de novembro de 1972, como um órgão zonal que procura soluções para a regularização fundiária na faixa de fronteira<sup>68</sup> entre Santa Catarina e Argentina. O projeto fundiário tinha como objetivo uma ação extensa, contínua e eficaz no contexto de seu programa de sistematização agrária. Dessa forma, o Incra cria uma estrutura em áreas específicas no intuito de executar tarefas inerentes à regularização fundiária. O projeto fundiário possui como preponderância 36 municípios,

---

Oeste, Guaíra, Palotina, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Matelândia, Cascavel, Céu Azul, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Capitão Leônidas, Marques, Capanema, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Santa Izabel do Oeste, Pérola do Oeste, Ampère, Enéas Marques, Catanduvas, Verê, Santo Antônio do Sudoeste, Salgado Filho, Barracão, Francisco Beltrão, Marmeleiro e Renascença, situados no Estado do Paraná e Campo Erê, Modelo, Pinhalzinho, Nova Erechim, Saudades, São Carlos, Águas de Chapecó, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Palma Sola, São José do Cedro, Anchieta, Guaraciaba, Romelândia, São Miguel do Oeste, Descanso, Maravilha, Cunha Porã, Mondai, Itapiranga, Palmitos e Caibi, situados no Estado de Santa Catarina, com as respectivas áreas e limites municipais adotadas pelo IBGE e fixados em lei.

<sup>68</sup> Faixa de fronteira. É uma linha imaginária formada por uma faixa interna de terras, que se estende de 0 a 150 Km, paralelamente à linha divisória terrestre do território nacional com outros países e desde 1955 (Lei 2.597/55) identifica-se fisicamente com a zona de segurança nacional. A faixa de fronteira tem como objetivo materializar a exteriorização da posse do Estado Brasileiro em relação aos países confrontantes. Também para especificar a dominialidade pública federal das terras indispensáveis à defesa do território nacional (segurança nacional) e para eleger áreas essenciais ao desenvolvimento econômico.



abrangendo os 150 km da faixa de fronteira com a Argentina. Essa área corresponde ao Extremo-oeste catarinense, com 1.479.600 hectares, ou seja, 14.796 km<sup>2</sup>.



**Figura 15.** Faixa de Fronteira de Santa Catarina, área de atuação do Projeto Fundiário (1979). Fonte: Inkra: Projeto Fundiário de Santa Catarina, Chapecó, 1979. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó).

Esse projeto tem por efeito a desapropriação por interesse social, incidindo um total de 17 glebas, atingindo os municípios de Campo Erê, São Lourenço D'Oeste, Galvão, Palma Sola, Xaxim, Abelardo Luz, Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Chapecó, Romelândia, Maravilha e São José do Cedro. Outro fator preponderante desse projeto é a discriminação de terras pública entre os municípios de Campo Erê, Galvão, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz, Caxambu do Sul, Dionísio Cerqueira e Águas de Chapecó. Essas áreas estão a

150 km da fronteira, predominantemente compostas por pequenas propriedades. A dimensão da área apontada como minifúndio varia de acordo com a região em que se encontra. Santa Catarina, em geral, se caracteriza com áreas menores que 50 hectares. Essa dimensão predomina na faixa de fronteira entre Santa Catarina e Argentina.<sup>69</sup>

O Projeto Fundiário possuía, entre outras ações, o desenvolvimento com a consecução de acordos entre os posseiros e os proprietários; proposta de arrecadação de terras públicas e titulação; medição e demarcação direta ou indireta, tendo em vista a regularização dessas áreas; orientação cadastral à UMC. A regulamentação do projeto apresenta a seguinte configuração: esclarece sobre a situação de domínio; resolução de questões judiciais de terras; controle de tensão social da área; abertura de crédito agrícola; função social da terra; desenvolvimento rural; posse definitiva das terras.

A atuação do Projeto Fundiário de Santa Catarina ocorre em áreas prioritárias para reorganização da estrutura fundiária e na faixa de fronteira entre Santa Catarina e Argentina. Essa atuação ocorre em imóveis pendentes apenas de uma definição legal de legitimidades de títulos e/ou de ocupações. Muitos desses imóveis, como as cercanias de Campo Erê, eram unidades familiares já constituídas. Assim, a presença do Projeto Fundiário de Santa Catarina, coordenado pelo Incra, legalizava apenas imóveis já existentes e não propunha uma redistribuição de terras, mas uma regulamentação da posse.

A área de operação do Projeto Fundiário era marcada por conflitos nas concessões governamentais de terras desde o final do século XIX. Como principais desencadeadores da desordem que se estabelece, essas concessões são contestadas sob o argumento do governo federal na área de fronteira. A área de fronteira de Santa

---

<sup>69</sup> Fonte: Incra. Projeto Fundiário de Santa Catarina, Chapecó, 1979. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR-10).

Catarina, a propriedade privada, demonstra ser uma constante, pois, na década de 1970, essa região se configura por pequenas, médias e grandes propriedades de terra.

As regularizações fundiárias beneficiam aqueles que moravam na terra e nela produziam. A privação de título de propriedade não foi uma barreira para regularizar a situação de diversas famílias de pequenos agricultores. Dessa forma, a posse foi caracterizada como legítima e significava uma conquista importante. A essa circunstância, a política do governo federal não era prioritariamente voltada em favorecer os pequenos agricultores. Mas as políticas de desenvolvimento agrário no período militar favoreceram as agroindústrias com incentivos fiscais e créditos, ao invés dos pequenos agricultores em sistema de posse da terra.

Os conflitos agrários dessa região de Campo Erê não foram escolhidos por acaso entre as regularizações fundiárias realizadas pelo Incra no Extremo-oeste de Santa Catarina. Essa contingência nos revela uma desigualdade social presente na área rural da região, assim como a sua permanência da posse e do acesso à terra para os pequenos agricultores nas décadas de 1970 e 1980. O recorte temporal reporta-se a uma história mais recente, no entanto, o quadro social dessa região leva a compreender a luta dos pequenos agricultores em se manterem na terra a partir de concepções ligadas à prática costumeira da posse.

Analisamos que as desigualdades sociais, acrescidas aos conflitos pela posse da terra, fizeram com que o Incra se designasse um órgão, o Projeto Fundiário de Santa Catarina, para promover um estudo sobre problemas de regularização fundiária na faixa de fronteira com a Argentina. A luta dos pequenos agricultores pela posse da terra nas cercanias nessa região nas décadas de 1970 e 1980 ocasionou uma instabilidade social significativa nessa área, desenca-

deando inúmeros estudos da realidade fundiária, o que permitiu ao Inca promover uma inclinação para possíveis desapropriações por interesse social nessas duas décadas.

O próximo capítulo demonstraremos que a problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina é a terra, ou seja, uma regularização da terra que foi fomentada pela intrusão dos pequenos agricultores nas cercanias sul/norte de Campo Erê. Foi justamente a problemática envolvendo a terra que provocou os conflitos agrários nessa região. Analisaremos que a atuação do Inca, que viabilizou a desapropriação por interesse social nas décadas de 1970 e 1980. Os problemas com a posse de terra ocasionados pela intrusão fazem com que o Inca possibilite um estudo nessa área.

Pretende-se compreender os fatores que rivalizaram e interagiram nos conflitos agrários com a reocupação dessa região. Discutiremos os conflitos agrários, as várias facetas e os embates que se estabeleceram. Analisaremos também a presença do Inca na regulamentação e a complexidade nas cercanias sul/norte de Campo Erê.

## CAPÍTULO IV

---

### Ao sul e ao norte de Campo Erê (1970-1980)

**O** capítulo busca analisar e compreender os fatores que concorrem e interagiram com os conflitos agrários nas cercanias de Campo Erê. O objetivo é compreender os conflitos e as tensões que produzem suas lógicas e multiplicidades, a intrusão.

Contextualizamos a desapropriação por interesse social, as várias faces desses conflitos e os olhares dispensados pelo INCRA nessa região. Para tanto, damos ênfase aos fatores simbólicos e subjetivos, e as características relacionadas dessa região, os quais produzem também suas lógicas e sua multiplicidade à intrusão.

Dentro dessas perspectivas que conduzimos nossa análise, dando evidência aos aspectos mais específicos da realidade dos conflitos de terra que aconteceram desde a década de 1970-1980.

A discussão sobre os conflitos agrários e as faces dos conflitos que se estabeleceram nessa região é crucial para que se tenha uma ideia desses embates agrários. É nessa conjuntura que estão os sujei-

tos da pesquisa, os “pequenos agricultores intrusados”. Percebemos, neste capítulo, que os conflitos se inserem nesse espaço e condensam uma realidade complexa que envolve pequenos agricultores, políticas públicas, a ação de uma colonizadora, a Companhia territorial Sul Brasil.

#### **4.1. A desapropriação por interesse social**

Pretendemos analisar a reorganização da estrutura fundiária que se desencadeou com a atuação do Incra nas cercanias de Campo Erê, promovendo a desapropriação por interesse social nas décadas de 1970 e 1980. Este aspecto nos dará uma direção para compreendermos os motivos que levaram o Incra a atuar nesse espaço. A instabilidade social que se instaurou nessa região em virtude de problemas com a posse de terra, ocasionados pela intrusão, fez com que o Incra promovesse um estudo nessa área. Essa região estava exposta a um clima grave de tensão, insegurança, intranquilidade e desconfiança.

O conceito da desapropriação por interesse social foi introduzido a partir da Constituição de 1946, com o advento da função social da propriedade. Essa terra devia complementar a propriedade da terra ao interesse do conjunto da sociedade. Contudo, em 1962, ocorre a regulamentação, com a definição dos casos e da sua aplicabilidade (Alentejano, 2005). No entanto, “[...] na Constituição de 1946 um novo conceito foi introduzido: o da desapropriação por interesse social, relacionado ao princípio da função social da propriedade, ou seja, subordinado a propriedade da terra ao interesse do conjunto da sociedade [...]” (Alentejano, 2005, p. 161).

Em decorrência desses conflitos, o Incra começa a atuar na região promovendo um estudo do caso. Assim, a desapropriação por

interesse social tinha como propósito atender os interesses coletivos e que pudessem modificar política e juridicamente a intervenção e a estratégia da terra. Nessa perspectiva,

[...] o caráter político da desapropriação, configura-se importante repercussão no processo expropriatório em toda a sua extensão e na chamada ação de desapropriação, introduzindo-se, no campo amplo do processo e no campo específico da ação, a discutibilidade tanto do mérito do ato administrativo, formalizado no decreto declaratório do interesse social, quanto do mérito, em sentido processual civil, da ação de desapropriação [...] (Baldez, 2012, p. 204).

Para poder desapropriar a área nas cercanias de Campo Erê, havia a necessidade de essa estar situada dentro de uma área estabelecida como prioritária para a realização da reorganização da estrutura fundiária.<sup>70</sup> Toda a área destinada à desapropriação por interesse social devia estar de acordo com o Estatuto da Terra,<sup>71</sup> dentro da condição legal. A luta dos pequenos agricultores pelo acesso da terra revela

---

<sup>70</sup> Reorganização da estrutura fundiária. “A Reforma Agrária constituiu-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando a modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Esse conjunto de atos do governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que, geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal [...]” (Umbelino de Oliveira, 2005, p. 386).

<sup>71</sup> “Criado pela Lei n. 4.504, de 30/11/1964, o Estatuto da Terra foi uma resposta legal às pressões de diversos setores da sociedade por reforma agrária. As tensões sociais provocadas pelo alto grau de concentração de terras no espaço rural brasileiro foram muito grandes durante a década de 1950 e o início de 1960. Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, os militares que tomaram o poder tiveram de lidar com esse problema herdado da conjuntura anterior. A solução encontrada pelo novo grupo no poder para o problema agrário se baseou em dois pontos: formulação de uma legislação que definisse as políticas agrícolas e agrárias (Estatuto da Terra) e repressão aos movimentos organizados dos trabalhadores do campo” (Silva, 2005, p. 198).

a dificuldade em obter recursos através de arrendamento de terras em outras áreas, na dependência da oscilação do mercado de trabalho, o que dificultava sua emancipação política, financeira e social.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o Extremo-oeste catariense passa por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas. O processo da industrialização sistemática da agroindústria e a dependência da pequena produção, bem como o esgotamento da fronteira agrícola, apontam uma profunda crise na produção campesina tradicional, predominante na região. Analisar os agentes sociais, a luta pela terra e a reorganização da estrutura fundiária com a atuação do Incra nessa região, remete-nos a interpretar a diversidade das transformações sociais no espaço social agrário dessa região, o exercício do Estado ao longo das políticas de reorganização da estrutura fundiária e de colonização de novas terras, do mesmo modo que a observação dos modelos de desenvolvimento agrário, as ações coletivas no espaço agrário, geradora das convenções e de lutas sociais.

Nessa ótica, entender sobre o clima grave de tensão e a insegurança que se estabeleceu nessa região, assim como as consequências, é essencial realizar as transformações das relações sociais entre as classes preponderantes: latifundiários, instituições, Incra, Judiciário, Estado, companhias colonizadoras, empresários, pequenos agricultores, e de sua diversidade, das frações de classes, categorias sociais (definidas por profissão, gênero ou etnia), na heterogeneidade das classes sociais em seu ambiente social, caminhos, bem como suas representações simbólicas.

Os conflitos pela posse e domínio da terra têm como característica a luta pela terra, marcada por uma instabilidade social e por inúmeros atos violentos. Nesse sentido, a posse da terra, como alternativa e estratégia de acesso à terra que persiste nas décadas de 1970 e 1980, tem seu reconhecimento no Estatuto da Terra de 1964, lei



agrária instaurada no período militar. Nesse contexto, o Inkra desempenhou um papel crucial na regulamentação das posses. A partir da atuação do Inkra, obtiveram-se informações importantes sobre o problema de intrusão que esse espaço estava submetido.

O Inkra realizou um estudo minucioso sobre alguns aspectos de maneira que pudesse proporcionar instrumentos de análise da situação que se apresentava nas cercanias de Campo Erê. Para se ter subsídios acerca dos imóveis a serem estudados, elaborou-se uma sequência sistemática. Em relação a essa especificidade, o Inkra busca realizar uma apresentação dos imóveis objetivando propor a desapropriação por interesse social para fins de reorganização da estrutura fundiária, demonstrando a situação socioeconômica e jurídica dos imóveis de áreas situadas a 66 km da fronteira com a Argentina. A expropriação podia se constituir numa alternativa, solução, com o intuito de minimizar a situação dos “intrusos”. O histórico dos imóveis consistia em demonstrar como ocorreram as ocupações das terras que não se processou de forma ordenada de colonização. Essas terras foram tituladas pelo estado do Paraná em áreas de demissões territoriais. A área sofrerá um processo natural de desmembramento pela subdivisão em lotes menores e muitos abaixo da fração mínima de parcelamento permitida. Algumas companhias atuaram objetivando a divisão e demarcação de glebas em lotes coloniais.

O Inkra realizou nos imóveis um estudo sobre a cadeia sucessória dominial, que consiste num acompanhamento da sequência cronológica e registro de todas as transmissões ocorridas sobre a mesma área, abrangendo a partir do proprietário atual até a origem da titularidade. O fortalecimento de um modelo fundiário alicerçado em propriedades com significativas extensões de terras no Extremo-oeste catarinense possibilitou a mobilização de pequenos agricultores pelo direito ao acesso da posse de terra. Surgem vários protestos

na área compreendida como da gleba Mundo Novo da Companhia Territorial Sul Brasil. Nas cercanias ao sul de Campo Erê nas décadas de 1970 e 1980 ocorrem manifestações sobre o acesso e posse da terra: Mundo Novo – Campo Erê – 1978; Samambaia – Campo Erê e Modelo – 1983; Poço Rico – Maravilha – 1981.

Além dessa área ao sul, ocorrem conflitos no entorno norte de Campo Erê em outras áreas de campo (fazendas) e de outras companhias colonizadoras que atuaram nesse espaço. Esses protestos se sucedem em Burro Branco – Campo Erê – 1980-1986; Campo Grande – 1982; Pasquali – 1979; Fazenda Jardim – Campo Erê – 1977; Pesqueiro – Campo Erê – 1983; Bracanjuba – Campo Erê – 1982; e da Fazenda Araçá de Campo Erê e Anchieta – 1979.

O Inkra promoveu um estudo dos imóveis na região. Assim, efetuou vistoria nos imóveis constatando sua utilização, exploração, reocupação e situação jurídica para proceder vistas à formalização da proposta de desapropriação por interesse social. Outra vertente desse estudo refere-se ao levantamento da população ancianidade,<sup>72</sup> a distribuição das ocupações segundo sua dimensão, o que permitiu obter um quadro populacional, como a quanto tempo ocupam os lotes e como está a distribuição das áreas. Os aspectos físicos proporcionam obter informações referentes à localização, solos, vegetação, clima, hidrografia e orografia de cada imóvel que o Inkra realizou sua pesquisa. As questões econômicas, como a exploração agrícola e a exploração pecuária nos imóveis, também estão inseridas, onde a agricultura possuía regime colonial constitui-se meio de sustentação das famílias. A agricultura destina-se ao consumo próprio e o excedente é comercializado em troca de outros produtos.

Nessa conjuntura paradoxal, o Inkra atuou para proporcionar a

---

<sup>72</sup> Refere-se ao período de permanência dos intrusos nos imóveis nas cercanias de Campo Erê.

regulamentação fundiária na região, tendo o eixo norteador a intrusão como contradição fundiária. Pode-se considerar nessa perspectiva que essa região teve problemas, a intrusão. Porque, pontualmente, resulta de uma área com excessiva concentração de pequenos agricultores na qual a maioria não possui a titulação de seus lotes. Entre os fatores determinantes para conflitos encontram-se os problemas de regularização fundiária com base na desapropriação por interesse social na faixa de fronteira com a Argentina; essas terras foram tituladas pelo estado do Paraná; a atuação de algumas companhias na divisão e demarcação de glebas em lotes coloniais; a atuação do Inkra na regulamentação dessa área.

## **4.2. As várias faces do conflito na parte sul**

As cercanias sul de Campo Erê possuem como característica a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, tendo como prisma a ocupação por meio da posse de pequenos agricultores e de alguns pequenos proprietários com regularidade dominial. Esse espaço entra na lógica da gleba Mundo Novo, expedido pelo governo de Santa Catarina em 21 de dezembro de 1934, e corresponde a uma área total de 305.760.318 m<sup>2</sup>, ou seja, 30.576 hectares.<sup>73</sup> A gleba Mundo Novo apresenta um grave clima de tensão, ocasionado por inúmeros conflitos pela posse da terra em vários espaços no sul dessa região, como no imóvel Mundo Novo; no imóvel Samambaia e no imóvel Poço Rico. A conjuntura desses imóveis está relacionada à atuação da Companhia Territorial Sul Brasil que não realizou suas premissas legais nessa área declarada objeto de consentimento ilegal pelo

---

<sup>73</sup> Inkra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Proposta de desapropriação do imóvel Mundo Novo. Processo 665/78 (1978).

Estado, o que produziu inúmeros conflitos, ocasionando um grave ambiente de tensão social.

Os conflitos sociais e a direção das iniciativas de desenvolvimento econômico produzem exploradores e vítimas, com rédeas e discernimentos políticos, de maneira que as necessidades essenciais dos pequenos agricultores nem sempre recebem uma atenção circunstancial. Essa trama social pode alcançar percepções de uma variedade de práticas/condutas relacionadas à reação, coparticipação, ou lacuna, envolvendo arbitrariedades, rompimentos, hostilidades, exclusão ou degradação iminente a situações e complicações socioeconômicas. A Figura 15 (é o mesmo mapa da figura 10, capítulo 3). Utilizamos o mesmo mapa para mostra o epicentro dos conflitos ocorridos no sul das cercanias de Campo Erê, dentro da área da Companhia Territorial Sul Brasil, abrangendo a seção Cafundó, gleba Burro Branco, gleba Mundo Novo, gleba Roncador, gleba Lageado, seção Herval, seção Barra Suja e a seção Sargento. Nessas glebas e seções são áreas que engloba o sul dessa região, onde se desencadearam conflitos em vários espaços, como imóvel Mundo Novo; imóvel Samambaia; imóvel Poço Rico<sup>74</sup>.

Para compreender melhor os detalhes dessa situação, essas seções e glebas são parte de uma área que engloba sul das cercanias de Campo Erê, onde se desencadearam conflitos em vários espaços, como imóvel Mundo Novo; imóvel Samambaia; imóvel Poço Rico. Do cenário de conflitos sociais nessa região, ilustraremos um caso peculiar do imóvel Mundo Novo em razão de ser o mais expressivo e conflituoso.

---

<sup>74</sup> Atualmente os Imóveis Mundo Novo, Samambaia e Poço Rico, possuem outra configuração: Imóvel Mundo Novo, atualmente pertence ao município de Santa Teresinha do Progresso; Imóvel Samambaia, atualmente pertence ao município de Saltinho e o Imóvel Poço Rico, atualmente pertence ao município de Flor do Sertão.



comandante do exército e o comandante da polícia militar de São Miguel do Oeste, provavelmente receosos por uma ação violenta por parte dos pequenos agricultores.

O Grupamento Técnico do Inbra de Chapecó - SC (CR10) identificou a existência de um significativo número de famílias de pequenos agricultores sem documentação e parte como posseiras.<sup>76</sup> O Projeto Fundiário de Santa Catarina teve dificuldade em discernir precisamente quem era comprador (sem escritura) e quem era realmente um “intruso”. Talvez possa ter sido o motivo de caracterizar todos como “intrusos”, que, de acordo com o Estatuto da Terra, teriam seus domínios de suas terras reconhecidos. Outro fator relevante que se confirmou com a vistoria foi a situação socioeconômica das famílias. A análise prévia do projeto concluiu que os problemas vivenciados pelas famílias já eram de longa data. Estando dentro da faixa de fronteira concedida irregularmente pelo poder estadual, era vital a intervenção do Inbra no local para uma regularização fundiária.

O cenário que se configurava permitia a abertura de um processo de proposta de desapropriação, nº 665/1978, protocolado em 27 de junho de 1978, desenvolvido pelo Inbra e encaminhado para apreciação em Florianópolis e, posteriormente, em Brasília, realizando um detalhado estudo da área denominada imóvel Mundo Novo. O projeto fundiário identificou 498 famílias de pequenos agricultores sediados no imóvel numa área de seis mil hectares, dos quais apenas 48 tinham documento de posse,<sup>77</sup> (9,63%), distribuídos em uma área de 16%. As demais famílias (450) de pequenos agricultores não

---

<sup>76</sup> O termo “posseiro” foi generalizado a todos aqueles que não possuíam a escritura de suas terras.

<sup>77</sup> Inbra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). O Inbra designou documentos, aqueles que dispõem de escritura pública de compra e venda devidamente registrada e de não documentados, os pequenos agricultores que estão na condição de posseiros, ainda que portadores de contratos particulares de compra e venda, recibos de pagamento ou simples ocupação.

tinham documentação (90,37%), ocupando uma área de 83,07%, portanto, na condição de posseiro.<sup>78</sup>

O estudo realizado pelo projeto fundiário mostra que 46 pequenos agricultores com documentos exploravam o imóvel de forma direta e 435, sem documentos exploravam o imóvel de forma indireta. Constatou ainda que dois pequenos agricultores com documento exploravam o imóvel de forma direta e 15, também documentados, exploravam o imóvel de forma indireta. De acordo com os dados registrados, o Incra detectou que 207 famílias haviam chegado já há 5 anos; 129, de 6 a 10 anos; 41, de 11 a 20 anos e apenas 6 famílias moravam no imóvel Mundo Novo há mais de vinte anos. Constatou ainda que, das 498 ocupações, 266 (53,42%) possuíam área inferior a 10 hectares.<sup>79</sup>

A alta incidência de ocupantes não proprietários de terras no imóvel Mundo Novo em Campo Erê fez com que o Grupamento Fundiário do Incra de Chapecó - SC (CR10) sinalizasse para uma solução imediata do problema. Uma das medidas foi tomada a decisão da desapropriação por interesse social, sendo no momento a mais viável e de efeito mais rápido, pois estaria de acordo com os procedimentos legais administrativos das desapropriações por interesse social.

Porém, algumas considerações são pertinentes. Dos 48 pequenos agricultores desapropriados, que possuíam escritura pública, ocupavam 1.029 hectares. Nessa transação os proprietários receberiam parte em dinheiro da indenização, pois o imóvel era classificado como minifúndio. Dessa forma, seriam titulados outra vez pelo

<sup>78</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Proposta de desapropriação do Imóvel Mundo Novo. Processo 665/78. (1978).

<sup>79</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo 665/78, imóvel Mundo Novo (1978), folha 14.

Incra na ocasião de regularização posterior. Seriam desapropriados 4.491 hectares por dedução dos 6 mil hectares da companhia Territorial Sul Brasil, área ocupada por inúmeros pequenos agricultores sem escritura legal.

O Grupamento Fundiário do Incra de Chapecó - SC (CR10) sugeria que fosse desapropriada a área dos 6 mil hectares por se caracterizar como não conflituosa, a partir do título originário Mundo Novo, além de expedido a *non domino* porque em faixa de indiscutível domínio, pois a União não obedeceu ao permissivo constitucional vigente, ou seja, 10 mil hectares, conforme preceito do art. 130 da Constituição de 1934, válido desde 16 de junho, e a titulação operou-se aos 12 de dezembro de 1934, ferindo, dessa forma, a lei que vigorava, por isso se tornou ilegítima a concessão.<sup>80</sup>

Os lotes com registros não eram ocupados por posseiros. Quanto à regulamentação dos ocupantes do restante da área do título Mundo Novo, com área de 24.576 hectares, foi feita em data posterior, considerando que não havia litígios sobre essa e que existiam outras na mesma situação. A área a ser desapropriada da Companhia Territorial Sul Brasil era de 4.991,4 hectares, obtida com a exclusão das áreas dos seis mil hectares, objeto da proposta de desapropriação.

O imóvel Mundo Novo tinha declarada a sua área desapropriada por interesse social, pois, através de um estudo da situação fundiária no segundo semestre de 1977, no município de Campo Erê, ficou constatado que numa área de aproximadamente 4 mil hectares, originária do título Mundo Novo, a companhia Territorial Sul Brasil não obteve êxito em assentar seus ocupantes, aproximadamente oitocentas famílias. A maioria dos pequenos agricultores não possuía documentação dos seus lotes de ocupação; muitos tinham contrato

---

<sup>80</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo 665/78, imóvel Mundo Novo (1978), folha 155.



de compra e venda; muitas vendas foram efetuadas com área abaixo do módulo venal e sem condições de escriturá-las; a maioria dos pequenos agricultores não tinha acesso às instituições de crédito; a situação socioeconômica no imóvel era conflituosa.

O imóvel Mundo Novo não foi o único que trouxe à tona conflitos, contendo os pequenos agricultores na condição de “intrusos”, temos outros imóveis nas cercanias sul de Campo Erê que enfrentaram conflitos semelhantes e apresentaram grave clima de tensão, ocasionando vários conflitos pela posse da terra: o imóvel Mundo Novo – Campo Erê – 1978; imóvel Samambaia – Campo Erê e Modelo – 1983; imóvel Poço Rico – Maravilha – 1981. O Quadro 2 a seguir busca evidenciar algumas características desses imóveis, que permitirão observar as variáveis dos conflitos.

Os imóveis ao sul das cercanias de Campo Eré  
Características

| Imóvel     | Ano  |   |
|------------|------|---|
| Mundo Novo | 1978 | O imóvel Mundo Novo vivenciou um cenário conflituoso numa área de seis mil hectares, parte das terras de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil e que somavam aproximadamente quatro mil hectares dentro do município de Campo Eré. Isso ocasionou um contexto de instabilidade entre os pequenos agricultores, particularmente os que não conseguiram pagar suas prestações com a companhia. Esse imóvel possui um significativo número de famílias de pequenos agricultores sem documentação no sistema de posses. Identificou-se 498 famílias de pequenos agricultores, em que apenas 48 ocupantes são documentados, ou seja, 9,63% e distribuídos em uma área de 16%. As demais 450 famílias de pequenos agricultores sem documentação correspondem a 90,37%, ocupando uma área de 83,07%, na condição de posseiros. A Companhia Territorial Sul Brasil não obteve êxito em assentar seus ocupantes. A maioria dos pequenos agricultores não possuía documentação dos seus lotes; muitos possuem contrato de compra e venda; muitas vendas foram efetuadas com área abaixo do módulo venal e sem condições de escriturá-las; a maioria dos pequenos agricultores não tem acesso às instituições de crédito. A situação socioeconômica no imóvel gera um conflito social. |
| Samambaia  | 1983 | O imóvel Samambaia é uma área de 1.735 hectares de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, dos quais cerca de 1.010 hectares são ocupados por “intrusos”, localizado no município de Campo Eré e Modelo. Dos 138 ocupantes do imóvel, apenas 42 se constituem em áreas documentadas e 96 estão no sistema de posse. Devido às irregularidades ocorridas quando do assentamento dos pequenos agricultores e transferências mal efetuadas, diversos proprietários tiveram que recorrer à justiça para resolver a duplicidade de documentos, assim como litígios de divisas de suas áreas gerou um conflito social.   |
| Poço Rico  | 1981 | O imóvel Poço Rico contempla uma área de 1.330 hectares no município de Maravilha, às margens do rio Sargento. O imóvel apresenta uma situação fundiária conflituosa em decorrência, pois das 202 famílias do imóvel, apenas 21 famílias são proprietárias, onde 181 famílias (89,6%) estão na condição de posseiros, sem acesso às instituições de crédito, criando um clima de tensão social no imóvel.   |

**Quadro 2.** Características dos imóveis ao sul das cercanias de Campo Eré - SC. Fonte: Elaboração do autor, com base nos processos do Incria (CR10). Proposta de desapropriação do imóvel Mundo Novo. Processo 665/78. (1978); processo n. 00036/81, imóvel Poço Rico (1981) e processo n. 1218/83, 2ª via Samambaia II (1983).

Os imóveis ao sul das cercanias de Campo Erê trouxeram insegurança, intranquilidade, desconfiança quando um importante número de pessoas se deslocou para essa região e fixando-se no local na condição de posseiros a partir de 1960-1970. Os conflitos foram acompanhados pelo Incra, relacionados à posse da terra, pois a maioria dos pequenos agricultores não possuía a titulação dos lotes, o que configurava a intrusão. Assim se estabelece o debate sobre a questão fundiária, a posse da terra, de minifúndios agrícolas, a instabilidade social, as apreensões dos pequenos agricultores, os deslocamentos de uma área de uma seção para outra, as dificuldades e a intranquilidade em torno da intrusão. Além de todo o problema exposto e considerando que as irregularidades existentes são de proporção, havia um clima grave de tensão, insegurança, intranquilidade e desconfiança.

### **4.3. Os olhares do Incra sobre os imóveis ao sul**

Em uma análise comparativa, as áreas do sul das cercanias de Campo Erê apresentam algumas características semelhantes, resultantes de uma ocupação sistemática do espaço. Esses elementos nos possibilitam interpretar o espaço onde ocorreram os impasses e a luta pela terra. São aspectos de alguns imóveis que resultaram de um levantamento apresentado pelo Incra, uma análise sobre a caracterização do imóvel, economia, identificação de ocupação, enfim, elementos que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Nas terras do Poço Rico, com exceção de raros e pequenos pontos isolados, a vegetação nativa deu lugar a cultivos anuais, de forma a existir sérios problemas de desequilíbrio ecológico em função da má condição após a exploração dessa área – “agricultura de rapina”<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chaçecó). O grupamento

Em área de forte inclinação, após a exploração da madeira, prevalece a “capoeira”.<sup>82</sup> A situação da maioria dos pequenos agricultores ocupantes no imóvel Poço Rico constituía-se de “intrusos”, ou seja, quase 90% das ocupações possuíam apenas recibo de pagamento, ou nem mesmo recibo. No imóvel, 70,68% dos pequenos agricultores não possuíam documentação e 29,32% dos pequenos agricultores possuíam documentação. As ocupações correspondiam a 50%, encontrando-se nas faixas de um período de permanência no imóvel de 1 a 5 anos e de 5 a 10 anos.<sup>83</sup>

No imóvel Samambaia, cerca de 70% das ocupações apresentam área com mais de cinco hectares. O imóvel Samambaia está identificado com um total de 138 parcelas, sendo 96 ocupações de posse e 42 áreas escrituradas, constituindo um total aproximado de 725 hectares que incidem escrituras com registro imobiliário em nome dos ocupantes, e cerca de 1.010 hectares em regime de posse. Pelo levantamento realizado pelo Incra, 75% das ocupações apresentam um período de permanência no imóvel superior a cinco anos. O alto número de pequenos agricultores sem documentação, predominam no imóvel as tradições agropastoris, onde mais da metade dos ocupantes residem há mais de cinco anos e apenas uma reduzidíssima parte reside há, pelo menos, três anos.<sup>84</sup>

No imóvel Mundo Novo, a Companhia Territorial Sul Bra-

---

técnico do Incra, refere-se a “agricultura de rapina”, a uma área que foi desmatada e pelo uso demasiado do solo e pela má conservação do solo promoveu um desequilíbrio ecológico.

<sup>82</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). O grupamento técnico do Incra, refere-se as capoeiras há uma área de mata resultante de um procedimento realizado pelos pequenos agricultores, quando da derrubada da mata nativa, que se regenerou naturalmente.

<sup>83</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 00036/81, imóvel Poço Rico (1981), folha 06.

<sup>84</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 1218/83, 2ª via Samambaia II (1983), folha 208.

sil possuía uma área de quatro mil hectares de terras no município de Campo Erê. Nessa área existiam aproximadamente oitocentas famílias entre compradores e posseiros numa área de quatro mil hectares. Muitos compradores e posseiros há mais de quarenta anos aguardavam a escritura definitiva de seus lotes. Do total das famílias existentes no Mundo Novo, quatrocentas são proprietárias e as demais estão como posseiros ou “intrusos”. Entre os proprietários que adquiriam pequenas frações de terras da companhia, um total de 80%, não possuem documentação de comprovação ou não foram efetuados na época, ou foram perdidos nas décadas de 1940-1980. A companhia tentou controlar a situação promovendo a expulsão, mas sendo barrada pelos pequenos agricultores, ocasionando muitas mortes entre os posseiros, pois acreditavam ser donos dessas frações de terras. A companhia efetuou a venda de terras com frações menores tornando difícil a escritura definitiva e também por ser relevante o número, dificultava a regularização da posse da terra.<sup>85</sup>

A tensão social fica mais explícita quando a companhia tinha como propósito a organização de um despejo de aproximadamente quatrocentas famílias, que não deixaram seus lotes sem que houvesse derramamento de sangue, pois consideravam ser proprietárias pelo longo tempo que as ocupavam. Em 17 de janeiro de 1978 compareceu no Grupamento Fundiário do PF/SC – Inkra o pequeno agricultor Estacílio dos Santos Figueira reivindicando uma solução para o problema da titulação de seu pequeno lote rural n. 73, de três hectares, localizado na gleba Roncador, no município de Campo Erê. Casado e pai de três filhos, comprou o lote da Companhia Territorial Sul Brasil pelo valor de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), portanto, um recibo emitido pela companhia em 20 de

<sup>85</sup> Fonte: Proposta de desapropriação do imóvel Mundo Novo. Processo 665/78. (1978).

junho de 1977. Entretanto, ao pretender escriturar seu lote já quitado, descobriu que não podia fazê-lo, pois sua área estava abaixo do módulo rural estabelecido legalmente. A mesma dificuldade vivia seu vizinho Alonso de Oliveira, pois havia pago seu lote à Companhia Territorial Sul Brasil havia dois anos. O impasse dos vizinhos não era exclusividade, mas quase todos os pequenos agricultores viviam em situação semelhante no Mundo Novo, não conseguiam regularizar sua situação.<sup>86</sup>

As organizações que se processam nos imóveis ao sul das cercanias de Campo Erê permitem a compreensão e a dinâmica dos imóveis. Essas variáveis entre os imóveis Mundo Novo, Poço Rico, Sambaíba permitem compreender a multiplicidade da intrusão, pois possuem um enredo semelhante entre os mesmos. A sistematização de apropriação da terra; o convívio social/comunitário; a dificuldade em pagar a terra; a dificuldade em receber a escritura; a sombra de um possível despejo promovido pela Companhia Territorial Sul Brasil; a mobilidade dos “intrusos” dentro da região sul/norte de Campo Erê, ou mesmo de outros estados; o fato de sofrerem pressão para deixar a posse; o aparato estatal, essa gama de fatores aliada à presença do Inbra foi crucial para minimizar a situação dos “pequenos agricultores intrusados”.

Não foi só nas cercanias do sul de Campo Erê que compreendemos as multiplicidades dos “pequenos agricultores intrusados”. Na parte norte ocorreu uma situação semelhante, e é isso que vamos discutir a seguir.

---

<sup>86</sup> Fonte: Documento avulso de 17 de janeiro de 1978 do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

#### 4.4. As dinâmicas dos conflitos na parte norte

Pretendemos analisar os conflitos pela posse da terra nas cercanias do norte de Campo Erê, pois isso possibilitará compreender a ocupação dos espaços por meio da posse, configurando-se intrusão. Essas particularidades permitem perceber, visualizar, como esses pequenos agricultores interagiam e conflitavam pelo espaço e caracterizam-se por ter áreas com o aspecto da ocupação por meio de posse.

Essa região era caracterizada área de campo, fazendas constituídas com títulos expedidos pelo governo do Paraná. Não havia uma exploração enfática pelos titulados. Esse espaço da mesma maneira que no oeste catarinense permaneceu por medida de decreto imperial ao estado do Paraná até a assinatura de acordo de limites em 20 de outubro de 1916, aprovado pelo Congresso catarinense em 6 de março de 1917 e pelo Paraná em 23 de março de 1971.

O governo do Paraná sob a jurisdição dessas terras, antes da regularização de limites (1916), promove sucessivamente a transferência ao patrimônio privado daqueles que propunham adquiri-las e ocupá-las. Transferidas a particulares essas terras, entretanto não tiveram uma colonização ordenada uma vez que seus proprietários, não podendo ocupá-las em sua dimensão plena, passam a transferi-las em partes para outras famílias.<sup>87</sup> Essas partes, por sua vez, eram também subdivididas em porções menores sem a observância de um plano preestabelecido de colonização. Os imóveis originariamente titulados pelo estado do Paraná estão desmembrados em pequenas áreas de até um módulo, ou menor de um módulo, caracterizando, assim, a forma desordenada de reocupação que sofreram as terras da região, numa área de 66 km da fronteira, ou seja, sob o domínio

---

<sup>87</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 000612/79, Regulamentação Fundiária da Fazenda Araçá (1979), folha 07.

da União.<sup>88</sup> Muito provavelmente em consequência da própria improdutividade da fazenda, uma vez que não sendo produtiva talvez abrisse espaço para uma possível reocupação.

A Figura 16 a seguir indica os imóveis Burro Branco, Pasquali, Jardim, Pesqueiro, Bracanjuba, Araçá<sup>89</sup> nas décadas de 1970-1980, localizados nas cercanias norte de Campo Erê, que tem sido palco de consideráveis disputas pela posse e domínio da terra, ocasionando querelas e desavenças, o que comprometeu as relações sociais dos grupos ocupantes no local.

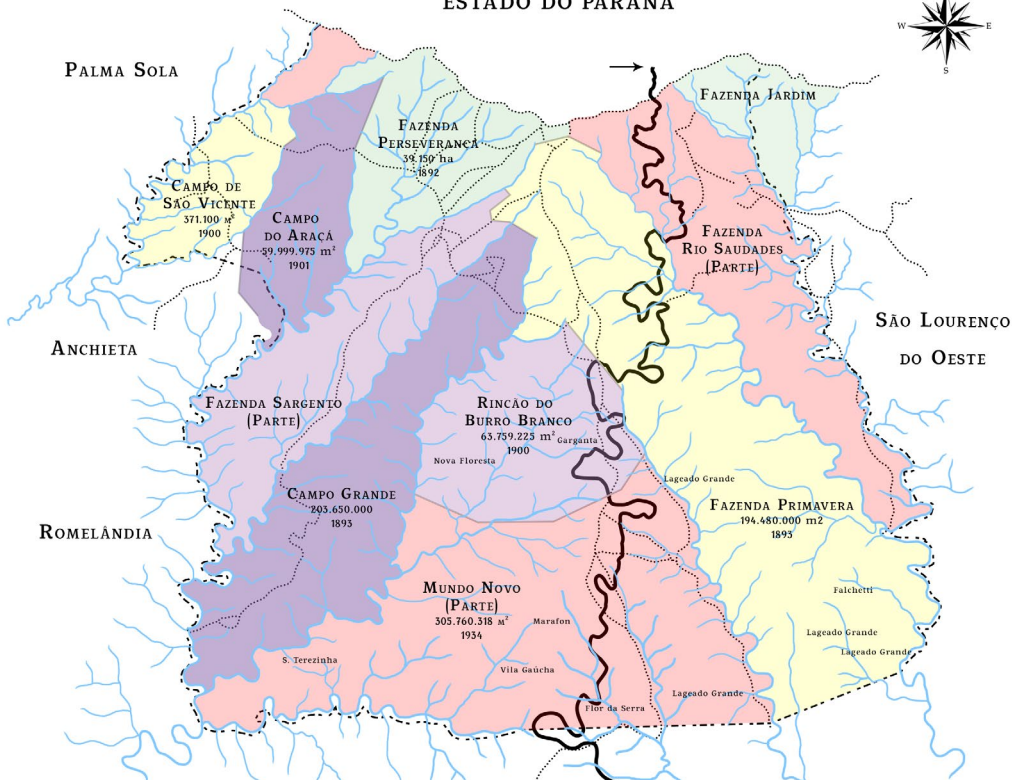
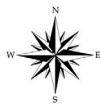
Essa área apresenta como aspecto principal a presença de pequenos agricultores no sistema de posse. O cenário dominial entrou em conflito pelo fato de os colonizadores não terem dado procedimento quanto à comercialização das terras e sua colonização. Por não ocorrer uma continuidade sistemática colonizadora, essas áreas passam a ser ocupadas por famílias na condição de posseiros. Portanto, abriu um espaço significativo para a incidência e a preeminência de grupos que se alojaram através dos minifúndios agrícolas, o que contribuiu para o surgimento de pequenos núcleos agrícolas.

---

<sup>88</sup> Inca. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 000612/79, Regulamentação Fundiária da Fazenda Araçá (1979), folha 08.

<sup>89</sup> Atualmente os Imóveis Burro Branco, Campo Grande, Pasquali, Jardim, Pesqueiro, Bracanjuba e Araçá, possuem outra configuração: Imóvel fundiário Burro Branco, atualmente pertence ao município de Campo Erê; Imóvel Campo Grande, atualmente pertence ao município de Campo Erê e Santa Teresinha do Progresso; Imóvel Pasquali, atualmente pertence ao município de São Bernardino e Campo Erê; Imóvel fazenda Jardim, atualmente pertence ao município de São Bernardino e São Lourenço D'Oeste; Imóvel Pesqueiro, atualmente pertence ao município de Saltinho e Campo Erê; Imóvel Bracanjuba, atualmente pertence ao município de Saltinho e o Imóvel fazenda Araçá, atualmente pertence ao município de Campo Erê e Anchieta.





**Figura 16.** Concessões de terra feitas pelos estados do Paraná e Santa Catarina em Campo Erê (1977). Fonte: Inkra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Projeto Fundiário, 1977.

O contexto desses imóveis ao norte das cercanias de Campo Erê, nessa área de fazendas, ocasionou inúmeros conflitos, proporcionando elementos de grave tensão. A região passou efetivamente a ser ocupada, promovendo conflitos entre os pequenos agricultores, proprietários e o município de Campo Erê. Mesmo essa área estando sob domínio particular por longo período e por estar em condições de abandono e isolamento, oportunizou a reocupação de famílias que passaram a morar e explorar, caracterizando e consolidando a posse na condição de “intrusos”.

Nesse cenário de conflitos sociais, demonstraremos um caso específico, o imóvel fazenda Burro Branco, talvez porque seja o mais significativo e conflituoso da cercania norte de Campo Erê. O imóvel Burro Branco é uma área que compreendia 2.890 hectares.<sup>90</sup> Mesmo estando sob domínio particular por longo período e por estar em condição de abandono e isolamento, oportunizou a reocupação de famílias, que passam a morar e explorar, caracterizando e consolidando a posse na condição de “intrusos”. A região passou efetivamente a ser ocupada, promovendo conflitos entre os pequenos agricultores, proprietários, comunidade e alguns setores da Igreja Católica.

A fazenda Burro Branco tem seus limites com uma extensa área de terra da Companhia Territorial Sul Brasil, e que foi desapropriada pelo Inbra devido aos conflitos sociais que imperavam naquela área. A terra em disputa era considerada dobrada e seria centro da disputa entre herdeiros e especuladores por conta da madeira presente na área. As ambiguidades que se estabeleceram no imóvel Burro Branco acabaram atrair grupos de pessoas que começaram a explorar os pequenos agricultores através de dupla venda, venda fria, venda recibo, venda via contrato<sup>91</sup>. Esses fatos somados causaram problemas

---

<sup>90</sup> O imóvel Burro Branco possui as seguintes confrontações: norte: por uma sanga sem nome com a fazenda Primavera; sul: com o imóvel Mundo Novo; leste: com o arroio Mundo Novo e com a fazenda Rincão do Rio Branco; oeste: com o rio Cafundó que o separa da fazenda Campo Grande e com a fazenda Rincão do Rio Branco. Fonte: Inbra. Coordenação Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 000585/80, Regulamentação Fundiária do imóvel Burro Branco.

<sup>91</sup> Dupla venda. Dupla venda é uma referência a grupos e a própria companhia Territorial Sul Brasil, quando comercializava a terra duas vezes, ou seja, vendia para duas pessoas o mesmo lote de terra. Venda fria. A venda fria é quando a companhia Territorial Sul Brasil ou outros grupos comercializava a terra sem que seu comprador tivessem uma garantia documental que se comprova a compra da terra. Venda recibo. A venda recibo é quando a companhia Territorial Sul Brasil declara ter recebido parcelas ou uma fração do pagamento da terra. Venda via contrato. A venda via contrato é uma referência a comercialização em escritório, ou seja, a venda da terra pela companhia aos pequenos agricultores, não o registro em cartório, mas, no escritório da companhia.

ao imóvel da fazenda Burro Branco. Por isso a especificidade de trabalhar esse imóvel, porque os conflitos foram mais contundentes, as multi-identidades e a multidimensionalidade dos “pequenos agricultores intrusados” foram mais incisivos.

O caso da fazenda Burro Branco está atrelado a diversas desapropriações de terra que foram executadas nas cercanias norte dessa região, entretanto, não em áreas constituídas de latifúndios, porém parte das posses era de pequenas unidades rurais. O quadro que se desenhou era a posse, uma prática costumeira, tornando-se uma alternativa e estratégia de acesso à terra. Esse panorama expõe uma situação onde “as concepções de direito à terra baseadas na posse estavam presentes entre os ocupantes que, [...] assimilaram o preceito de que a terra deve estar nas mãos dos que nela trabalham [...]” (Melo, 2012, p. 9).

Em uma vistoria realizada pelo Inca (CR10-Chapecó), a fazenda Burro Branco se mostrava improdutiva e contava com a presença de 14 famílias vivendo na fazenda na condição de arrendatárias e agregadas da família Tabora Ribas. Ao longo dos acontecimentos, muitos pequenos agricultores informados de uma possível desapropriação de terra no município de Campo Erê, com pouca ou nenhuma terra se deslocaram para garantir um pedaço: “As famílias iam chegando aos poucos, em pequenos grupos, ou mesmo sozinhas. Ficavam sabendo da notícia da possível desapropriação através de amigos, ou mesmo pelo rádio [...]” (Melo, 2008, p. 211). Os pequenos agricultores, desprovidos do direito de trabalhar a terra se rebelam e demarcam a história de resistência na fazenda Burro Branco diante da exploração das empresas colonizadoras que se instalaram na região (Pereira, 2015).

Essa área não era a que seria desapropriada pelo Inca. Apesar disso, verificando que se tratava de uma fazenda improdutiva e quase

desabitada, muitos pequenos agricultores acamparam e permaneceram nesse local. Em consequência das ocupações, outras famílias também se dirigiram ao local, totalizando ao final da reocupação mais de trezentas famílias. A intrusão na fazenda Burro Branco demonstra ter certa peculiaridade no seu âmbito de reocupação, pois a reocupação ocorre em poucos meses, a não ser pelos pequenos agricultores que já estavam na fazenda antes da reocupação maciça.

Muito embora, as ocupações nos outros imóveis eram mais significativas, expressivas, com muitos anos de posse. As ações de contestação e resistência a essa realidade imposta aos pequenos agricultores podia acontecer de diversas maneiras e inesperadamente. As circunstâncias precárias, a insegurança em que se encontravam e a falta de uma titulação da posse de terra impulsionaram a ocupar a fazenda.

Muito provavelmente essas ocupações na fazenda Burro Branco são consequências da própria improdutividade da fazenda, uma vez que não sendo produtiva talvez abrisse espaço para uma possível reocupação. Compreender as múltiplas dimensões, a reocupação e a resistência desses pequenos agricultores que estavam envolvidos em ameaças e expulsões e apreensivos perante a possibilidade de desapropriação, aguardavam um desfecho positivo para o impasse que os assolava.

Em conformidade com Poli (1995), a reocupação da fazenda Burro Branco em 1980 foi considerada a primeira experiência conduzida no sentido de organização de um movimento de luta pela terra, identificando o surgimento e uma estruturação do MST<sup>92</sup> na

---

<sup>92</sup> “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi oficialmente criado em 1984, no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado entre 20, 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. A origem dos sem-terra, grupo dotado de uma identidade política sedimentada por uma complexa organização, está no processo de modernização agrícola brasileira da década de 1970 e liga-se tanto ao processo de expropriação

região. A reocupação ocorreu de forma espontânea e desprovida de caráter político, voltada à construção de um movimento de luta pela terra. Não obstante a essa situação, deve-se acrescentar que os pequenos agricultores que ocuparam a fazenda Burro Branco foram privados do seu meio de sobrevivência: a terra.

O imóvel Burro Branco não foi o único que trouxe à tona os conflitos contendo os pequenos agricultores na condição de “intrusos”, teve outros imóveis que vivenciaram conflitos semelhantes. As cercanias da parte norte de Campo Erê apresentavam grave clima de tensão, ocasionando inúmeros conflitos pela posse da terra: o imóvel fundiário Burro Branco – Campo Erê – 1980-1986; o imóvel Campo Grande – Campo Erê – 1982; o imóvel Pasquali – São Lourenço D’Oeste e Campo Erê – 1979; o imóvel fazenda Jardim – Campo Erê – 1977; o imóvel Pesqueiro – Campo Erê – 1983; o imóvel Bracanjuba – Campo Erê – 1982; o imóvel fazenda Araçá – Campo Erê e Anchieta – 1979. Mostraremos algumas características desses imóveis através de um quadro, que permitirá observar as variáveis dos conflitos.

---

dos pequenos agricultores, em especial do Sul do país, quando ao molecular trabalho formativo e organizativo da Igreja Católica e à crítica formulada por esta instituição à forma considerada pouco mobilizadora e ineficaz por meio da qual a luta por terra e a demanda por reforma agrária estavam sendo conduzidas pelo sindicalismo rural liderado pela Contag” (Medeiros, 2005, p. 328).

## Os imóveis ao norte das cercanias de Campo Erê

| Imóvel       | Ano  | Características  |
|--------------|------|--|
| Burro Branco | 1980 | As terras na fazenda Burro Branco são uma área que compreendia 2.890 hectares, no município de Campo Erê. A partir de 1980, essa área era ocupada por mais de trezentas famílias de pequenos agricultores. As disputas entre herdeiros e especuladores por conta da madeira presente na área atraíram grupos de pessoas que começaram a explorar os pequenos agricultores através de duplas vendas, fias, a recibo, via contratos. Com a ocupação desse espaço fomentou um processo de conflitos e instabilidade social entre os pequenos agricultores, proprietários, comunidade e alguns setores da Igreja Católica.   |
| Campo Grande | 1982 | O imóvel Campo Grande situa-se no município de Campo Erê. Esse imóvel com uma área aproximada de 1.470 hectares. No imóvel consta um número de 150 famílias de pequenos agricultores, das quais 107 não possuem escritura sobre seus lotes, ocupando cerca de 58% do total da área do imóvel. O clima de tensão que se instalou é significativo aliado às querelas, intrigas e contendas que predominam no imóvel. As indefinições determinadas no imóvel Campo Grande envolvem grupos de pessoas que se beneficiam dos pequenos agricultores através de duplas vendas, fias, a recibo, via contratos, causando problemas sociais no imóvel.   |
| Pasquali     | 1979 | O imóvel da fazenda Pasquali localiza-se nos municípios de São Lourenço D'Oeste e Campo Erê. Essa área é ocupada por 245 famílias de pequenos agricultores, totalizando 3.874 hectares. O imóvel possui 195 famílias de pequenos agricultores sem documentação, portanto, na condição de "intrusos". Esse espaço tem sido palco de consideráveis disputas pela posse e domínio da terra, ocasionando querelas e desavenças, o que compromete a instabilidade das relações sociais dos grupos ocupantes do imóvel promovendo conflito social.   |
| Jardim       | 1977 | O imóvel da fazenda Jardim possui uma área de 3.791,10 hectares. No imóvel existem duas situações distintas, sem uma definição fundiária. Uma área possui 2.907,10 hectares, que foi definida pelo Grupamento Fundiário do Incria (CR10), como gleba A. A outra área possui 884 hectares, que foi definida pelo Grupamento Fundiário do Incria (CR10), como gleba B. A gleba A corresponde à porção que fica em Santa Catarina, isto é, no município Campo Erê. A gleba A é ocupada por 126 pequenos agricultores no sistema de posse, possuindo uma população de 669, contendo 338 adultos e 331 maiores de 14 anos, e fragmentados em 126 famílias no sistema de posse. Esse cenário tem acarretado uma inquietação por parte dos ocupantes, visto que a instabilidade das relações sociais dos grupos ocupantes do imóvel é significativa promovendo conflito social. |

|            |      |  |
|------------|------|--|
| Pesqueiro  | 1983 | O imóvel Pesqueiro possui aproximadamente 112 hectares no município de Campo Eré, num total de trinta ocupações identificadas. Número considerado significativo em relação ao total da área ocupada. Essa área é uma porção de terras da fazenda Primavera, que devido à sua localização ficou em segundo plano durante a sua colonização, e que, <i>a posteriori</i> , em função da inércia dos adquirentes (proprietários), passou a ser ocupada por famílias consideradas possesiras. Essa situação transformou o imóvel num cenário conturbado e um clima de animosidade entre os posseiros.   |
| Bracanjuba | 1982 | O imóvel Bracanjuba com uma área estimada de 193,6 hectares, localizado no município de Campo Eré, apresentou condição de abandono e isolamento, possibilitando a ocupação de pequenos agricultores consolidando a posse. Trata-se de uma conjuntura de 45 famílias na forma de posse numa área aproximada de 185 hectares. As irregularidades presentes no imóvel vêm atraindo a atenção de grupos que estão explorando os pequenos agricultores com duplas vendas, frias, a recibo, via contratos, o que ocasionou um clima de tensão que se manifesta na área.  |
| Araçá      | 1979 | O imóvel da fazenda Araçá possui área de 5.548 hectares, localiza-se nos municípios de Campo Eré e Anchieta. Os conflitos tiveram uma incidência numa área conhecida como “excesso da fazenda Araçá”. Esta área excedente de 524 hectares encontra-se ocupada por pequenos agricultores sem documentação da posse. O excesso da fazenda Araçá foi colonizado pela Companhia Pinho e Terras Ltda. <sup>93</sup> Essa área não teve uma colonização ordenada, uma vez que seus proprietários não a ocuparam em sua plenitude, passando a transferi-las em partes para outras famílias. Essas partes foram também subdivididas em porções menores sem a observância de um plano preestabelecido de colonização. Esse ordenamento provocou uma instabilidade social. |

**Quadro 3.** Características dos imóveis ao norte das cercanias de Campo Eré (SC). Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos processos do Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapeco). Processo n. 000585/80, Regulamentação Fundiária do imóvel Burro Branco; Processo n. 1610/82, Processo Piloto Imóvel Campo Grande (1982); Processo n. 000905/79, Processo Piloto imóvel fazenda Pasquali (1979), Processo n. 223/77; Processo Piloto imóvel fazenda Jardim (1977); Proposta de desapropriação do imóvel Pesqueiro 2ª Via (1983); Processo n. 1.611/82, 2ª via Proposta de desapropriação do imóvel Bracanjuba (1982); Processo n. 000612/79, Regulamentação Fundiária da fazenda Araçá (1979).

<sup>93</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapeco). A Companhia Pinho e Terras Ltda., fundada em 1946, com sede no município de Céu Azul/Paraná. Seu objetivo principal era a compra e venda de terras, a extração, a exportação e o beneficiamento de madeiras.

Esses imóveis ao norte das cercanias de Campo Erê trouxeram insegurança, intranquilidade, desconfiança, quando grupos de pessoas se desloca para essa região e se fixa no local na condição de posseiros. Essas áreas estão atreladas a diversas disputas de terras em áreas constituídas de latifúndios. Porém, parte das posses era de pequenas unidades rurais. O quadro que se desenha era a posse, uma prática costumeira, tornando-se uma alternativa e estratégica de acesso à terra. As ações de contestação e resistência a essa realidade, que era imposta aos pequenos agricultores, podiam acontecer das mais diversas maneiras e inesperadamente. As circunstâncias precárias, a insegurança, a falta de uma titulação da posse de terra impulsionaram a ocupar a região, promovendo um clima tenso em torno da intrusão. Demonstraremos algumas características, semelhanças e diferenças entre esses imóveis e que a centralidade entre eles é o conflito.

#### **4.5. Os olhares sobre os imóveis ao norte**

No estudo de analogia das áreas ao norte das cercanias de Campo Erê, apresentamos algumas características semelhantes entre os imóveis. Os dados do quadro nos permitiram compreender de forma significativa as lutas pela posse da terra. São dados de alguns imóveis, resultado de um levantamento proposto pelo Inca (CR-10-Chapecó), um diagnóstico sobre a caracterização dos imóveis, elementos que são relevantes para compreendermos a centralidade dos conflitos nessa região, ou seja, a existência dos conflitos.

O imóvel Campo Grande é constituído de 150 famílias, sendo 107 posseiras e 39 proprietárias. As posseiras representam mais de 71% das famílias e ocupam aproximadamente 56% do total da área.



Quanto ao período de permanência no imóvel, existem 48 famílias com reocupação superior a dez anos e 35 famílias apresentam período de permanência no imóvel de sete anos, as demais estão distribuídas nas faixas de 3 a 5 anos e de 1,5 a 3 anos. Apurou-se que a distribuição, segundo a sua dimensão, consta que 44% dos ocupantes apresentam uma média de 10 hectares por ocupação. Por volta de 15% dos ocupantes dispõem áreas maiores de 10 hectares e 41% apresentam uma média de pouco mais de 3 hectares por lote.<sup>94</sup>

No imóvel fazenda Pasquali havia uma ocupação de 245 famílias. No imóvel existiam cinquenta ocupações documentadas, correspondendo a um terço da área, ao passo que 195 famílias estão sem documentação, vivem na condição de intrusas.<sup>95</sup> A maioria das famílias ocupantes dos lotes com exploração direta não possui documentação, além de um simples contrato de transmissão de direitos. As faixas das ocupações não documentadas correspondem uma maior concentração e significação entre 2 a 5 anos e 5 a 10 anos. O mesmo fato ocorre nas faixas de maior período de permanência no imóvel, onde o maior número de ocupantes não tem a devida documentação. Verificou-se que mais de 50% das ocupações detêm áreas de 10 hectares. A média de mais da metade das ocupações é de 6,35 hectares e apenas 3,27% com áreas superiores a cinquenta hectares.<sup>96</sup>

No imóvel fazenda Jardim, as tensões eram complexas porque as ocupações da gleba A<sup>97</sup> condiz a 126 ocupações de pequenos agri-

---

<sup>94</sup> Inca. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapécó). Processo n. 1610/82, Processo Piloto Imóvel Campo Grande (1982), folha 04-05.

<sup>95</sup> Inca. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapécó). Processo n. 000905/79, Processo Piloto Imóvel Fazenda Pasquali (1979), folha 05.

<sup>96</sup> Inca. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapécó). Processo n. 000905/79, Processo Piloto Imóvel Fazenda Pasquali (1979), folha 05, 06, 07.

<sup>97</sup> O imóvel fazenda Jardim possui uma área de 3.791,100 hectares. No imóvel existem duas situações distintas, sem uma definição fundiária. Uma área possui 2.907,1000 hectares, que foi definida pelo Grupamento Fundiário do Inca (CR10), como gleba A.

cultores sem titulação de posse da terra. Dos 126 pequenos agricultores ocupantes, 123 ocupam os lotes de forma direta, e 3 ocupam seus lotes de forma indireta. A faixa de ocupações, conforme seu período de permanência no imóvel na gleba A, demonstra que a maior concentração se observa na faixa de 1 a 5 anos, mas deixa transparecer que as outras faixas de ocupações são significativas, pois traz 28 ocupações entre a faixa de 5 a 10 anos, 16 ocupações entre a faixa de 10 e 20 anos, e mais de 20 anos conta 5 ocupações. Isso nos permite perceber que a mobilidade pelo imóvel era relevante. Quanto à distribuição das ocupações na gleba A, das 126 ocupações dos pequenos agricultores, 53 (42%) possuem área inferior a 10 hectares, representando 10% da área total. A maior concentração em área de 31% na faixa de 20 a 50 hectares, com 23,8 de ocupantes.<sup>98</sup>

Nas terras do Pesqueiro, 40% das ocupações apresentam um período de permanência no imóvel superior a 10 anos, outros 40% apresentam um período de permanência no imóvel na faixa de 4 a 5 anos de ocupação e 20% numa amplitude de variação de 1 a 4 anos de tempo de permanência no imóvel.<sup>99</sup> O Grupamento Fundiário do Incra (CR10) evidencia que foi mantido um contrato com os ocupantes do imóvel Pesqueiro, com o intuito de sanar a problemática dos lotes onde as áreas ficavam inferiores à fração mínima de parcelamento de 3 hectares para a região.

Percebemos que nos imóveis Campo Grande, fazenda Jardim, fazenda Pasquali e Pesqueiro a maioria das famílias de pequenos agricultores estão ocupando esses imóveis em regime de posse, constituindo intrusão. Identificamos que o período de permanência nos

---

<sup>98</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 223/77, Processo Piloto Imóvel Fazenda Jardim (1979), folha 23, 14, 16.

<sup>99</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Proposta de desapropriação do imóvel Pesqueiro 2ª Via (1983), folha 06.

imóveis, Campo Grande fica na faixa de 3 a 5 anos e 1,5 a 3 anos; na fazenda Pasquali a maior concentração e significação está entre 2 e 5 anos e 5 e 10 anos. No imóvel da fazenda Jardim, a maior concentração observa-se na faixa de 1 a 5 anos; no imóvel Pesqueiro a incidência é de 4 a 5 anos de ocupação. Isso leva ao entendimento de que a mobilidade nos imóveis era constante, ou seja, os “pequenos agricultores intrusados” peregrinavam entre os vários imóveis na parte norte dessa região.

Outro aspecto inerente a esses imóveis é a quantidade de hectares que a maioria dos pequenos agricultores ocupava. A maioria tinha uma área inferior a 10 hectares e em muitos casos menos de 3 hectares, o que dificultava a sua permanência na posse, bem como a sua produção. Essas configurações demonstram a multiplicidade e o multifacetamento dos imóveis no norte das cercanias de Campo Erê. Isso permite compreender a centralidade dos conflitos.

#### **4.6. A complexidade envolta na minifundiarização das posses**

Os espaços com suas fronteiras em suas várias dimensões produzem em outros tempos, outros territórios e outras fronteiras. São realidades governadas não só pela oferta, mas também pela demanda, todavia, por fenômenos sociais, históricos, culturais e identitários. Os conflitos que se inserem no espaço do sul/norte das cercanias de Campo Erê condensam uma realidade complexa que envolve pequenos agricultores, políticas públicas, ação de uma colonizadora, a Companhia Territorial Sul Brasil, que, simultaneamente, tornou-se desencadeadora de conflitos sociais. Essas circunstâncias são cruciais para compreendermos como se processou a reconfiguração da propriedade e desencadeando a intrusão.

Os conflitos e as tensões ocorrem pela luta e permanência na terra e tinham como pano de fundo a terra, a propriedade da terra, sua forma de uso e sua configuração de apropriação. A terra para ambos os atores, os pequenos agricultores e a companhia Territorial Sul Brasil, envolvidos nos conflitos de terra, traz atributos e materiais econômicos e sociais. A área sul de Campo Erê apresenta um grave clima de tensão, ocasionando inúmeros conflitos pela posse da terra em vários espaços, como o imóvel Mundo Novo – Campo Erê – 1978; o imóvel Samambaia – Campo Erê e Modelo – 1983; o imóvel Poço Rico – Maravilha – 1981.

Essa área implica uma série de elementos, pois está cercada de conflitos de terra impulsionada pela atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, que incorporou expectativas múltiplas, com desejo de comercializar terras nessa região conhecida como a gleba Mundo Novo. Essa demanda de conflitos veio à tona a partir da atuação do Incra na regulamentação dessa área, gerando um mosaico de acontecimentos pertinentes à posse da terra.

A região do norte de Campo Erê caracteriza-se áreas de campo, fazendas constituídas com títulos expedidos pelo governo do Paraná. Não havia uma exploração enfática pelos titulados. Essa área apresenta como aspecto a posse por pequenos agricultores. O cenário dominial entrou em conflito pelo fato de os colonizadores não terem dado procedimento quanto à comercialização das terras e sua colonização. Por não ocorrer uma continuidade sistemática, essas áreas passaram a ser ocupadas por famílias na condição de posseiras. Essa área apresenta um grave clima de tensão, ocasionando inúmeros conflitos pela posse da terra em vários espaços, como o imóvel Burro Branco – Campo Erê – 1980 – 1986; o imóvel Campo Grande – 1982; o imóvel Pasquali – 1979; o imóvel Fazenda Jardim – Campo Erê – 1977; o imóvel Pesqueiro – Campo Erê – 1983; o imóvel Bra-

canjuba – Campo Erê – 1982; o imóvel Fazenda Araçá – Campo Erê e Anchieta – 1979.

O contexto desses imóveis do norte constituía-se em áreas de fazendas, ocasionou inúmeros conflitos, proporcionando elementos de grave tensão. Esse clima de tensão trouxe insegurança, intranquilidade, desconfiança, quando grupo de pessoas começa a se deslocar para essa região, fixando-se no local na condição de posseiros. Despontam grupos que se aproveitam dos pequenos agricultores, com a dupla venda, venda fria e venda de contrato. Isso resultou num aumento do clima de tensão por meio da intrusão. Abriu um espaço significativo para a incidência e a preeminência de grupos de pequenos agricultores que se alojaram, construindo pequenos núcleos agrícolas.

Os dados individuais dos imóveis analisados nos permitem uma maior aproximação com as condições sociais e econômicas de algumas famílias da região sul/norte, pois havia uma disparidade no tamanho da posse dos lotes. As famílias dos pequenos agricultores em geral passavam por complexidades semelhantes, como por deslocamento, escoamento da produção por falta de estradas, atendimento médico, assistência ao crédito, assistência dos órgãos do estado, passividade das colonizadoras, receio de ser encontrados, insegurança, despejos judiciais, pressão da colonizadora em promover a retirada, o que produzia um grau de miserabilidade na região sul/norte. Outro aspecto que pode ser levado em consideração quanto à dimensão dos lotes é o grau de minifundiarização.

Os lotes com dimensões maiores e com famílias numerosas podiam representar mão de obra considerável para executar as tarefas diárias, logo, lotes menores, mas com famílias numerosas, podiam causar uma dificuldade em não ser considerados autossuficientes. As práticas socioculturais e socioeconômicas dos “intrusos” indicam uma similaridade. Fato que merece destaque, e é preciso ter claro, é

a permanência de elementos tradicionais, como os mutirões, as trocas de dias, o trabalho familiar, as festas e seus ritos, dentre outros. Possuíam relevâncias diferentes em virtude da dinamicidade nas relações sociais que se baseavam em múltiplas proporções de compreensão e vivência dos grupos de “intrusos” que estavam na região sul/norte.

A complexidade agrícola possibilitava a reprodução social da família, ou seja, a segurança alimentar e alternativa defensiva frente ao receio da mudança. A complexidade e a diversidade são resultantes das contradições dos elementos intrínsecos à região e suas relações costumeiras. A complexidade das práticas sociais dos “intrusos” nessa região demonstra o processo de (des)construção, presente nas atividades exercidas pelos pequenos agricultores e a interligação entre a posse sem titulação e a posse divina, o tradicional e o moderno<sup>100</sup>, a angústia de talvez deixar de ser “intrusos”.

O Grupamento Fundiário do Incra de Chapecó/SC (CR10) considera que esse tipo de entrave, embora afigure pequeno, vem preocupando a comunidade de Campo Erê, que já vem tendo focos de tensões sociais alastrados nas áreas urbanas e rurais, como se evidencia nos imóveis de Burro Branco, fazenda Pasquali, Mundo Novo, Campo Grande e outros, objetos de desapropriação por interesse social. É importante compreender as múltiplas dimensões, a reocupação e a resistência desses pequenos agricultores que estavam envolvidos em ameaças e expulsões.

---

<sup>100</sup> A posse sem titulação, consideramos a posse sem uma comprovação legal, que não constitui o direito de propriedade. A posse divina, refere-se a posse onde determinados grupos acreditam que foi Deus que concedeu o direito de posse. O tradicional é uma referência a agricultura tradicional que é realizada em pequenas propriedades e geralmente são destinadas a subsistência das famílias que praticam o cultivo. Não há uma comercialização dos produtos em grande escala. O moderno é uma referência à agricultura moderna, um processo agrícola mais elaborado e estruturado. A produção é realizada em grandes extensões de terra, possui intensa mecanização com altos índices de produtividade.

A gleba Mundo Novo, que se localiza nas cercanias do sul de Campo Erê, foi outorgada a *non domino* (hoje “faixa de domínio” da esfera pública) numa faixa de 66 km da fronteira com a Argentina; assim, as terras são de domínio da União, ou seja, apenas essa poderia dispor de seu patrimônio. Dessa forma, as “[...] concessões de Terras Devolutas situadas na Faixa de Fronteira, feitas pelos Estados, autorizam apenas o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou totalmente, em relação aos posseiros.”<sup>101</sup>

As concessões de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira realizadas pelos estados anteriores à Constituição devem ser interpretadas como de legítimo uso; no entanto, não a sua transferência do seu domínio. O estado concedente dessas terras poderá rescindir os contratos de concessões de terras devolutas, bem como promover cancelamento de sua transição no registro de imóveis. Dessa forma, desfazendo a concessão, cancelaria todo e qualquer registro que tivesse sido feito.<sup>102</sup> Assim, a União, por outro lado, poderá se apoderar dessa área de fronteira e formar seu direito e distribuir a gleba entre os seus ocupantes.

O Grupamento Técnico do Inkra de Chapecó/SC (CR10)<sup>103</sup> considera que é da política agrária a promoção socioeconômica dos pequenos agricultores, onde se estabelecem modificações nas suas condições atuais de posse, e que promove princípios de justiça social.<sup>104</sup> Ainda levando em consideração a análise do Grupamento

<sup>101</sup> INCRA. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo 665/78, Imóvel Mundo Novo (1978), folha 140.

<sup>102</sup> Inkra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo 665/78, Imóvel Mundo Novo (1978), folha 140.

<sup>103</sup> Inkra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Grupamento Técnico do Inkra, faz parte da Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10) de Chapecó, responsável pelo estudo técnico da região Oeste catarinense.

<sup>104</sup> Inkra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 00036/81, Imóvel Poço Rico (1981), folha 103.

Técnico do Incra de Chapecó/SC (CR10), evidencia-se a necessidade de uma intervenção governamental na área através do Incra.

Apesar das origens dos títulos na região sul de Campo Erê, entende-se que a situação precisa ser solucionada com rapidez e eficazmente. Enfatizam que o clima de tensão é de intranquilidade, vivenciada pelas famílias justifica a proposta de desapropriação por interesse social.<sup>105</sup>

Se levarmos em consideração o levantamento elaborado pelo Grupamento Técnico do Incra de Chapecó/SC (CR10), quais eram os principais argumentos apontados para justificar a proposta de desapropriação por interesse social? A localização do imóvel a 66 km da Argentina, portanto, zona de fronteira; área considerada indispensável à Segurança Nacional; famílias não possuem titulação do imóvel, o que impossibilita obter linhas de crédito; a desapropriação por interesse social elimina o clima de tensão social, e, por último, o Estatuto da Terra – lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, onde estabelece a desapropriação por interesse social e tendo por finalidade: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões.<sup>106</sup>

No espaço das cercanias sul/norte de Campo Erê, no qual se concentram parte dos pequenos agricultores considerados “intrusos”, empurrados para essas áreas, formando núcleos, compondo os últimos redutos de posseiros da Companhia Territorial Sul Brasil. “O processo de exclusão foi o que mais se observou em relação aos

---

<sup>105</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 00036/81, Imóvel Poço Rico (1981), folha 104.

<sup>106</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo n. 00036/81, Imóvel Poço Rico (1981), folha 109.



posseiros residentes nas terras da Companhia Sul Brasil. Poucos tinham condições econômicas de adquirir um lote, por menor que fosse [...]” (Werlang, 1992, p. 76). Pequeno e insignificante número de agricultores na condição de posseiros tinha conseguido comprar umas frações de terra a preço inferior em acordo com a companhia, e os que não conseguiam comprar essa fração de terras permaneciam na condição de posseiros.

A maioria dos pequenos agricultores não possuía algum tipo de documentação, geralmente ficava restrita a um contrato de compra e venda, ou algum recibo das prestações, ou quando não da quitação do lote adquirido. Esse quadro de instabilidade e de possíveis conflitos podia gerar o perigo de violências iminentes. Nessa perspectiva e num momento em que a organização agrícola nacional estava direcionada e fomentada a modernização das práticas agropecuárias, possibilitando o crédito agrícola, essa premissa também fazia parte dos discursos dos poderes locais.

A prevalência dos pequenos agricultores que ocupavam a região do sul/norte de tem sua especificidade por carência de recursos financeiros, no entanto, havia uma pequena diferenciação econômica, principalmente para quem estava na categoria de posseiro. Essa situação não caracterizava uma particularização significativa entre os proprietários com a escritura e os posseiros, pois existiam perfis semelhantes entre eles. Esses grupos viviam uma realidade muito semelhante como na origem, visto que muitos eram oriundos de famílias sul-rio-grandenses ou provenientes de outras áreas do Extremo-oeste catarinense e do Paraná. Essa situação instável que se estabeleceu com relação à terra, está relacionada às condições financeiras.

Os pequenos agricultores tinham problemas muito semelhantes, como muitos posseiros sem documentação ocupavam a área; muitos têm apenas contrato de compra e venda; muitas vendas fo-

ram efetuadas com área abaixo do módulo e sem condições de escriturá-las; a maioria ocupantes não tem acesso às instituições de crédito e, assim, dificultando o desenvolvimento econômico e social. A situação socioeconômica é na sua maioria, deplorável. A posse, na década de 1970, pode estar vinculada às implicações econômicas.

Pelas condições econômicas dessa categoria, talvez fosse a única forma de ter acesso à terra. Mais da metade dos pequenos agricultores possuíam uma posse menor que 10 hectares.<sup>107</sup> Talvez seja um dos motivos para que a Companhia Territorial Sul Brasil preferisse comercializar áreas fora do padrão estabelecido por lei, mas através de contrato de compra e venda e recibos e não com a devida escritura, o que propiciou e desencadeou sérias implicações.

Essa época de atuação do Incra, de 1970 a 1980, nas cercanias de Campo Erê, é um período forte do MST no Brasil. Grupos de pequenos agricultores usam as ocupações para pressionar o poder público para promover de forma concreta a reorganização da estrutura fundiária.

As ocupações de terra, por um grande número de pessoas e de forma simultânea, e os acampamentos decorrentes delas aparecem como alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública. Iniciadas no Rio Grande do Sul, ainda no final dos anos de 1970, ainda nos primeiros anos da década de 1980, passaram a acontecer em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, tornando-se a principal forma de luta por reforma agrária e marca constitutiva de uma identidade política (Medeiros, 2005, p. 328).

---

<sup>107</sup> Incra. Coordenadoria Regional de Santa Catarina (CR10-Chapecó). Processo 665/78, imóvel Mundo Novo (1978).

Os conflitos de terra nessa região não é um momento isolado, mas de conflito pela posse da terra. É um período em que surge o MST, é o momento em que ocorrem os conflitos por terras nas cercanias de Campo Erê. O conflito ocorrido na fazenda Burro Branco traz elementos, pois ocorreu uma ocupação espontânea direcionada à construção de um movimento de luta pela terra. Muitos pequenos agricultores com pouca terra ou nenhuma se deslocaram para essa área. Aos poucos foram chegando em grupos, ou com as famílias individualizadas para garantir um pedaço de terra, sem ter noção, muitas vezes, se essa fazenda seria desapropriada pelo Incra.

Todavia, foi um período em que o Incra tinha receio de que se não regularizasse a desocupação podia ser um foco problemático agrário. Os conflitos de terra são complexos, é um período em que outras áreas do Brasil aparecem outros sujeitos envolvidos, fazendeiros, grileiros, indígenas, mineradores, madeireiros, entre outros, mas esses conflitos possuem algo em comum, a posse da terra. A terra é o foco de atrito entre vários sujeitos. Portanto, há um cenário de acontecimentos local/regional e também nacional, mas esses conflitos de terra ocorrem porque acontecem num cenário, num período de tempo, num território múltiplo e tem necessidade de resolução anterior, onde outras coisas ocorrem. Esses conflitos na região de Campo Erê eram parte de um contexto histórico brasileiro, contexto de constituição, político, estava em plena ditadura civil-militar de movimentos sociais, que é a manifestação de uma sistematização da sociedade civil, estabelecida por ações coletivas e têm o propósito de alcançar mudanças sociais por meio do debate político dentro de uma determinada circunstância social.

Evidenciamos reconstruir a diversidade, a complexidade e a minifundiarização das posses nas cercanias sul/norte de Campo Erê, abordando e enfatizando as manifestações socioculturais e as

estratégias (re)criadas desses grupos de “intrusos”. Foram postas em prática relações decorrentes das subjetividades desses grupos, pois através da vivência e da experiência de vida (des)constróem o espaço onde estão inseridos.

Este capítulo se propôs a trabalhar a existência dos conflitos agrários nas cercanias de Campo Erê. Nesses conflitos estão envolvidos os grupos de “pequenos agricultores intrusados”, inseridos num sistema agrícola simples, a Companhia Territorial Sul Brasil, as políticas colonizatórias do governo, a atuação do Incra na regulamentação das posses, o poder público numa dimensão jurídica, o tamanho das propriedades, o espaço que é múltiplo, enfim, os conflitos são contundentes, criam uma inconstância social na região pela posse da terra. São elementos que auxiliam na compreensão da problemática do estudo, a questão fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina em 1970 a 1980. Sendo a terra, ou o acesso à terra, ou uma regularização da terra, o fator que desencadeou a intrusão dos pequenos agricultores nessa região.

O próximo capítulo evidencia as ações da Companhia Territorial Sul Brasil quanto à intrusão e desintrusão durante o período de 1960-1980 nas cercanias sul/norte de Campo Erê. Propomo-nos a demonstrar que as multi-identidades e a multidimensionalidade do pequeno agricultor “intruso” foram significantes na luta pela terra, tornou-se um palco de conflitos agrários.

## CAPÍTULO V

---

### **As multi-identidades e a multidimensionalidade do intruso nas cercanias de Campo Erê**

**O** quinto capítulo enfatiza elementos pertinentes à intrusão e desintrusão, as ações da Companhia Territorial Sul Brasil, durante o período de 1960-1980, nas cercanias de Campo Erê. O capítulo possibilita compreender as multi-identidades e a multidimensionalidade do pequeno agricultor “intruso”. A presença de determinados grupos resulta em sérios conflitos, processos judiciais<sup>108</sup> e despejos. A companhia, no decorrer de suas ações, encontrou muitas dificuldades com a “limpeza da área”, pois havia um significativo número de “intrusos” à sua frente de atuação.

A colonização no Extremo-oeste catarinense tem como indícios, em momentos distintos, a prática da violência e o enfrentamento de grupos sociais diferentes desde a década de 1920, período em

---

<sup>108</sup> Processos judiciais. Não trabalhei com a análise de processos judiciais, pois muitos processos foram incinerados após cinco anos de arquivamento, a legislação permite o descarte. Isso dificultou uma possível localização de algum processo judicial que tivesse relação com a pesquisa.

que a Companhia Territorial Sul Brasil atuou. Com a presença das colonizadoras, sinaliza uma intensificação de conflitos na região, a intrusão.

Podemos considerar alguns elementos relacionados a intrusão: à estruturação da terra, mobilidade, conflitos sociais, formação de núcleos agrícolas, estratégias de permanência, ações judiciais e despejos.

A intrusão foi relacional e múltipla porque o “pequeno agricultor intrusado” não possuía escritura da terra e organização agrária. As políticas colonizatórias do governo, a atuação do Incra na regulamentação das posses, o poder público numa dimensão jurídica, o tamanho das propriedades, um espaço que é múltiplo. Esses conflitos foram contundentes, criando conflitos sociais nas cercanias de Campo Erê pela posse da terra.

## **5.1. O intruso nas cercanias de Campo Erê**

O texto busca identificar alguns elementos da intrusão e desintrusão nas cercanias de Campo Erê. A intrusão nessa região aponta elementos significativos para compreender quem é o pequeno agricultor “intruso”. A colonização do Extremo-oeste catarinense teve momentos distintos, como a prática da violência e o enfrentamento de grupos sociais diferentes, desde a década de 1920, período em que as companhias colonizadoras começaram a atuar no Extremo-oeste catarinense. Com a presença das colonizadoras, sinaliza uma intensificação de conflitos. Pretende-se recuperar alguns pontos relevantes que ajudam a identificar contrariedades que permitem visualizar um cenário marcado por conflitos sociais.

O pequeno agricultor, ou grupos de pequenos agricultores, que estava em desacordo com esse ponto de vista seria capaz de atrapalhar os negócios de comercialização das terras. A reocupação das

terras podia trazer dificuldades a ambas as partes, de um lado, as colonizadoras, os comerciantes de terras; de outro, os que adquiriam a titulação da terra. Por essas razões a necessidade de efetuar a “limpeza da área” (Renk, 2006). Com a implantação do projeto de colonização, um dos desafios era efetuar a “limpeza da área”, pois estava ocupada por “intrusos”.

Resumindo, a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, isto quanto à localização e proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas, e com madeiras, terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que externamente eram qualificadas como “terras enguiçadas”. O “enguiço”, neste caso, por estarem ocupadas com intrusos (Renk, 1995, p. 245).

Para tanto, havia a necessidade de efetuar a “limpeza da área”, que segue uma estruturação quanto à disposição das terras. As melhores terras eram as localizadas próximo aos recursos, aos núcleos coloniais já constituídos e às estradas, também as terras não acidentadas, com madeiras e as não “enguiçadas”. O enguiço<sup>109</sup> é em decorrência da reocupação por “intrusos” (Renk, 1995). Isso pode ser percebido ao sul da região de Campo Erê, onde essas denominações ocorriam com extrema ênfase.

A mercantilização das melhores terras, as mais acessíveis e melhor localizadas, fez com que o “intruso” buscasse outra área, até que essa fosse disputada pelo mercado imobiliário. Com a negativa da mercantilização das terras por parte dos “intrusos”, as colonizadoras, respaldadas pelo poder público (Estado), promoviam a “limpeza da

---

<sup>109</sup> Enguiço é um termo utilizado por Renk (1995) para mencionar as áreas de terras que estariam ocupadas por intrusos.

área”. A intrusão não era uma prática que ocorria apenas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, mas fazia parte do cotidiano de outras companhias colonizadoras que atuavam na região Extremo-oeste catarinense.

A maioria dos considerados “intrusos” era de pequenos agricultores de origem ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa e cabocla. “Intrusos” são os que não possuem titulação da posse da terra, assim independentem de sua origem étnica. Sem um levantamento prévio do número de “intrusos”, as autoridades e as companhias colonizadoras não tinham noção do número de “intrusos” ou de ocupantes ilegais/legais em suas concessões de terra. O processo de se apoderar da terra foi excludente e criou as circunstâncias para a formação de um grupo de agricultores privado de propriedade.

Ao limitarem de alguma forma a expansão dos fazendeiros com suas costumeiras construções de ranchos, aberturas de roças, derrubadas de madeiras e extração de erva-mate, pequenos lavradores e posseiros foram convertidos em invasores e *intrusos* e citados judicialmente, sobretudo no período republicano (Ortiz, 2014, p. 240).

Os pequenos agricultores e, principalmente o caboclo, eram utilizados para trabalhar nas diversas atividades, como cortar erva-mate e árvores, arrastar, construir balsas, serrar, abrir estradas, trabalhar na agricultura, demarcar lotes, dentre outras, ao passo que os imigrantes de descendência europeia eram deslocados para outras funções. Dessa forma,

[...] o posseiro era um camponês que ocupava pequenas áreas e era vítima constante de expulsão à medida que avançava a fronteira agrícola. O possei-



ro não possuía documentos da terra que ocupava e, por isso, sofria uma série de dificuldades de toda a ordem. Quando a posse não sofria contestações, ele tinha problemas de falta de recursos financeiros para legitimá-la (Zarth, 2002, p. 54-55).

Os caboclos na condição de posseiros comercializavam seus direitos de posse da terra para o imigrante. Eles se adiantavam na fronteira agrícola, mas em condição precária, peculiar, das frentes de expansão. Dificilmente o caboclo conseguia ser proprietário de uma área de terra e manter seu roçado. A Companhia Territorial Sul Brasil e as outras companhias colonizadoras que atuaram na região Extremo-oeste catarinense apregoavam a ideia de que

[...] havia um tipo nativo na região que deveria ser expulso, pois não trabalhava, vivendo como verdadeiro parasita do que a natureza fornecia. Os colonos-camponeses, [...] viam o caboclo como sujeito atrasado ou degenerado, pois a lógica mercantil pressupõe como única forma de viver, a direcionada à acumulação de bens (Woloszyn, 2007, p. 6).

O caboclo podia ser duplamente estigmatizado na sua condição de “intruso”. Primeiro pelo seu *ethos* e, segundo, por seu modo de vida. A concepção da terra para o caboclo estava relacionada ao seu *ethos*, pois acreditava que a posse da terra era divina, portanto, de quem efetivamente tinha a posse. A dificuldade financeira era um fator determinante para pertencer à categoria de “intrusos”, independentemente de sua origem social ou étnica. O caboclo estava inserido duplamente no descrédito em sua condição de “intruso”. Fundamentalmente pelo fator étnico, pois se criou um contexto negativo a respeito de sua etnia e, depois, pela sua condição de “in-

truso”. Mas esse mesmo grupo que possuía o estigma de “intruso” passava à condição de não “intruso” quando conseguia comprar a terra, ter a titulação. Dessa forma, não corria o risco de ser chamado de “intruso” e despejado.

Os pequenos agricultores se estabeleciam em pequenos núcleos agrícolas, comunidades. Como esses grupos iam se constituir, como iam trabalhar no território? São indagações que o estudo busca responder. Os grupos produziam seus excedentes, pressupõem economias de excedente.

O caboclo via o trabalho como meio de garantir a sobrevivência, produzia o que precisava para se manter. A presença e os costumes dos caboclos na ocupação de posses das terras por muito tempo eram menosprezados. Muito se falava em “intruso”, mas quem era considerado “intruso”? Muitos autores trabalham com o termo “intruso”, mas vamos conversar com alguns a fim de percebermos elementos relacionados aos “intrusos”, citamos Zarth (2002, p. 55), que conceitua dessa forma: “[...] algumas fontes denominam *intruso* ao camponês que ocupava terras públicas ou privadas sem consentimento prévio das autoridades ou de proprietários [...]”.

O título de proprietário da posse da terra dava ao “intruso” a condição de poder ser inserido no cenário de possuidor, dono de uma área de terra. A titulação de uma propriedade permitia aos “intrusos” uma conjuntura de aceitação, de pertencimento, começava, assim, ser considerado, aceito, recebido em uma outra perspectiva, de não intrusão. Por outro lado, esse “intruso” que adquire a titulação da posse da terra, também pode enxergar o grupo a que ele pertencia anteriormente como “intruso”, pois esse não possui a titulação da posse.

Tão somente e a partir da aquisição da terra e transformado em proprietário, que o “intruso” tem seus direitos reconhecidos. Para o caboclo, havia um agravante perante o colono. Este ainda passava

pelo crivo de sua etnicidade e de seu *ethos* para ter o reconhecimento da comunidade. Esse ambiente de intrusão encontra um cenário, um palco onde se sucedem inúmeras passagens de conflitos por terra, e ao sul das cercanias de Campo Erê se torna área de maior conflito de intrusão da Companhia Territorial Sul Brasil. O aumento de “intrusos” ocorre em razão do aumento populacional, aliado à dificuldade de acesso à terra, perante o avanço da cerca da colonização e o valor cobrado pela terra no Rio Grande do Sul. Assim, o Extremo-oeste catarinense passou a receber contingentes de pequenos agricultores que passam pelo mesmo processo e entendimento de intrusão.

Através do documento da companhia de 5 de maio de 1954, o “intruso” é aquele que ocupa terras alheias contra a vontade do dono, ou aquele que é provisoriamente tolerado sobre o imóvel. Assim, pode ser constrangido judicialmente à desocupação mediante utilização pelo proprietário de um interdito possessório.<sup>110</sup> A posse, segundo o documento de 5 de maio de 1954 da companhia, é sempre injusta por ser violenta, clandestina ou precária.

O intruso, aquele que ocupa terras alheias, contra a vontade do dono, ou o que é provisoriamente tolerado sobre o imóvel, pode ser constrangido judicialmente à desocupação, mediante utilização, pelo proprietário, de um interdito possessório.

A posse, nesses casos, é sempre injusta, por ser violenta, clandestina ou precária (art. 489 do Cod. Civil).

Posse violenta é a adquirida e mantida pelo intruso através de fatos acompanhados de violências materiais ou morais e posse clandestina é a que, por sua natureza e modo de ser exerceida, se acha fora do conhecimento daquele de quem é usurpada.

No caso da consulta, em que, ao que estamos informados, ditos ocupantes vinham sendo tolerados pela Cia. e posteriormente pelos atuais compradores, a posse é precária. Como tal, viciosa, por mais antiga que seja, não gera direito ao usucapão por parte do ocupante, quer o extraordinário (art. 550 do Cod. Civil), quer o especial de 10 anos aos agricultores (art. 156 da Constituição Federal, § 3º e art. 150 da Constituição de Santa Catarina). Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância. (art. 497 do Cod. Civil).

**Figura 17.** Expurgo de intrusos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, em 5 de maio de 1954. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>110</sup> Interditos possessórios são as ações judiciais que o possuidor deve utilizar quando se sentir ameaçado ou ofendido no exercício de seu direito. É forma de defesa indireta da posse.

A companhia conjectura que a posse violenta é adquirida e mantida pelo “intruso” através de fatos acompanhados de violências materiais ou morais; e posse clandestina pressupõe que a natureza e o modo de ser exercida ocorre fora do conhecimento daquele de quem é usurpada. Os “intrusos” vinham sendo tolerados pela companhia e, posteriormente, pelos atuais compradores. O fato de um grupo social se impor sobre os demais, entre colonizador e posseiros, pode apresentar aspectos da prática de poder. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e constituída historicamente. Nos projetos das companhias colonizadoras, o “nacional”, o “caboclo” passam ser vistos como “intrusos”. Assim, “[...] ao tornar-se ‘intruso’, o nacional caracterizava-se como desordeiro, o que não conduzia como preceitos positivistas preconizados pelo Estado [...]” (Tedesco; Caron, 2013, p. 157).

A intrusão não está associada à sua etnicidade, mas pelo seu modo de vida, pela sua percepção do meio, pela condição socioeconômica. Esses são elementos que buscam compreender o universo do “intruso” na região de Campo Erê. A companhia tinha por prática caracterizar o caboclo que trabalhava para o pequeno agricultor como posseiro e os “verdadeiros posseiros como intrusos”. Os posseiros possuíam certo respaldo junto aos pequenos agricultores, pois auxiliavam como mão de obra, e os “intrusos” deviam ser despejados.

O sistema de colonização não favoreceu aos grupos considerados “intrusos”, pois estavam sujeitos à exclusão. Os títulos definitivos às vezes demoravam anos, e muitas famílias estavam sujeitas a perderem seus investimentos, benfeitorias, por não saldarem a “dívida colonial”, sendo que a posse da terra estaria legitimada (Seyferth, 1996, p. 37). Vimos que a Companhia Territorial Sul Brasil considerava “intrusos” todos aqueles que não possuíam titulação da posse da terra, assim, independiam de sua origem étnica. A companhia procu-

rava realizar um levantamento prévio do número de “intrusos”. Sem esses dados não tinha noção do número de “intrusos” ou de ocupantes ilegais/legais em suas concessões de terra. A reocupação de “intrusos” ou de ocupantes ilegais/legais podia ser uma estratégia do governo ou das companhias colonizadoras, pois

[...] tinham a possibilidade de obter a terra legalmente, desde que se dispusesse a pagar integralmente, em prazo curto, o valor estipulado para o lote e sua medição definitiva. A posse, podia constituir-se em um direito potencial à propriedade, confirmada na própria documentação (Seyferth, 1996, p. 42).

Nessa conjuntura, “[...] a posse consiste numa relação de pessoas e coisas, fundada na vontade do possuidor [...]. A propriedade é a relação entre a pessoa e a coisa, que se assenta na vontade da lei, implicando um poder jurídico e criando uma relação de direito [...]” (Machado, 2012, p. 198). Ao sul das cercanias de Campo Erê, essa relação de posse foi extremamente conturbada, ocasionando uma inconstância social, vinculada a uma situação de intrusão e não posse de direito. Antes da presença do colonizador, a região contou com a presença de comunidades indígenas que vivenciaram a introdução do português e a fase cabocla.

Outro aspecto de conflito entre os “intrusos” e as colonizadoras foi a desvalorização no mercado imobiliário das terras ocupadas pelos “intrusos”, pois a presença do “intruso” intimidava a compra da terra pelo colonizador. Os lotes de terra, em muitos casos, passavam pela apreciação do agente, encarregado da companhia.

De um modo geral, o caminho até a posse definitiva de um lote era longo e intermediado pelo agente local responsável pelos assentamentos, qualquer que

fosse a condição legal dos colonos. A este funcionário cabia o parecer inicial sobre o pedido de concessão e arbitrar o preço do metro quadrado do lote pretendido. Informava, também, sobre as dívidas incidentes sobre o preço da terra quando se tratava de lote abandonado pelo primeiro ocupante (Seyferth, 1996, p. 45).

A manifestação formal do agente encarregado, o mostrador, podia ser decisiva para o “posseiro/intruso” adquirir seu lote. As identificações e os levantamentos efetuados pelas colonizadoras para identificar o “posseiro/intruso” demonstram que as regras do sistema concedem a legitimação da posse da terra ao pequeno produtor. Essa reocupação podia ser comprovada mediante o cultivo da terra e a constatação de benfeitorias. A roça e as benfeitorias “[...] constituíram a condição da posse tanto para os que possuíam o título provisório expedido legalmente como para os que podiam ser classificados como ‘posseiros criminosos’” (Seyferth, 1996, p. 45). Werlang acredita que o

[...] posseiro era aquele que, com o consentimento tácito ou expresso do proprietário, ou ao menos, sem oposição da parte deste se investia de posse, que era, no caso, mansa e pacífica, portanto, tolerável. Já o intruso era aquele que invadia a terra, desmatando-a sem possuir, ou possuindo criminosamente, sem caráter de estabilidade ou legitimidade no uso de determinado espaço territorial. Enquanto o primeiro trabalhava, fazendo serviço de agricultura para o bem comum, o último, aventureiro, não fazia senão destruir as riquezas existentes, devastando inutilmente as terras e tirando-lhes as essências florestais mais valiosas (Werlang, 2002, p. 73).

As companhias colonizadoras tinham por prática a realização de levantamentos referentes ao número de “intrusos” que havia em suas terras, mas a rotatividade era expressiva e os “intrusos” podiam estar em outros levantamentos, ou até fazerem parte de levantamentos de outras companhias.

Na visão do Estado e das colonizadoras, os pequenos agricultores ocupavam áreas de terras no sistema de posse. Dessa forma, passavam a ser vistos como “intrusos”, sendo uma reocupação ilegítima, uma invasão de áreas devolutas ou sem título de posse. Nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, o número de posseiros<sup>111</sup> era significativo, não havia o reconhecimento do direito de posse.

A companhia procurava impedir o ingresso de novos posseiros em suas terras, pois já havia núcleos de caboclos e outros estavam em formação, dessa forma, os impedimentos ao acesso às terras da companhia eram necessários. Conforme a colonização avançava, “[...] o número de posseiros aumentava. Na região de Saudades, Pinhalzinho e Modelo, havia muitos que aos poucos eram varridos” (Werlang, 2002, p. 62). Essas áreas eram formadas, geralmente, em áreas não demarcadas. A Companhia Territorial Sul Brasil realizou um levantamento em agosto de 1952, nas “[...] seções de Burro Branco, Lageado Grande, Mundo Novo, Cedro, Rabicó, Jundiá e Lageado, constatou-se apenas nesta região havia 402 famílias de posseiros, num total de 3.191 indivíduos, numa média de 7,93 elementos por família” (Werlang, 2002, p. 67). O levantamento era pertinente, pois foi realizado em 1952 e nos remete à gleba Mundo Novo, localizada

---

<sup>111</sup> “Em linhas bastante gerais, posseiro é aquele que se encontra na posse, ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. Posto dessa forma, o termo pode ser aplicado tanto urbana quanto rural. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma, legalmente definida, enquadrada juridicamente” (Grynspar, 2005, p. 373-374).

ao sul das cercanias de Campo Erê. A presença de famílias posseiras intrusas demonstrava que esse número era considerado, visto que a atuação do Incra ocorreu nas décadas de 1970-1980 na região.

A presença de um número significativo de pessoas demonstra que era peculiar a rotatividade dentro dessa região Werlang (2002, p. 66) aponta que em 1946, na população de Pinhalzinho, havia uma predominância de caboclos, vendiam o rancho para os colonizadores e se deslocavam para Modelo e Campo Erê. Esses dados mostram que o número de posseiros na região era significativo. Por que, então, essas áreas tiveram maior concentração de “intrusos”? Justamente por serem parte de uma região geograficamente, como se costuma dizer, “dobrada”; ao sul e ao norte eram áreas de campo, não atraía possíveis compradores por terem essa característica, mas também por haver significativo número de “intrusos”, o que inibia a compra, ou por possíveis confrontos indesejáveis. Essas seções faziam parte do sul de Campo Erê. O posseiro geralmente migrou para o norte em direção do Paraná, mas uma cifra desses grupos se fixou ao sul de Campo Erê.

A mobilidade dos “intrusos” era constante nessa região. Se levarmos em consideração o receio de ser encontrado, era comum o caboclo e o colono venderem a posse da terra, o sítio, o direito, e irem em busca de outro lugar, até o momento em que a companhia ou um possível comprador reclamasse o direito de propriedade pela titulação e não a posse da terra.

O projeto de colonização se caracterizou pelo uso da violência física exercida pelo aparato estatal e pelas colonizadoras, disseminaram-se por toda uma estrutura social, econômica e cultural, tornando-se visível quando observadas minuciosamente as disputas pela legitimação da posse da terra. A exclusão foi marcada pelo uso da violência, geradora



[...] de exclusão social, a colonização da região pelo elemento ‘branco’, em sua maioria oriundo do estado do Rio Grande do Sul, pareceu de fato estar diante do discurso usado por ele na sua justificação, nem sempre se mostrando com as cores com as quais insistiram em afirmar que havia sido pintada (Marquetti, 2008, p. 40).

As cercanias de Campo Erê foram envolvidas por uma escala de problemas que poderiam dificultar sua ação, somadas a aspectos dos quais vitimaram muitos da população local.

Outro prisma conflituoso entre os pequenos agricultores e as colonizadoras foi a desvalorização das terras no mercado imobiliário ocupadas pelos “intrusos”, pois a presença desses grupos intimidava a compra da terra pelo colonizador. A Companhia Territorial Sul Brasil e outras companhias colonizadoras que atuaram na região Extremo-oeste catarinense tinham como projeto de colonização arregimentar os pequenos agricultores para obterem lotes de terras. Os municípios de Palmitos e São Carlos tornam-se a porta de entrada, o ponto de referência para quem desejava um lote de terra. A Companhia Territorial Sul Brasil comercializava seus lotes de terra a partir dos municípios de Palmitos e São Carlos.

A figura a seguir mostra o deslocamento dos “pequenos agricultores intrusados” que supostamente se dirigiam para a região de Campo Erê. Dessa forma, os considerados “intrusos” foram se deslocando e fixando-se numa área mais ao norte da companhia, nas cercanias sul/norte de Campo Erê, desprovida de núcleos de pequenos agricultores, de estradas e possuía terras de campo e terras bastante acidentadas, o que não era a preferência dos pequenos agricultores. Isso fez com que não houvesse interesse dos pequenos agricultores em adquirir um lote, pelo menos no início da colonização, pois a presença do “intruso” inibia uma possível compra.



**Figura 18.** Recorte ampliado da Figura 1, que demonstra o deslocamento dos pequenos agricultores intrusos que supostamente se dirigiram para as cercanias de Campo Erê. Fonte: Mapasblog.blogspot.com.<sup>112</sup>

A região de Campo Erê não constava da mesma delimitação étnica e religiosa que a Companhia Territorial Sul Brasil promoveu no início de sua colonização na região de Palmitos e São Carlos, área fronteira com o Rio Grande do Sul. Isso possibilita entender que a colonização promovida pela colonizadora fomentou um deslocamento de grupos de pequenos agricultores. Isso levou a que o “intruso” buscasse outra área, até o momento em que essa fosse disputada pelo mercado imobiliário. Sem recursos financeiros, a maioria deles se preocupava em produzir apenas para viverem, contentavam-se em ocupar determinadas áreas onde exclusivamente produziam para sua

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://mapasblog.blogspot.com/2011/10/mapas-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

subsistência. Com a negativa da comercialização das terras por parte dos pequenos agricultores, a Companhia Territorial Sul Brasil, respaldada pelo poder público (Estado), promove a “limpeza da área”.

Os pequenos agricultores passaram a ocupar áreas de terras no sistema de posses na perspectiva do Estado e da Companhia Territorial Sul Brasil. Portanto, eles eram vistos como “intrusos”, sendo uma ocupação ilegítima, uma invasão de área devoluta ou sem título de posse. Podemos considerar as regiões sul e norte como sendo um “enguiço”, pois estavam ocupadas por um número significativo de “intrusos”. Para tanto, havia a necessidade de fazer a “limpeza da área”, pois o número de posseiros era significativo, não havia o reconhecimento do direito de posse da terra.

A intrusão não era uma prática que ocorria apenas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, mas fazia parte do cotidiano de outras companhias colonizadoras que atuavam na região Extremo-oeste catarinense. Na maioria dos casos as companhias colonizadoras tinham a prática de realizar levantamentos em suas terras referentes ao número de “intrusos”, mas a rotatividade era relevante e os “intrusos” podiam estar em outros elaborados pelas companhias, ou até fazerem parte de um levantamento de outra companhia. Era comum a prática de comercializar o sítio entre os pequenos agricultores. A compra do direito da terra do pequeno agricultor por parte do colonizador era frequente, mas o colono precisava comprar a terra da companhia. A mobilidade era constante dentro das cercanias sul/norte de Campo Erê.

As possíveis hipóteses a considerar são o receio de ser encontrado, a prática de comercializar o sítio entre os pequenos agricultores, o direito, e buscar outro lugar até o momento em que alguém reclamasse o direito de propriedade pela titulação e não pela a posse da terra; a intimidação por parte das colonizadoras; uma possível

mutabilidade na posse da terra ou da localidade; discórdia entre os pequenos agricultores, enfim, são elementos que ajudam a entender essa conjuntura da sua mobilidade. A Companhia Territorial Sul Brasil foi denunciada junto à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura sob nº 5.285, de 7 de agosto de 1951, de brutalidade e expulsão dos posseiros de suas terras.

A companhia negou as acusações e justificou a necessidade de desocupar os lotes, pois não podia entregar aos compradores com a permanência dos “intrusos” na área (Werlang, 2002). A companhia alegava ainda que havia em suas terras o posseiro e o “intruso”.

A companhia procurou caracterizar o caboclo que trabalhava como posseiro para o colono e os verdadeiros posseiros como “intrusos”. Os posseiros possuíam certo respaldo junto aos pequenos agricultores, pois auxiliavam com a mão de obra, e os “intrusos” deviam ser despejados. Geralmente a “limpeza da área” ocorria antes da comercialização das terras. A destruição da floresta por parte do “intruso”, talvez, não se confirme, pois ele fazia em pequena escala, apenas para a sua sobrevivência. Era nesses espaços que o “intruso” conseguia realizar sua existência social e cultural. Entretanto, isso não significava que vivia em um mundo, um espaço, a parte, de forma isolada. Isso porque o próprio deslocamento era um fator crucial, pois permitia que ficassem aquém dessas fronteiras.

Da mesma maneira, é importante destacar que a existência da fronteira além do que era provisória, uma vez que os objetivos traçados pelos “intrusos” eram de não ser encontrados, ocupando espaços definidos como vazios. Essa integração empurrava o “intruso” para vários espaços, tornando-os móveis dentro de um mesmo espaço. A relação do “intruso” com a sociedade resultava ambígua. De um lado, uma série de generalizados preconceitos sobre o “intruso”; de outro, a inevitabilidade de que o contato do “intruso” acontecesse em virtu-

de que havia o interesse de que o “intruso” não pudesse produzir em suas posses, como sal, ferramentas, querosene, tecidos, entre outros.

O “intruso” também conseguia ter contato nas sedes dos imóveis, que podia contar com um pequeno comércio, onde seria capaz de fazer a comercialização de seus produtos ou a troca desses. Diante da mobilidade e das singularidades de sua híbrida relação com a sociedade, o “intruso” caracterizava-se pela prática da agricultura comum entre os imóveis. Em consequência, todas as ações realizadas no sentido de limpar a área de locais onde tivesse “intrusos” eram desenvolvidas para minimizar o problema no imóvel, pois essa situação podia estar impedindo o progresso na região.

## 5.2. “Fazer assinar”<sup>113</sup>

O objetivo do item é trazer elementos que permitam compreender que o “fazer assinar” era uma prática comum na região de Campo Erê, ou seja, havia “pequenos agricultores intrusados” que não tinham condições de adquirir um lote, fazendo com que esse grupo estivesse propenso ao despejo. A conjuntura da intrusão era cíclica, e não eram levadas em consideração as circunstâncias da realidade desses grupos. Os pequenos agricultores tinham dificuldades de defender seus litígios. Não bastasse isso, a luta desses grupos em preservar sua posse estava sujeita ao despejo ou a ações violentas para que se evadissem do local.

Outro fator pertinente, e objeto de reflexão, é o distanciamento do poder público e de suas instituições, que permitia que os imó-

<sup>113</sup> O “fazer assinar” era uma prática utilizada pela companhia Territorial Sul Brasil, que obrigava os pequenos agricultores a assinar um documento de compromisso para desocupar os lotes que estão intrusado. Fonte: Documento de 30 de dezembro de 1974. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

veis nessa região fosse uma área onde a incidência de “intrusos” era considerada.

A temática da intrusão está relacionada à (i)migração e à colonização promovida pelo Estado e pelas companhias colonizadoras, que não estão dissociadas, uma vez que exteriorizam e configuram a construção de um delimitado território, ou seja, “[...] um espaço geográfico que também é social e que, historicamente, foi e é objeto de disputa, tanto em termos de sua empírica quanto em relação às narrativas elaboradas sobre ele” (Silva, 2016, p. 197). Essa perspectiva é vista por Silva (2016) como um mosaico, que apresenta e possibilita visualizar as múltiplas formas de inserção social e entendimento na reocupação do espaço.

O que os imóveis nas cercanias de Campo Erê possuíam em comum? Talvez seja a intrusão. Esse fato somado a outros fazem a intrusão o principal fator que desencadeou os possíveis conflitos, tanto na parte sul quanto no norte. Ainda é importante destacar que esse fenômeno ocorreu num espaço próximo da fronteira com a Argentina, onde a maioria dos pequenos agricultores passam por características semelhantes da intrusão, a inconstância social, a insegurança, a despejo, a atuação das companhias colonizadoras, uma possível rotatividade, talvez no mesmo imóvel ou na mesma região de Campo Erê. Possivelmente esses sejam os principais motivos que causaram essa problemática da intrusão.

O cenário da intrusão entra no rol das querelas, pois podemos nos remeter a um universo de grupos de pequenos agricultores que ocupam um determinado espaço, atrelado ao regime de posse da terra. Conforme o cadastro dos “intrusos” existentes na gleba Cafundó – Mundo Novo, em 5 de janeiro de 1953, depara-se com um número significativo de caboclos intrusados nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, nas cercanias sul de Campo Erê. Nessa conjuntura,

a relação dos ocupantes permite visualizar “intrusos” destacados na Companhia Territorial Sul Brasil que correspondam com a relação apresentada pelo Inbra no Projeto Fundiário de Santa Catarina, imóvel Mundo Novo – Campo Erê – 1978; João Rodrigues – Nonoai; João Lemes de Carvalho – Quilombo; Leonildo Machado de Jesus; Oraido Alves Carneiro; Simão Fernandes Vieira – Lages.

As situações descritas nessa fonte ganham muito mais sentido se voltarmos nossa atenção para a problemática que se configurou nas cercanias de Campo Erê, a intrusão, pois no decorrer do trabalho frisamos que a rotatividade, a mobilidade desses pequenos agricultores foi significativa. O contexto analisado permite-nos ter uma noção de como foi singular na reocupação dessa região. No Quadro 4 a seguir temos uma amostra significativa de um levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1953, onde permite visualizar 51 “pequenos agricultores intrusados”. Nos termos relacionados da mobilidade, o documento mostra um total de 51 “intrusos” listados e apenas cinco constam no levantamento efetuado pelo Inbra em 1978.

| Cadastro de Intrusos – Gleba Cafundó Mundo Novo |                              |                        |                    |
|---|------------------------------|------------------------|--------------------|
|   | Nome dos intrusos            | Quantidade de Colônias | Onde moram         |
| 1   | Jesus Medeiros               | 04                     | Mundo Novo         |
| 2   | Juvenal José Maria           | 04                     | Mundo Novo         |
| 3   | Irmãos Tesch                 | 10                     | Mundo Novo         |
| 4   | Sebastião Gonçalves          | 10                     | Mundo Novo         |
| 5   | Sebastião Pires dos Santos   | 02                     | Mundo Novo – Bárca |
| 6   | João Maria Corrêa dos Santos | 01                     | Mundo Novo         |
| 7   | Antônio Pinto                | 01                     | Mundo Novo         |
| 8   | Oraido Carneiro              | 10                     | Mundo Novo         |

| Cadastro de Intrusos - Gleba Cafundó Mundo Novo |                              |                        |                |
|---|------------------------------|------------------------|----------------|
|   | Nome dos intrusos            | Quantidade de Colônias | Onde moram     |
| 9   | João Maria de Freitas        | 05                     | S. dos Freitas |
| 10  | Antônio Freitas              | 02                     | S. dos Freitas |
| 11  | João Vieira                  | 05                     | L. dos Tócos   |
| 12  | Firmiano Medeiros            | 04                     | L. dos Tócos   |
| 13  | Calistro de Mello            | 01                     | L. dos Tócos   |
| 14  | José Alves                   | -                      | -              |
| 15  | Maria Ferreira               | 01                     | L. dos Tócos   |
| 16  | Dorval Galvão                | 01                     | Cafundó        |
| 17  | Vitorio Andrade              | 01                     | Cafundó        |
| 18  | Julio Buava                  | 01                     | Cafundó        |
| 19  | Jardilino de Tal             | 01                     | Cafundó        |
| 20  | João Maria Lageano           | 01                     | Cafundó        |
| 21  | Leonildo Machado             | 01                     | Cafundó        |
| 22  | Avelino Julio dos Santos     | 01                     | Cafundó        |
| 23  | Antônio Rafael de Tal        | 01/2                   | Cafundó        |
| 24  | Durval Cerilo                | 01                     | Cafundó        |
| 25  | Laurindo Oliveira dos Santos | 01                     | Cafundó        |
| 26  | Belmiro Soares               | 01                     | Cafundó        |
| 27  | José Garipunda               | 01                     | Cafundó        |
| 28  | Antônio Machado              | 01                     | Cafundó        |
| 29  | Pedro Chióda                 | 06                     | Cafundó        |
| 30  | José Freitas                 | 01                     | Roncador       |
| 31  | Hipólito Gonçalves           | 01                     | Roncador       |
| 32  | Simão Vieira                 | 01                     | Roncador       |
| 33  | Antônio Fernandes            | 02                     | Roncador       |
| 34  | Henrique Vieira              | 01                     | Roncador       |
| 35  | André Vieira                 | 01                     | Roncador       |
| 36  | Pedro Sirim                  | 02                     | Roncador       |
| 37  | Luiz Cerilo                  | 01                     | Roncador       |



| Cadastro de Intrusos – Gleba Cafundó Mundo Novo |  |                        |                          |
|---|--|------------------------|--------------------------|
|   | Nome dos intrusos  | Quantidade de Colônias | Onde moram               |
| 38  | Pedro Nunes Mendonça   | 05                     | Barra Suja               |
| 39  | Aparício Antônio da Costa  | 01                     | Barra Suja               |
| 40  | Sebastião Xaves da Rosa  | 02                     | Cabeceira de Barra Suja  |
| 41  | Isidoro Corrêa dos Santos  | 02                     | Cabeceira Lageado Grande |
| 42  | Elpídio Zeferino da Costa  | 02                     | Cabeceira Lageado Grande |
| 43  | Alfredo Valério  | 03                     | Lageado Grande           |
| 44  | João Rodrigues (Jangão)  | 01                     | Lageado Grande           |
| 45  | Francisco de Tal (Chinico)   | 01                     | Lageado Grande           |
| 46  | Fioravante Valério   | 01                     | Lageado Grande           |
| 47  | João Lemes   | 02                     | Lageado Grande           |
| 48  | Manoel Madalena  | 04                     | Lageado Grande           |
| 49  | João Antônio   | 01                     | Lageado Grande           |
| 50  | Eugênio José Teixeira  | 02                     | Lageado Grande           |
| 51  | Antônio Xaves da Rosa  | 05                     | Cabeceira de Barra Suja  |
|   | 120 - 1/ 2 = colônias  |                        |                          |
|   | A relação destes 51 intrusos foi fornecida por Zalmiro Medeiros pretendem comprar 120,5 colônias de terras na Gleba Cafundó – Mundo Novo. Os intrusos gostariam que as terras fossem cortadas em colônias. Cunha Porã, 5 de janeiro de 1953. |                        |                          |

**Quadro 4.** Expurgo de intrusos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil em 5 de maio de 1954. Cadastro de intrusos – gleba Cafundó, Mundo Novo (1953). Fonte: Elaboração pelo autor, com base em documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha. Levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil. Cadastro de intrusos existentes na gleba Cafundó – Mundo Novo, em 5 de janeiro de 1953.

É necessário destacar que nesse processo de conflitos de “intrusos” quanto à reocupação e mobilidade, a relação dos ocupantes de terras da Companhia Territorial Sul Brasil nas seções Mundo Novo e Roncador, observamos que a maioria dos ocupantes era de origem

cabocla. Partindo desse contexto e estrutura, essa prerrogativa não é exclusividade das seções Mundo Novo e Roncador, mas de toda a área de terra da região de Campo Erê. No processo de visibilidade dos “pequenos agricultores intrusados”, encontramos a relação dos “intrusos” das terras da Companhia Territorial Sul Brasil, levantamento realizado em 1974, equivalente à relação apresentada pelo In-cra no Projeto Fundiário de Santa Catarina no imóvel Mundo Novo em 1978. O Quadro 5 a seguir permite visualizar os nomes que se configuram na relação de equivalência com os dois levantamentos.

| Intrusos                 | Localidade    |
|--------------------------|---------------|
| Alfredo Recalcati        | Maravilha     |
| Ari Malfati              | Maravilha     |
| Adelino Assis Brasil     | Maravilha     |
| Armindo Simon Mallmann   | Maravilha     |
| Bélia Barcelos           | Maravilha     |
| Gentil Borgheti          | Maravilha     |
| João Francisco Antunes   | Maravilha     |
| Laudelino Borges Vieira  | Maravilha     |
| José Sutil de Oliveira   | Campo Erê     |
| João Francisco Lopes     | Campo Erê     |
| João de Oliveira         | Campo Erê     |
| João Ferreira da Silva   | Campo Erê     |
| João Ruberto             | Campo Erê     |
| João Maria Serpa         | Campo Erê     |
| Nildo Vedoy dos Santos   | Campo Erê     |
| Sebastião da Rosa        | Soledade      |
| Sebastião Alves da Silva | Soledade      |
| Rosalino Gonçalves Ramos | Soledade      |
| Eliserico Gross          | Soledade      |
| Maurílio Lopes Simão     | Barros Cassal |
| Manoel Teodoro           | Barros Cassal |

| Intrusos                    | Localidade      |
|-----------------------------|-----------------|
| Natalino Rodrigues Chaves   | Barros Cassal   |
| Pedro Rosa                  | Lajeado         |
| Pedro Viera Borges          | Lajeado         |
| Sebastião Veiga dos Santos  | Modelo          |
| João Teodoro                | Modelo          |
| Antonio Coradin             | Carazinho       |
| Alcides Fredolino Goelzer   | Horizontina     |
| Eduardo Pischisch           | Rodeio Bonito   |
| Geraldino Backof            | Santa Rosa      |
| João Antunes de Lima        | Xavantina       |
| João Francisco Gross        | Fontoura Xavier |
| João Valandoski             | Cunha Porã      |
| Luciana Rodrigues de Castro | Chapecó         |

**Quadro 5.** Relação de intrusos equivalente ao levantamento realizado em 1974 pela Companhia Territorial Sul Brasil e pelo Incra no Projeto Fundiário de Santa Catarina no imóvel Mundo Novo, Campo Erê em 1978. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

Esta fonte mostra outra realidade, a mobilidade desses pequenos agricultores no curto período entre os dois levantamentos. Talvez porque o período dos levantamentos, a companhia em 1974 e o Incra em 1978, seja de apenas quatro anos. Entretanto, é importante destacar que esse curto período de tempo mostra que a configuração de mobilidade e deslocamento não foi pouco, isso porque, se levarmos em consideração os locais (Maravilha, Modelo, Cunha Porã, Chapecó) de onde saíram esses grupos, podemos verificar que a maioria já estava próxima das regiões sul/norte de Campo Erê, pois a maioria desses “intrusos” estava nas localidades de Maravilha e Campo Erê.

Esse deslocamento talvez tenha ocorrido por motivos de intrusamento na posse que estavam anteriormente, ou por haver nos

locais alguma inconsistência social. O universo social que figura na esfera do “intruso” é muito complexo, pois está inserido em um cenário de incertezas. São diversos os fatores que estão na base da intrusão, como o espaço que o pequeno agricultor ocupa, a forma de se relacionar com a comunidade que o cerca, o modo de trabalho desenvolvido, a instabilidade social que se estabeleceu nos imóveis, a incerteza de ser ou não despejado, a condição socioeconômica, as vendas duplas das terras, o contrato de compra e venda, o pagamento de algumas parcelas da terra, o que poderia caracterizá-lo como “intruso”, seja pela falta de uma documentação que pudesse comprovar a posse da terra, seja por ser efetivamente sua e ter que sair do contexto da intrusão.

Temeroso com a insegurança nas cercanias de Campo Erê, o “intruso” vendia sua casa, benfeitorias e roça ao colonizador. Estabelecido na área de atuação da companhia, ele era obrigado a “assinar” um termo prometendo deixar as terras ocupadas. Os pequenos agricultores, caracterizados como “intrusos”, deixavam os lotes e buscavam outras áreas, muitos possivelmente dentro da própria área da região.

O encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila recomendava que se fizesse contrato de compra e venda dos lotes de terras com os possíveis interessados. Outra recomendação se relacionava em “fazer assinar”, forçar a assinatura de compromisso em desocupar os lotes onde estavam intrusados. Pelo levantamento e conclusões do encarregado, 60% dos “intrusos” não tinham condições de comprar esses lotes da companhia.

*Dizem também que o Prefeito informa e adverte que, se comprarem não recebem escrituras, alegando que a Companhia deve os impostos. Há necessidade urgente de que a Companhia convoque reunião como o povo estando presente funcionários do INCRA e da*

Companhia, para esclarecimentos, e no ato já procurar fazer contratos com quem compra, e *fazer assinar compromissos em desocupar os que não têm possibilidades de comprar, que é média de 60%*.<sup>114</sup>

Essa cifra de 60% é extremamente significativa, o que tornava quase inevitável a prática adotada pela companhia, principalmente o despejo. Essa porcentagem de “intrusos” sem a devida regularização da posse tornava as cercanias de Campo Erê um espaço a possível instabilidade social. Isso reforça a tese do corredor sul/norte, por onde os “intrusos” foram supostamente deslocados para essa região, tornando-se um local mais expressivo devido à política adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil, e a rotatividade dentro desse espaço. A mercantilização da terra para o pequeno agricultor podia ser dificultada pelo fato de “a terra estar completamente devassada e muito *inçada com ervas daninhas*, tornando-se difícil a venda à um colono”.<sup>115</sup> A quantidade de hectares que os “intrusos” possuíam em 1974, no período do levantamento, está relacionada à sua estruturação.

[...] uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo uma nova unidade camponesa de produção, na qual cada planta, cada construção, cada pedaço tinha um significado próprio, e a partir a qual estabelecia relações com seu grupo vizinho, relativamente fixo, e participava de uma co-

<sup>114</sup> Fonte: Conclusões do encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila sobre o cadastro de intrusos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil de 30 de dezembro de 1974. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha (grifos nossos).

<sup>115</sup> A Companhia Territorial Sul Brasil poderia ter problemas com as vendas de lotes de terras, pois poderiam estar ocupadas por intrusos. Por esse motivo a expressão referenciada pela companhia que as terras estariam completamente devassadas e muito inçadas com ervas daninha. Fonte: Documento de 30 de dezembro de 1974. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

munidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e “pessoal” [...], o camponês resistia à ideia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer (Poli, 2002, p. 134-135).

O pedaço de terra para o “intruso” significava uma estruturação no seu modo de vida. Em um pequeno pedaço de terra, o “intruso” retirava o seu sustento. Era interessante ter uma noção da quantidade de hectares que cada “intruso” possuía nas seções, isso dava uma prévia da sua reocupação espacial. Isso possibilitava ter um entendimento da variedade de plantio, criação de animais, ou, até mesmo, da sua condição social em conseguir conduzir e controlar a sua posse.

A propriedade de terra desempenha uma função fundamental na construção unificada de produção na medida em que se reproduzia na família as condições que o “intruso” viabilizava, o que os caboclos desejavam da propriedade de terra. Para tanto, “[...] era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital [...]” (Poli, 2002, p. 134). O “intruso” almejava ser um proprietário, pois a propriedade poderia lhe trazer emancipação, demonstrando ter um valor na condição de ter a posse.

O acesso à propriedade possibilitava o seu desenvolvimento e criava um horizonte de fixação em um determinado local, no intuito de construir seu modo de vida e estreitar vínculos com os grupos sociais já estabelecidos. A área que os “intrusos” objetivavam estava relacionada à sua situação econômica. Não havia estimativa de adquirir uma grande área, mas apenas alguns hectares que pudessem dar sustento à sua família, e sair da condição de “intruso”, que lhe daria um pouco de tranquilidade. A maior dificuldade dos “intrusos” em adquirir uma área de terra e possuir a titulação se deve à sua

condição econômica. Tanto o caboclo quanto o colono, o principal fator tido como obstáculo era a sua condição de pobreza.

A Companhia Territorial Sul Brasil buscava ter o controle das suas terras. Para tanto, realizava incursões, por meio de seus encarregados e mostradores de terra<sup>116</sup>, a fim de verificar a situação de intrusão nas áreas de seu domínio. Em 30 de dezembro de 1974, Zalmiro Medeiros de Ávila, encarregado da companhia, realizou um levantamento e cadastramento de “intrusos” na gleba Mundo Novo. Zalmiro relata que muitos “intrusos” teriam possibilidade de comprar a terra, mas o prefeito de Campo Erê, Manoel Antônio Zembrani, advertia para não comprar os lotes da companhia, pois se assim fizessem não obteriam a escritura. O prefeito alegava que a companhia estava em débito dos impostos com a prefeitura. Percebe-se que há um conflito de força e poder entre as duas partes, a prefeitura e a companhia. Ainda a respeito desse levantamento e cadastramento de “intrusos”, os agentes da companhia na gleba Mundo Novo recomendavam que a companhia convocasse uma reunião com os “intrusos”, o Incra e representantes da companhia para prestarem esclarecimentos<sup>117</sup>.

### **5.3. Pagamento aos “pequenos agricultores intrusados”**

Procuramos trazer algumas considerações sobre o pagamento aos “pequenos agricultores intrusados” da Companhia Territorial Sul Brasil. As políticas e ações da companhia têm como pano de

<sup>116</sup> Os encarregados e mostradores de terra possuíam um papel decisivo, para informar à companhia Territorial Sul Brasil a situação da intrusão em suas terras, pois estavam na linha de frente, ou seja, os que tinham contato direto com os pequenos agricultores intrusados.

<sup>117</sup> Fonte: Documento de 30 de dezembro de 1974. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

fundo a presença do “intruso” em suas terras. A exclusão dos pequenos agricultores considerados “intrusos” foi marcada pelo uso da violência, geradora de uma exclusão social, que se disseminou por toda uma estrutura social, econômica e cultural, tornando-se visível quando observadas minuciosamente as disputas pela legitimação da posse da terra, principalmente no sul de Campo Erê, área de tensão conflituosa da companhia.

A companhia demonstrava preocupação, e se sentia impotente para coibir as invasões. Os invasores e os demais intrusados rejeitavam os embargos que fossem oferecidos para cessarem as ilegais e altamente danosas atividades.<sup>118</sup> Os “intrusos” foram acusados de fazerem roças com a derrubada de mato, os que vendiam sítios (os chamados direitos) e os que derrubavam pinheiros.

Para compreender como esses elementos podiam estar relacionados, a Figura 19 a seguir mostra a forma de a Companhia Territorial Sul Brasil facilitar a retirada dos “intrusos”, geralmente pelo pagamento do rancho e da posse do sítio.

O levantamento realizado por essa companhia em 1975 permite observar que a venda de sítios era uma prática comum nas suas terras, talvez isso podia se reportar a outras partes da região de Campo Erê, onde a Companhia Territorial Sul Brasil não atuava. Do ponto de vista estratégico, a companhia utilizava uma variável de valores pagos pelos sítios, possivelmente relacionada ao tamanho, à localização ou também às benfeitorias, como casas, galpão, chiqueiro, plantações, enfim, tudo o que estava relacionado à posse. Outro ponto relevante era a constante oscilação nas datas quando efetuado o pagamento pelos sítios, pois ocorre uma intercorrência dessas

---

<sup>118</sup> A altamente danosa atividade é uma referência à prática exercida por grupos que promovessem a derrubada de mato, a queima de uma determinada área ou comercializa-se seu sítio.



Relação de pagamentos de ranchos à intrusos ocupantes de Terras da Companhia Territorial Sul-Brasil, efetuados por mim, conforme ordem verbal do falecido Dr. Leal e para facilitar as retiradas de elementos prejudiciais aos interesses da mesma.

| Nomes                    | Valor pago       | Data       |
|--------------------------|------------------|------------|
| João Morais              | Cr\$ 1.000,00    | 30-12-1954 |
| Maurilio Marcolino       | Cr\$ 1.000,00    | 10-01-1955 |
| João Marasão             | Cr\$ 600,00      | 10-01-1955 |
| Adão Petry               | Cr\$ 800,00      | 10-01-1955 |
| Marcina de Souza         | Cr\$ 55.780,00   | 10-10-1960 |
| João Prestes             | Cr\$ 30.000,00   | 15-04-1960 |
| Werner Gerlach           | Cr\$ 20.000,00   | 26-12-1961 |
| Sebastião Veiga          | Cr\$ 20.000,00   | 12-10-1963 |
| José Prestes             | Cr\$ 75.000,00   | 27-05-1964 |
| Alexandrina Veiga        | Cr\$ 75.000,00   | 15-11-1963 |
| Pedro Veiga              | Cr\$ 85.000,00   | 30-05-1964 |
| Jorge Figueiró           | Cr\$ 90.000,00   | 10-06-1964 |
| Modesto Pinheiro         | Cr\$ 20.000,00   | 24-08-1964 |
| Cacilda Nabarra          | Cr\$ 70,00 Forte | 15-06-1965 |
| Sebastião A. Pinheiro    | Cr\$ 20,00 "     | 11-06-1965 |
| Dionísio Silva           | Cr\$ 50,00 "     | 03-08-1965 |
| Doralina Ribeiro         | Cr\$ 25,00 "     | 23-09-1966 |
| Ario Moreira             | Cr\$ 40,00 "     | 02-04-1966 |
| Cristino dos Santos      | Cr\$ 160,00 "    | 01-02-1967 |
| Sebastião Vormá da Silva | Cr\$ 40,00 "     | 03-11-1970 |
| João M. Mariano          | Cr\$ 30,00 "     | 23-08-1970 |
| Antonio Silveira         | Cr\$ 200,00 "    | 01-10-1971 |
| Augusto M. Martins       | Cr\$ 150,00 "    | 31-01-1972 |
| João Alves Paixão        | Cr\$ 90,00 "     | 10-08-1974 |

Saltinho, 23 de maio de 1975

*Salvino M. de Azevedo*

Figura 19. Relação de pagamentos a intrusos pela Companhia Territorial Sul Brasil em suas terras em 23 de maio de 1975. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

datas entre 1954 e 1974, e isso leva a crer que, mais uma vez, vem à tona o fator mobilidade. Por que esta mobilidade era tão constante nas cercanias de Campo Erê? Esse fato não está dissociado dos fatores inerentes à intrusão. A intrusão talvez seja o fator que permitia que muitos nomes de “intrusos”, que haviam sido despejados em outras seções ou, mesmo, da região de Campo Erê, aparecessem relacionados em vários levantamentos, inclusive do Inbra. Por isso a

mobilidade era tão presente, era tão frequente, pelo fato também do receio de serem apanhados. A rotatividade dos grupos de “intrusos” era peculiar dentro das terras da companhia.

#### **5.4. A desintrusão nas cercanias de Campo Erê**

Apresentamos algumas considerações sobre a desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil nas cercanias de Campo Erê. Esta análise permite compreender as políticas e ações da companhia quanto à desintrusão de pequenos agricultores em suas terras. “Desintrusão” era o termo utilizado nos registros da companhia nos levantamentos e na limpeza dos que estavam ocupando suas terras. A companhia teve muito trabalho para a retirada dos “intrusos” de suas terras, principalmente na gleba Mundo Novo. A empresa determinou pessoas de sua confiança para efetuarem levantamento de “intrusos” nas várias seções de seu domínio e também contratou advogados para requerer os direitos da posse da terra e evitar maiores problemas. A desintrusão foi uma situação decorrente em toda a extensão das terras da companhia, porém o local de maior tumulto foi a gleba Mundo Novo, um dos principais cenários de conflitos. O despejo apresentava algumas características:

A narrativa do despejo apresenta elementos estruturais. O primeiro elemento é a chegada do vilão, ‘um morto de fome’ pela terra, que pode ser a Companhia, intermediário ou preposto desta. Alguns nomes são repetidos, em especial aqueles com vinculação às madeiras da área. A hipótese a ser levantada consiste do seguinte: trata-se de testa de ferro da Companhia ou madeira; ou ainda, seria o negócio rentável adquirir área ocupada, limpando-a para posterior revenda. Outra possibilidade era a venda

da área intrusada, com preço inferior ao do mercado, ficando o comprador com o ônus da retirada da população. O segundo elemento da narrativa é a presença de força policial, para proceder o despejo. O terceiro é a ação arbitrária, com atos de ‘pinchar fora as tralhas’, isto é, jogar fora objetos, como móveis e utensílios. Pode ser acrescida da derrubada e queima dos ranchos. O elemento seguinte será a entrada do gringo na área limpa. E o último, presente na narrativa, é o ‘castigo divino’ ao vilão [...] (Renk, 1995, p. 236).

A Companhia Territorial Sul Brasil demonstra a preocupação em tomar providências urgentes em contratar vigias para suas terras, com o intuito de não permitir a entrada de novos “intrusos”. Da mesma forma, ressaltava a importância de providenciar a reintegração de posse e o despejo desses grupos.

[...] urgência na indicação de uma ou duas pessoas capacitadas e idôneas, para serem localizadas em locais apropriados e convenientes, afim de controlarem melhor o problema da intrusão em nossas terras, mantendo reserva vigilância para, desse modo, coibir os abusos que se verificam (derrubada criminosa de matos e queima de pinheiros) e impedir, quanto possível, a entrada de novos intrusos.<sup>119</sup>

Vários documentos são categóricos e enfáticos da existência de “intrusos” em suas terras, solicitando providências para a retirada desses grupos. Havia muitos conflitos em decorrência da política adotada pela própria companhia.

<sup>119</sup> Contratação de vigias para controlar a entrada de intrusos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil em 14 de abril de 1952. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

Os conflitos entre essa população e as empresas colonizadoras eram constantes, contudo, existem poucos registros oficiais. Um exemplo é o caso de a colonizadora Companhia Sul Brasil ter sido acusada de maltratar e expulsar os posseiros de suas terras na década de 1950. A empresa não negou tal prática e justificou que era necessário desocupar os lotes já vendidos a terceiros e que não puderam ser entregues a eles, dada a permanência dos intrusos, ou seja, os posseiros [...] (Pertile, 2008, p. 82).

Os documentos evidenciam que os “intrusos” deviam assinar um termo de compromisso de retirada. Isso mostra que os “intrusos”, ou grupos de “intrusos”, estavam cientes da perda da posse da terra. Como exemplo citamos o caso de Manuel João Teodoro, intrusado na seção Araçá na gleba Mundo Novo, onde possuía casa considerada ruim, com plantações de milho, feijão, trigo e batata, ocupava a área havia já 36 anos, desde 1938, uma área de apenas um hectare na colônia número 210, parte norte da seção Araçá.

O levantamento era parte das ações da Companhia Territorial Sul Brasil, a partir do qual tinha um panorama dos “pequenos agricultores intrusados”, sua origem, as estruturas de sua posse, o interesse na compra da terra, quando podiam realizar a compra, madeira em sua posse, quanto tempo estavam lá. Esse quadro informativo possibilitava distinguir quem era esse “intruso” e qual o seu interesse em permanecer na posse.

Mesmo fato ocorreu com João Maria Teodoro pelo levantamento da Companhia Territorial Sul Brasil em 1974, localizava-se na seção Araçá, gleba Mundo Novo, onde possuía casa considerada ruim, com plantações de milho, feijão e trigo. Ocupava essa área havia cinco anos, desde 1969, uma área de dois hectares na colônia número 210, parte norte. É provável que, pelo pouco tempo de ocu-

COLONIA Nº 210      SEÇÃO: Araçá      PARTE: Sorte      HA: 1

MORADOR: Manoel João Teodoro

QUALIFICAÇÃO:

Nº DE DEPENDENTES: 2

CONSTRUIU BENEFETORIAS:

casa     galpão     chiqueiro     outras

TIPO DE CONSTRUÇÃO:     boa     regular     ruim

PLANTAÇÃO     SIM     NÃO

QUAL O TIPO DE CULTURA: milho, feijão, batata.

POSSUI CRIAÇÃO:     SIM     NÃO

TIPOS E QUANTIDADE: 1 cavalo e 1 potilho

PRODUÇÃO ESTIMATIVA: milho

TEMPO DE OCUPAÇÃO     Dias     Meses     Anos

CADASTRADO NO INCRA:     SIM     NÃO

ESTÁ INTERESSADO NA COMPRA     SIM     NÃO

QUANTOS HA: 1      QUANDO: saída de 1975

POSSUI MADEIRA:     Sim     Não

QUAIS:     CEDRO     LOURO     PINHO     OUTROS TIPOS

QUANTIDADES:    .....    .....    .....    .....

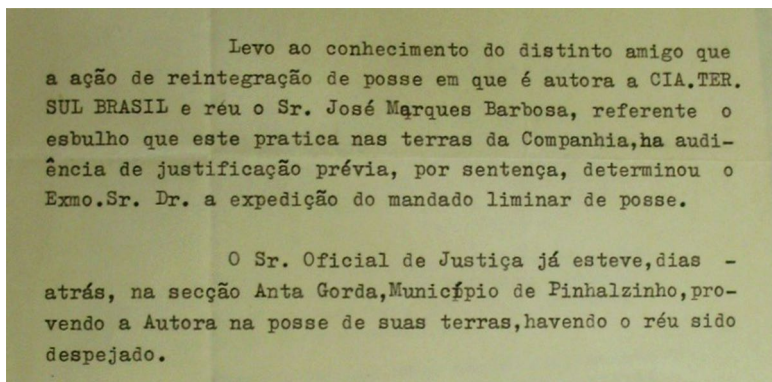
CONSIDERAÇÕES GERAIS:   

Figura 20. Levantamento de intrusos realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1974 na seção Araçá na Gleba Mundo Novo. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

pação e pelo mesmo sobrenome de João Maria Teodoro, se tratasse de filho de Manoel João Teodoro.<sup>120</sup>

Manoel João Teodoro e João Maria Teodoro, identificados no levantamento da companhia, foram também identificados no levantamento do Incra em 1978. Isso reforça a tese de que os “intrusos” se deslocavam para o sul/norte das cercanias de Campo Erê, demonstrando que a mobilidade era constante e significativa nessa área.

Outra situação peculiar de mobilidade relacionava-se ao despejo de José Marques Barbosa, em Sarandi, no Rio Grande do Sul, na seção Anta Gorda, de Pinhalzinho, em 1969, quando foi despejado e acusado de esbulho praticado nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. A ação de despejo foi defendida pelo advogado da companhia Paschoal Apóstolo. Após o despejo da seção Anta Gorda, seu nome foi mencionado no levantamento do Incra em 1978 no imóvel Mundo Novo.



**Figura 21.** Ação de despejo promovido pela Companhia Territorial Sul Brasil a José Marques Barbosa em 14 de março de 1969. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>120</sup> Fonte: Levantamento de intrusos realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1974, na seção Araçá na Gleba Mundo Novo. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

Caso semelhante que reforça a tese do “corredor” sul/norte, onde os “intrusos” eram supostamente deslocados, na direção das cercanias de Campo Erê, é o de José Marques Barbosa. Isso mostra que a Companhia Territorial Sul Brasil possuía uma atuação expressiva em ter a reintegração de suas áreas de terras. Esses casos, José Marques, João Maria e Manoel João, são apenas alguns entre muitos que ocorriam no processo de despejo e reintegração de posse. Entre as práticas realizadas pela companhia havia também em seus registros as despesas referentes à desintrusão.

Paschoal Apóstolo foi um dos principais advogados que representava a Companhia Territorial Sul Brasil. Em documento datado de 11 de dezembro de 1968, o advogado recebeu da companhia o valor de NCR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos), conforme contrato firmado em 22 de outubro de 1968. Os honorários referem-se ao valor pago pela companhia para a ação de despejo de “intrusos”, no caso Clemente de Souza, Horácio de Paula e Sebastião Ramos, que ocupavam as terras da companhia localizadas na gleba Mundo Novo, município de Campo Erê.<sup>121</sup>

Para caracterizar essa mobilidade, Clemente de Souza, despejado das terras da companhia em 1968, aparece em outro levantamento na seção Cafundó em 1974, uma diferença de seis anos. Onde esteve nesses seis anos? Talvez fazendo o que muitos faziam: deslocou-se de um lugar para outro, possivelmente para não ser encontrado. Na seção Cafundó, Clemente de Souza tinha como posse cinco hectares e o tempo de ocupação seis meses. Supõe-se que nos outros cinco anos e meio talvez tenha ficado em vários lugares, muito provavelmente nas cercanias de Campo Erê. Esses são apenas

---

<sup>121</sup> Honorários pago pela Companhia Territorial Sul Brasil em 11 de dezembro de 1968 ao advogado Paschoal Apóstolo pela ação de despejo de intrusos. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

alguns fatos para ilustrar os dados dos levantamentos efetuados pela companhia em 19 de dezembro de 1974.<sup>122</sup>

O advogado Paschoal Apóstolo faz menção que seus serviços profissionais trouxeram à companhia um “resultado econômico incalculável”, uma vez que conseguiu liberar uma área de terra da “nefasta presença de intrusos” que residiam há muito tempo. Na sua avaliação,

[...] trouxe para a Companhia resultados econômicos incalculáveis, de vez que liberou uma área considerável de sua propriedade, da nefasta presença de intrusos, que residem há muito tempo, evitando até que os mesmos intentassem aquilo que lhes assistia por direito constitucional, qual seja o do intuito do usucapião. Acresce ainda que esta medida foi tentada com resultado positivo numa área de transição política do país, onde o Governo central se orienta no sentido de obstar os latifúndios, e proteger a posse daqueles que se fixaram na terra, do qual tiram o seu sustento e a tornam produtiva, tudo isso se espelhando na política de reforma Agrária. Ainda mais foram arrostados interesses regionais de políticos situacionistas, que encontrariam, se assim o desejassem, guarida perante o Poder Central, para a proteção dos referidos despejados, pois que, todos eleitores, de uma forma ou de outra, cor a atitudes judiciais imposta conta eles, ficou a mesma política da situação, prejudicada.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Fonte: Levantamento de intrusos realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 19 de dezembro de 1974, na seção Cafundó na Gleba Mundo Novo. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.

<sup>123</sup> Advogado Paschoal Apóstolo faz referência à importância de seu trabalho com a reintegração de posse para a Companhia territorial Sul Brasil em 7 de dezembro de 1968. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha.



O advogado comentava que os “intrusos” não tinham entendimento do que “lhes assistia por direito constitucional”, o “usucapão”. Acrescenta ainda que essa medida foi “intentada com resultado positivo” num período (1968) de transição política do país, onde o governo orientava para dificultar os latifúndios e proteger a “posse daqueles que se fixam na terra, da qual tiram seu sustento, e tornando-a produtiva”, posicionando-se na política da reorganização da estrutura fundiária.

O advogado ainda ressaltava que formam “arrostados interesses regionais de políticos situacionistas”, que encontravam apoio se assim o desejassem, e guardada perante o poder central na proteção dos referidos despejados, pois todos os eleitores de uma forma ou de outra, diante de títulos judiciais impostos contra eles, ficaram na mesma lei política da situação prejudicada.

Acrescenta o advogado que na constituição do despejo dos que foram parte integrante da *lide a manu militari* tinham sido despejadas mais de vinte famílias. A companhia possuía conhecimento do problema da intrusão existente em suas terras, pois necessitava controlar melhor a entrada desses grupos e coibir os abusos da “derubada criminosa de matos e queima de pinheiros”.

A companhia buscava facilitar a compra do lote de terra. Assim tinha por prática pressionar, se necessário, a assinatura da declaração de assumir o compromisso de desocupação. Tinha também o hábito de contatar com o “intruso” e estipular um prazo de quarenta dias para a sua retirada.

Entre as estratégias de “desintrusão” utilizadas pela Companhia Territorial Sul Brasil, para solucionar os problemas, buscava a mediação via judicial, o que seria o “remédio adequado”.<sup>124</sup> Assim

---

<sup>124</sup> O remédio adequado é uma referência aos métodos que a Companhia Territorial Sul Brasil deveria tomar para resolver o problema da intrusão na área de sua atuação.

que os “intrusos” fossem identificados, as providências judiciais eram tomadas, e os “intrusos” indicados eram responsabilizados pelos danos causados, fazendo cessar, desde logo, as devastações em que estavam empenhados.

Impõem-se, a nosso ver, como remédio adequado, uma medida judicial urgente contra tais elementos (*intrusos*), a fim de impedir que preendam a queima das roças feitas, o que ocorrerá, talvez, em Agosto próximo. com os restantes, a solução seria fácil, pela repercussão daquela medida.<sup>125</sup>

Segundo a própria justiça, apresentar providências dessa ordem seria conveniente para sempre, diante da volta de casos semelhantes. Caso ficassem sem solução por falta de providências judiciais da parte dos interessados, animariam e estimulariam os contraventores. Essas medidas repercutiram no meio dos “intrusos” e serviram como exemplo corretivo. A explosão de grupos em desacordo com a política das colonizadoras trouxe à tona a problemática da desintrusão. Em muitos casos com medidas violentas e geralmente utilizando-se do aparato estatal.

A chegada do imigrante se deu, portanto, em oposição ao camponês nacional. E desde a chegada confrontou-se com o mesmo. Na disputa do espaço, apoiou as empresas colonizadoras no desalojamento e expulsão dos caboclos, representados como intrusos. Essa limpeza da área foi feita, freqüentemente, através de métodos violentos, como é o caso dos despejos, nos quais os caboclos que se negavam a sair

---

<sup>125</sup> Invasão de terras da Companhia Territorial Sul Brasil na Gleba Mundo Novo e adjacências do município de Campo Erê em 6 de julho de 1966. Fonte: Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha (grifo nosso).

com as boas eram jogados em cima de caminhões-caçamba, junto com seus pertences e depois despejados na beira de estradas, longe do local de origem. Seus ranchos, geralmente, eram queimados para evitar o retorno (Poli, 2001, p. 24-25).

As políticas que a Companhia Territorial Sul Brasil adotou para resolver os conflitos de intrusão, dentre outras, era convidar o “intruso” a se tornar proprietário da terra que ocupava, ou o mostrador da companhia Zalmiro Medeiros de Ávila deixaria claro para o “intruso”, dizendo: desocupa o imóvel ou a companhia vai ter que tomar medidas drásticas.<sup>126</sup>

Uma das primeiras práticas adotadas pela companhia era alertar os “intrusos” para a desocupação do imóvel, estipulando um prazo, se isso não ocorresse, a companhia tomava as providências. Uma, a mais corriqueira, o “intruso” era chamado ao escritório para a possível assinatura de contrato de compra e venda, ou num prazo de trinta dias tinha que promover a sua retirada do imóvel, se mesmo assim o problema persistisse, era encaminhado um despejo via judicial. Essas eram algumas das primeiras formas utilizadas pela companhia para resolver o problema da intrusão em suas terras.

As ações da Companhia Territorial Sul Brasil eram diversas, não ocorriam da mesma forma em todas as suas glebas, porém, contribuíam significativamente na temática da intrusão e desintrusão nas cercanias de Campo Erê, usando de um aparato administrativo fomentou a privação de posse da terra de “pequenos agricultores in-

---

<sup>126</sup> As medidas drásticas são uma referência aos métodos, aos instrumentos que a companhia Territorial Sul Brasil deveria tomar para enfrentar o problema da intrusão em sua área de atuação. Entre as medidas drásticas podemos considerar: contratar pessoas para realizar a desintrusão; acionar a justiça para promover o despejo; ameaças verbais; promover emboscadas para intimidar; queimar casas; plantações; realizar levantamentos; fazer assinar contratos de compra e venda, entre outras.

trusados”. Esses grupos vivenciaram impasses conflituosos pela posse da terra. Vários sujeitos foram tratados de forma singularizada pela companhia, pelo governo constituído, pelo poder Judiciário, pela sociedade, pois estavam à mercê de uma escritura que, provavelmente, lhes garantia a posse em definitivo, mas que, talvez, esses grupos, continuaram sendo multi-identitários, multifacetados e multidimensionalizados.

Os sujeitos possivelmente ainda estavam vivenciando conflitos, não mais pela posse da terra, quiçá outros ainda estavam, entretanto, esses grupos estavam vivenciando as dificuldades da região, dificuldades pontuais como assistência ao crédito, educação, saúde, escoamento de seus produtos e comercialização, sua religiosidade, estradas, energia elétrica etc. A intrusão era produzida. São sujeitos que se tornaram “intrusos” em função de diferentes processos.

Retomaremos alguns elementos que permitem compreender a construção do estudo. O recorte temporal de 1970-1980, empregado no estudo, compreende um período de vicissitude social nas cercanias de Campo Erê. Foi nessa cercania que tivemos particularidades relacionais de pequenos agricultores, principalmente caracterizados pela intrusão múltipla.

Os conflitos agrários nas cercanias de Campo Erê, Extremo-oeste de Santa Catarina, colocam em evidência singularidades de luta pela terra pelos “pequenos agricultores intrusados”. Os conflitos gerados pela posse da terra trouxeram à tona diferentes sujeitos envolvidos na causa da intrusão. Afinal, quem são esses sujeitos? São grupos inseridos em um território múltiplo, que possui heterogeneidade de ações, multimodos, agricultura simples, enfim, são sujeitos que se deslocam em uma mobilidade constante dentro da própria região de sul/norte. As companhias colonizadoras mercantilizaram extensas glebas de terra. É o poder Judiciário que, muitas vezes, se

posicionava a favor das colonizadoras ou dos fazendeiros. É o Estado constituído de poder, em muitos casos, foi omissivo aos conflitos de terra. São instituições, como o Incra, que entram em cena para promoverem a regulamentação das terras da região.

Por que as cercanias de Campo Erê passam por um processo de maturação essencialmente a partir da década de 1970-1980? Porque o estado catarinense intercedeu na sistemática colonizatória, facilitando a atuação de companhias na região. Através do valor mercadológico, o meio de produção capitalista transformou a terra em reserva de valor. Isso trouxe à tona o elemento central da problemática fundiária do este catarinense, a terra, isto é, a obtenção ou não de uma regulamentação da posse da terra. A não regulamentação da terra desencadeou na região o epicentro da intrusão, tronando-se um fenômeno histórico.

Por que houve essa problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980? Pela análise que fizemos, entendemos ser a própria ação do governo em direcionar as companhias a comercializarem essas áreas e implantarem a política da Companhia Territorial Sul Brasil em seus territórios. Isso vai fazer com que esse epicentro de Campo Erê se torne o principal foco. Mas, por quê? Porque os pequenos agricultores foram sendo empurrados para esse território, uma vez que essa área era ociosa, uma área de campo ao norte, e ao sul era uma área dobrada. É neste território que estão inseridos esses grupos, que posteriormente são assistidos pelo Incra.

O que estava exposto era o elemento jurídico para regularizar e se manter na terra. Essa região represou um contingente de grupos, que lutavam para a incorporação do espaço e definindo esse espaço como deles. O “intruso”, em primeiro lugar, não era um sujeito, a intrusão era uma relação, era a sua multi-identidade em sua multi-

dimensionalidade. Para alguns, o “intruso” se encaixava no eixo de ocupação

O sujeito principal dos conflitos era o “intruso”, ele podia ser caboclo ou ascendente ítalo-brasileiro, teuto-brasileiro e teuto-russo. Mesmo tendo características e etnicidades diferentes, possuía simetria de identificação. Os sujeitos eram considerados “intrusos” porque não tinham escritura. A intrusão promoveu nesse espaço um campo de análise, de multi-identidades e multidimensionalidades. Esse pequeno agricultor se torna múltiplo porque é “intruso”, não possui escritura da posse da terra, pelas ações das companhias colonizadoras, pela estruturação da terra, pela mobilidade, pelos despejos, pela formação dos núcleos agrícolas, pelas estratégias de permanência, pelas ações judiciais. Esses elementos foram significativos na região, pois suas relações processuais são múltiplas.

## Considerações finais

---

**T**rilhar um caminho pelo Extremo-oeste catarinense e empreender uma pesquisa sobre a temática de intrusão relacionada aos conflitos de terra não foi uma tarefa das mais fáceis. A incessante procura por informações levou a desvendar e correlacionar um território marcado por conflitos e lutas pela terra nas cercanias de Campo Erê. A busca por informações não ocorreu de forma análoga, mas em espaços como arquivos públicos, centros de memórias, bibliotecas públicas, órgãos governamentais. Pesquisar esses documentos históricos atrelados a bibliografias condicionou resultados obtidos até então. Os documentos e as narrativas incorporadas ao longo da pesquisa proporcionaram elementos significativos para a estruturação do estudo.

Nosso estudo teve como elemento central a problemática fundiária do Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980. Essa problemática fundiária foi a terra, o acesso à terra, ou a permanência na terra, ou seja, uma regularização da posse da terra, desencadeada

pela intrusão dos pequenos agricultores. A problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980 foi resultado da própria ação política do governo, a ação e a política desenvolvida pela Companhia Territorial Sul Brasil nos seus territórios.

Movimentos intensos surgem nas décadas de 1970-1980 em regiões do Mato Grosso, região Amazônica, entram na conjuntura das migrações, que também fazem parte da faixa de fronteira. O processo migratório possui duas estratégias de pensamento envolvida, um é a “ocupação dos espaços vazios”, tem elementos contundentes a partir com Vargas, mas se efetiva a partir de 1970-1980 e a outra é a expansão da fronteira agrária.

A região Centro-oeste do Brasil, a partir de 1960 passa por intenso programa de incentivo a ocupação do Oeste brasileiro e a migração. A região, constitui-se numa fronteira agrícola, que entrou no rol da denominada “marcha do oeste”. (Cunha, 2000).

Nossa pesquisa sobre as cercanias de Campo Erê não são um fato isolado, mas, se insere num movimento de ocupação dos “espaços vazios” da faixa de fronteira e mergulha também nos movimentos migratórios.

A estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela concentração de grandes propriedades rurais nas mãos de um restrito número de proprietários. Há no Brasil, uma grande disparidade quanto à distribuição de terras. Esse movimento dos “pequenos agricultores intrusados” das cercanias de Campo Erê representou, a formação de um dispositivo legal através da atuação do INCRA, que possibilitou a realização do acesso à terra aos pequenos agricultores, que obtiveram a regulamentação da posse da terra.

A região de Campo Erê foram o epicentro dos conflitos de intrusão. Essa área se tornou o epicentro porque os pequenos agricultores foram sendo empurrados para esse território, numa área ocio-



sa, numa área de campo ao norte, e ao sul uma área dobrada. Esse território estava inserido, e esses “pequenos agricultores intrusados” buscando sobreviver com uma economia simples. O Incra entrou em cena para promover uma mediação dessa problemática.

Na região de Campo Erê, elemento norteador da pesquisa, faz parte da ação da Companhia Territorial Sul Brasil na região Extremo-oeste catarinense, que se cercou de mecanismos para promover a “limpeza de intrusos” que ocupavam as terras no sistema de posses. Isso resultou em um desalojamento de centenas de famílias, principalmente na região sul/norte. Mas, sem dúvida, a área da companhia que prepondera a intrusão e a desintrusão foi a Gleba Mundo Novo.

O palco que engloba esse espaço traz um enredo que deixa profundas marcas de exclusão. Isso compreende uma reocupação promovida pelo aparato estatal, desde a atuação dos bandeirantes na região, na conjuntura de exclusão dos kaingang e seus aldeamentos, às companhias colonizadoras voltadas a mercantilizar as terras e a promover a colonização. Isso resultou numa exclusão significativa de grupos de pequenos agricultores de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa, e, principalmente, a cabocla, que não haviam condições financeiras para adquirir áreas de terras da companhia. Dessa forma, a condição de posse da terra estabelecida é ceifada e esses grupos propensos ao abandono.

A intrusão fez parte de todo um processo que perdurou décadas na região de Campo Erê não da mesma forma em toda a região, mas os conflitos vivenciados pelos “intrusos” eram semelhantes e muito próximos. As discussões não giraram somente em torno do “intruso”, pois temos pequenos agricultores que possuíam documentos da titulação da posse da terra. Esse modo de analisar a questão da intrusão encontra sentido se levarmos em conta as especificidades que envolveram o “intruso” nessa região.

A temporalidade não era considerada um problema para a Companhia Territorial Sul Brasil. Para a companhia, o pequeno agricultor intrusado estando 1, 5, 10 ou mais anos não era relevante, mas o fato de esse agricultor não possuir a titulação de posse da terra podia, sim, ser um problema, pois o caracterizava como “intruso”.

Na área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil demonstra-se que havia uma mobilidade significativa de “pequenos agricultores intrusados”. Acredita-se que essa conjuntura possa ser considerada para a sua totalidade das terras da companhia. A mobilidade de “intrusos” nas terras da companhia estava atrelada à sua política de ação, pois a mercantilização das terras se deu a partir do sul de sua ampla área de atuação, isto é, São Carlos e Palmitos. Isso pressupõe que esses grupos eram identificados e podiam incorrer em despejo.

Mas também havia a dificuldade em se adaptar às localidades, aos conflitos com outros “intrusos”, à acessibilidade e ao hábito cultural do caboclo, que não se fixava a um determinado lugar. A escassez e o alto valor comercial da terra foram fatores de migração dos pequenos agricultores que almejavam ter a possibilidade de tomar posse de uma propriedade.

O resultado desse cenário conflituoso preestabelecido fez com que ocorresse nas cercanias de Campo Erê nas décadas de 1970 e 1980 a atuação do Incra, que teve como proposta o desenvolvimento de um projeto-piloto de regulamentação das terras da região. As problemáticas levantadas sobre a intrusão e suas especificidades remetem uma reflexão sobre algo que não é tão simples, porque esses diversos fatores, na base da intrusão, não estão dissociados, mas interligados, e são importantes para compreendermos como se estabeleceram os conflitos e se tornaram um pano de fundo nessa região.

Os imóveis do Incra na região sul/norte são um exemplo dessa

política de recolonização promovida pelo governo catarinense e pela ação da Companhia Territorial Sul Brasil, que buscava oficializar a colonização de sua área de atuação. Essas ações governamentais e da companhia fizeram com que essa região fosse um palco de conflitos pela terra, pelas muitas práticas desenvolvidas. Mediou-se a vinda de grupos de pequenos agricultores sem, muitas vezes, respaldá-los e assisti-los. Os conflitos ocorreram envolvendo atores políticos e sociais que protagonizaram conflitos sociais significativos durante as décadas de 1970 e 1980.

A pesquisa chegou a algumas conclusões sobre a intrusão desses pequenos agricultores que promoveu inúmeros conflitos pela posse e permanência na terra. São inúmeras as razões que estão na base e podem fundamentar a reocupação e os conflitos sociais na região sul/norte.

Entre essas podemos ponderar. As políticas públicas desenvolvidas pelo poder público constituído, a atuação das companhias colonizadoras principalmente a Companhia Territorial Sul Brasil que começou a atuar nos municípios de São Carlos e Palmitos, fronteira com o Rio Grande do Sul, fazendo com que os grupos que estavam na condição de “intrusos” fossem deslocados para a região mais ao norte em direção ao Paraná, onde ficam as cercanias sul/norte de Campo Erê.

A intrusão se processa também com: o abandono dos pequenos agricultores pelo poder público, a mobilidade dos “intrusos” dentro dessa região, a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na expulsão desses “intrusos”, a situação socioeconômica dos pequenos agricultores, o risco dos “intrusos” serem encontrados, os conflitos enfrentados por esses grupos intrusados, a dificuldade em escoar a sua produção, o relevo das sul/norte de Campo Erê, a falta de esclarecimento sobre a titulação da terra por parte desses grupos, a

realidade econômica precária vivenciada pelos intrusados, a atuação de grupos quanto à dupla venda, a “venda fria”, a venda recibo e a venda de contrato da terra, o *ethos* do caboclo em não compreender a terra com valor de mercadoria, e a venda de áreas de terra abaixo da fração mínima de parcelamento permitida.

Esses argumentos são apenas alguns elementos que ajudam a entender esse fenômeno da intrusão nessa região. Os elementos que contribuíram de forma significativa para criarem uma situação conflituosa. Esses fatores não se configuram fatos isolados, mas condicionam elementos que fomentaram um impasse de luta pela terra. Entretanto, essas características não devem ser únicas e exclusivas para a explicação desse fenômeno.

Conflitos se fizeram presentes, intrusões aconteceram tanto com os pequenos agricultores de ascendência europeia quanto cabocla. Exclusões e inclusões marginais, múltiplos tratamentos e primazias do projeto público e privado das colonizadoras marcaram a colonização nas cercanias de Campo Erê nas décadas de 1960 e 1980.

O *ethos* dos pequenos agricultores foi se sobrepondo na região numa reconfiguração territorial, com métodos que envolvem a produção agrícola, os laços familiares, a convivência social, a religiosidade, a mobilidade, o despejo, a angústia de ser encontrado, a dificuldade em escoar a sua produção, a posse, o fato de não ser reconhecido como proprietário de sua posse etc. Essa generalidade de processos, alimentada pelas políticas públicas e pela Colonizadora Territorial Sul Brasil, por mediações dos poderes políticos, local/regional, resultou numa reprodução e propagação dessa demissão histórico-cultural.

As relações mercadológicas da terra, associadas ao poder governamental, foram estratégias que visaram formalizar o acesso às terras no Extremo-oeste catarinense no intuito de promover a progressi-

vidade da produção capitalista. Essa política proporcionou embates nessa região com a presença significativa de “pequenos agricultores intrusados”. Essa política governamental foi efetivada através da ação de companhias colonizadoras como a Companhia Territorial Sul Brasil. A companhia usou de estratégias, de métodos e ações para promover a colonização através da mercantilização das terras, fez com que a gleba Mundo Novo se tornasse o epicentro de intrusão da companhia, proporcionando conflitos agrários pela posse da terra a partir de 1970 a 1980.

A reocupação das cercanias de Campo Erê formou núcleos de pequenos agricultores vivendo em situação limitada e agricultura simples. A formação desses núcleos de forma desordenada arregimentou conflitos agrários, produzidos pela ação da Companhia Territorial Sul Brasil, pela posse da terra sem titulação, o que fomentou a intrusão, promovendo conflitos agrários relacionados à posse da terra. A problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina foi a terra ou a não regularização da terra, fomentada pela intrusão dos pequenos agricultores na região sul/norte, ocasionou conflitos agrários a partir de 1970 a 1980.

Podemos considerar que os embates estão relacionados à presença e ao envolvimento de grupos de “pequenos agricultores intrusados” inseridos num sistema agrícola simples, a Companhia Territorial Sul Brasil, as políticas colonizatórias do governo, a atuação do Incra na regulamentação das posses, o poder público numa dimensão jurídica e o tamanho das propriedades num espaço que é múltiplo. Esses conflitos foram contundentes, criando embates sociais na região pela posse da terra. Na região a intrusão teve práticas comuns e se estendeu por um longo período, que desencadeou inúmeros embates.

O estudo está envolto a um problema, a intrusão, pois o “intruso” é multidimensional e multifacetado. O principal sujeito dos

conflitos foi o “intruso”, mesmo com características diferenciadas, tornava-se “intruso” em razão de vários processos. A intrusão foi relacional e múltipla porque o pequeno agricultor intrusado não possuía escritura da terra e organização agrária. As ações da Companhia Territorial Sul Brasil referentes à estruturação da terra promoveram: mobilidade, despejos, formação de núcleos agrícolas, estratégias de permanência, ações judiciais e conflitos sociais, enfim, as ações foram múltiplas para solucionar os problemas relativos à intrusão nas cercanias de Campo Erê.

O estudo tem como elemento central a problemática fundiária do Extremo-oeste de Santa Catarina entre 1970 e 1980. A problemática fundiária no Extremo-oeste de Santa Catarina está relacionada a terra, o acesso à terra, ou seja, uma regularização da terra, desencadeada pela intrusão dos pequenos agricultores. Procuramos compreender como se processou a intrusão desses grupos nas cercanias sul/norte de Campo Erê, trazendo à tona que essa região se maturou a partir de 1970. A complexidade do estudo relaciona-se a intrusão e sua multiidentidade, a sua multidimensionalidade. O estudo trouxe à tona, as ações, o enredo de uma grande colonizadora a Sul Brasil, que durante a sua atuação enfatizava a glorificação como empreendedora no Extremo-oeste de Santa Catarina.

As cercanias de Campo Erê não são um fato isolado, mas faz parte de uma trama que envolve “pequenos agricultores intrusados”, atuação de companhias colonizadoras, políticas governamentais e a atuação do Incra na regulamentação das posses. A multiplicidade e a multi-identidade de grupos intrusados não ocorrem apenas nessa região, mas envolvem a região Extremo-oeste catarinense, ou seja, estão envolvidas num cenário de conflitos sociais de lutas pela terra, tornando-se um epicentro de intrusão.

Este estudo suscitou alguns questionamentos, que em futuras

pesquisas poderão ser aprofundadas. A região Extremo-oeste catarinense se configurou num mosaico de intrusão, que tem a terra como geradora de conflitos, caracterizou-se num fenômeno de intrusão.

Entre as questões a serem investigadas se coloca, as relações de práticas de intrusão e desintrusão de outras companhias colonizadoras que atuaram na região Extremo-oeste catarinense, a atuação do INCRA em outros espaços da região. Outra questão relevante são as mudanças e os impactos do modo de vida dos pequenos agricultores, o modelo de agricultura familiar, o impacto da modernização agrícola, os núcleos agrícolas, a terra como geradora de conflitos, a intrusão como sendo um fenômeno na região Extremo-oeste catarinense e o papel do INCRA na regulamentação da terra.

## Referências bibliográficas

---

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Desapropriação. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 161-165.

\_\_\_\_\_. Estrutura Fundiária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 355-360.

ALMEIDA, Carina Santos de. *Tempo, memória e narrativa kaingang no Oeste catarinense: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xaçpecó*. 2015. 542 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC, 1984.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Desapropriação. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro:



Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 200-205.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CARINI, Joel João. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARRARA, Ângelo. Sítio. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 436-437.

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano. Companhia Colonizadora. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 111-112.

COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 112-120.

CORAZZA Gentil; RADIN, José Carlos. *O Dicionário histórico-social do Oeste catarinense*. Editora UFFS, p. 145, 2008.

COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. In: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *RS latifúndio de identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUNHA, J. M. P. Migrações no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2. Anais... Brasília: Codeplan/FNUAP, 2000.

D'ANGELIS, Wilmar da R. Para uma História do oeste catarinense. *Cadernos do Ceom* – Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom, Chapecó, n. 1-8, p.141-219, 1995.

FABRINI, João Edmilson. Ocupação. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 342-345.

FERRARI, Maristela. *Interações Transfronteiriças na zona de Fronteira Brasil-Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)*. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. In: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). *A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

FOLADOR, João David. *História de Campo Erê*. Campo Erê: Prefeitura Municipal de Campo Erê, 1991.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. *Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, 2014. 237 p.

GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no oeste do Paraná. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. v. III. p. 214-230.

GRITTI, Isabel Rosa. As companhias colonizadoras e a intrusão de terras no norte do Rio Grande do Sul: o caso da fazenda quatro irmãos 1948-1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27.

*Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

GRYNSPAN, Mario. Possesores. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-376.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC*. São Paulo: Perse, 2014.

\_\_\_\_\_. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da história*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2012.

HEREDIA, Edmundo. La región en La globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. In: JORNADAS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES, 3. Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires, 1996. p. 291.

IANNI, Otavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: Educs, 1991.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: RS 1890-1930*. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

\_\_\_\_\_. Configuração e significados históricos e jurídicos da propriedade da terra no Brasil do século XIX e XX. In: RENK, Arlene; TEDESCO, João Carlos; WINCKLER, Silvana (Org.) *Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC*. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 51-85.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos: história do crime no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Campesinato e Marcha para o Oeste: Apresentação*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 9-35.

MEDEIROS, Leonilde de. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 328-331.

MELO, Cristiane Dias de. A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 21, n. 29, p. 207-230, 2008.

\_\_\_\_\_. *Terra e trabalho: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985)*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MOTTA, Márcia. Conflitos de terra. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 123-124.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços: Dossiê Migrações*, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 136-150, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. (Org.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927)*. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PEREIRA, Paola Masiero. *Reforma Agrária e Ditadura Militar: a ocu-*

pação da fazenda Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PERTILE, Noeli. *A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense*. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM: 10 anos de CEOM*, Chapecó, n. 1-8, p. 71-110, 1995.

\_\_\_\_\_. *Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962-1973)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

POLI, Odilon Luiz. Camponeses no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 11-62, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 16, n. 15, p. 107-176, 2002.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RADIN, José Carlos. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Gracinda Clara Pereira. *A formação do território de Santa Catarina com base na concessão de terras públicas*. 2006. 281 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM: 10 anos de CEOM*, Chapecó, n. 1-8, p. 221-358, 1995.

\_\_\_\_\_. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem / Milton Santos*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUH, Marcos Batista. *Histórias da colonização de Palmitos*. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 29-58, dez. 1996.

SILVA, Carlos Fried da. Estatuto da Terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 198-200.

SILVA, Marcio Antônio Both da. A construção do intruso: o processo de apropriação da terra na região Serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2008.

\_\_\_\_\_. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, maio/ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Caboclos e Colonos: encontros e desencontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Curitiba: Prisma, 2016.

SOUZA, Edson de. Territorialização. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 471-472.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

\_\_\_\_\_; CARON, Márcia dos Santos. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações inter-étnicas

na colônia Erechim, norte do RS – 1908-1915. In: \_\_\_\_\_; NEUMANN, Rosane Márcia (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. v. III. p. 144-169.

\_\_\_\_\_. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 161-185, jan./jun. 2012.

THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura Fundiária. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207-209.

THOMÉ, Nilson. O Contestado no processo de colonização do oeste catarinense: causa ou consequência? In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Erechim: Habilis, 2009. v. II. p. 51-68.

UMBELINO de Oliveira, Ariovaldo. Reforma Agrária. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 385-391.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado*. 2. ed. Caçador: UnC, 2000.

VICENZI, Renilda. *Mitos e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil: 1925 a 1954*. 1992. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

\_\_\_\_\_. *A colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. *Disputas e ocupação do espaço catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. A Marcha para o Oeste em Santa Catarina. In: MARIN, Joel

Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 145-159.

WOLOSZYN, Noeli. Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. *Linhas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.



A colonização tinha como proposta promover a reocupação de seus imóveis com objetivo de formar núcleos coloniais que atendessem à premissa das relações de mercado. Os grupos que não possuíam o perfil estabelecido por lei podiam ser excluídos, ou seja, passaram para a condição de intrusos. A migração desses grupos aglutinou pequenos núcleos agrícolas, passando por dificuldades semelhantes, demonstrando que esse cenário foi o espaço onde se desenvolveram os conflitos pela posse da terra. Volta-se o olhar sobre a desapropriação por interesse social nas várias faces desses conflitos e o contexto dos olhares dispensados pelo Incra nessa região.

Os fatores simbólicos e subjetivos, as características relacionais, produziram suas lógicas e suas multiplicidades de intrusão. Dentro dessas perspectivas, a análise evidencia aspectos mais específicos da realidade dos conflitos agrários. A presença de determinados grupos de pequenos agricultores na região resultou em sérios conflitos, processos judiciais e despejos. Conclui-se com esse estudo que a intrusão ocorreu de forma relacional, considerando as multi-identidades e a multidimensionalidade do pequeno agricultor intruso e das formas de intrusão, nas cercanias de Campo Erê nas décadas de 1970 e 1980.

**A**s terras enguiçadas: a intrusão e a reconfiguração agrária nas cercanias de Campo Erê/SC, analisa a complexidade da intrusão e desintrusão que ocorreu de forma relacional, considerando as multi-identidades, a multidimensionalidade do pequeno agricultor intruso e das formas de intrusão, nas cercanias de Campo Erê nas décadas de 1970 e 1980. O estudo prima por investigar elementos que aglutinam sujeitos sociais, políticos em torno das formas de apropriação privada da terra, em especial, pequenos agricultores, a colonizadora Territorial Sul Brasil e a esfera pública, com suas políticas de normatização de territórios agrários a determinados sujeitos sociais.

